



FALA, AMENDOEIRA
CARLOS DRUMMOND
DE ANDRADE

**CARLOS DRUMMOND
DE ANDRADE**
FALA, AMENDOEIRA

POSFÁCIO

Ivan Marques

COLEÇÃO CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE
CONSELHO EDITORIAL

Antonio Carlos Secchin

Davi Arrigucci Jr.

Eucanaã Ferraz

Luis Mauricio Graña Drummond

Pedro Augusto Graña Drummond

Samuel Titan Jr.

Sumário

MENTIRAS

Carbo: novidades
Um sonho modesto
Assembleia baiana
A eleição diferente

LUGARES

Nobre rua São José
Buganvílias
O murinho
A casa
Arpoador

COSTUMES

Cor-de-rosa
Facultativo
Mistério de bola
O Grêmio Artur Azevedo
Liquidação
A mobília
Delícias de Manaus
14 dólares
Carta ao Ministro

PROBLEMAS

Varrendo a testada
A fabulosa renda
Diário

DATAS

Feriados
Diante do carnaval
Visita
Aeroproza
Os mortos

Musa natalina

LETRAS

Academia Gonçalves
Diálogo feroz
O outro
Drink

BICHOS

Elegia de Baby
Anúncio de João Alves
Um sorriso
O pintinho
Iniciativa
Conto carioca
O cão viajante

MENINOS

Netinho
Gente
O sono
Divertimento
Meninos do Cabo
Pingo
O príncipezinho

DESPEDIDAS

A musa de Visconti
Caro Ataulfo
À porta do céu
O antropófago
Nosso amigo Landucci
O feiticeiro

SITUAÇÕES

Nascer
Suspeita
Essência, existência
Premonitório
Uma corda
O chamado

Os gregorianos

Luta

Morte na obra

Ventania

Peru

Nota da edição

Posfácio

*As coisas do tempo: a crônica na obra
de Carlos Drummond de Andrade,*

IVAN MARQUES

Leituras recomendadas

Cronologia

FALA, AMENDOEIRA

A
Paulo Bittencouri,
que,
no Correio da Manhã, recebeu de boa sombra estes escritos.
1957

Esse ofício de rabiscar sobre as coisas do tempo exige que prestemos alguma atenção à natureza — essa natureza que não presta atenção em nós. Abrindo a janela matinal, o cronista reparou no firmamento, que seria de uma safira implacável se não houvesse a longa barra de névoa a toldar a linha entre céu e chão — névoa baixa e seca, hostil aos aviões. Pousou a vista, depois, nas árvores que algum remoto prefeito deu à rua, e que ainda ninguém se lembrou de arrancar, talvez porque haja outras destruições mais urgentes. Estavam todas verdes, menos uma. Uma que, precisamente, lá está plantada em frente à porta, companheira mais chegada de um homem e sua vida, espécie de anjo vegetal proposto ao seu destino.

Essa árvore de certo modo incorporada aos bens pessoais, alguns fios elétricos lhe atravessam a fronde, sem que a molestem, e a luz crua do projetor, a dois passos, a impediria talvez de dormir, se ela fosse mais nova. Às terças, pela manhã, o feirante nela encosta sua barraca, e ao entardecer, cada dia, garotos procuram subir-lhe pelo tronco. Nenhum desses incômodos lhe afeta a placidez de árvore madura e magra, que já viu muita chuva, muito cortejo de casamento, muitos enterros, e serve há longos anos à necessidade de sombra que têm os amantes de rua, e mesmo a outras precisões mais humildes de cãezinhos transeuntes.

Todas estavam ainda verdes, mas essa ostentava algumas folhas amarelas e outras já estriadas de vermelho, numa gradação fantasista que chegava mesmo até o marrom — cor final de decomposição, depois da qual as folhas caem. Pequenas amêndoas atestavam o seu esforço, e também elas se preparavam para ganhar uma coloração dourada e, por sua vez, completado o ciclo, tombar sobre o meio-fio, se não as colhe algum moleque apreciador do seu azedinho. E como o cronista lhe perguntasse — fala, amendoeira — por que fugia ao rito de suas irmãs, adotando vestes assim particulares, a árvore pareceu explicar-lhe:

— Não vê? Começo a outonear. É 21 de março, data em que as folhinhas assinalam o equinócio do outono. Cumpro meu dever de árvore, embora minhas irmãs não respeitem as estações.

— E vais outoneando sozinha?

— Na medida do possível. Anda tudo muito desorganizado, e, como deves notar, trago comigo um resto de verão, uma antecipação de primavera e mesmo, se reparares bem neste ventinho que me fustiga pela madrugada, uma suspeita de inverno.

— Somos todos assim.

— Os homens, não. Em ti, por exemplo, o outono é manifesto e exclusivo. Acho-te

bem outonal, meu filho, e teu trabalho é exatamente o que os autores chamam de outonada: são frutos colhidos numa hora da vida que já não é clara, mas ainda não se dilui em treva. Repara que o outono é mais estação da alma que da natureza.

— Não me entristeças.

— Não, querido, sou tua árvore da guarda e simbolizo teu outono pessoal.

Quero apenas que te outonizes com paciência e doçura. O dardo de luz fere menos, a chuva dá às frutas seu definitivo sabor. As folhas caem, é certo, e os cabelos também, mas há alguma coisa de gracioso em tudo isso: parábolas, ritmos, tons suaves...

Outoniza-te com dignidade, meu velho.

MENTIRAS

Um semanário francês publicou a biografia de Greta Garbo, e embora não conte nada de novo sobre esse fenômeno cinematográfico desconhecido da geração mais moça, atraiu a atenção dos leitores.

A este humilde cronista, a publicação interessou sobretudo porque lhe abriu a urna das recordações; e ainda porque lhe permite desvendar um pequeno segredo velho de vinte e seis anos, e os senhores sabem como os segredos, à força de envelhecer, perdem a significação.

Passado um quarto de século, considero-me desobrigado do compromisso assumido naquela tarde de outono, no Parque Municipal de Belo Horizonte, e revelarei uma página — meia página, se tanto — da vida particular de Greta Garbo.

Está dito na biografia de *Paris Match* que, depois de recusar o papel de *vamp* em *As mulheres adoram diamantes*, oferecido por Louis B. Mayer, a extraordinária atriz se fechou em copas, por cinco meses, em seus aposentos do hotel Miramar, em Santa Mônica, até obter aumento de salário. É falso. Durante esse período, Greta viajou incógnita pela América do Sul, possuída de *tedium vitae*, e foi dar com sua angulosa e perturbadora figura na capital mineira, onde apenas três pessoas lhe conheceram a identidade.

Corria o ano de 1929, e como corria: a luta pela sucessão do presidente Washington Luís assumira desde logo aspecto violento, mas não deixávamos, eu e um grupo de amigos diletos, de frequentar o cineminha local, onde a Garbo, já em pleno fastígio da glória, desbancava todas as “estrelas” do mundo. Certa manhã, pálido e emocionado, o poeta Abgar Renault bateu-me à porta, reclamando cooperação. Uma senhora estrangeira chegaria pelo noturno da Central, às dez horas (isto é, às três da tarde, pois o trem vinha sempre atrasado). Fora-lhe recomendada por um professor sueco, então nos Estados Unidos, com quem Abgar se correspondia a respeito de poetas elisabetianos. Tínhamos de reservar-lhe aposentos no Grande Hotel, do Arcângelo Maletta, e proporcionar-lhe distrações campestres, mas a senhora fazia questão de não travar relações com ninguém e se ele, Abgar, queria os meus serviços, era em razão de nossa fraterna amizade.

Tomamos providências e, à tardinha, vimos descer do carro-dormitório, dentro de um capotão cinza que lhe cobria o queixo, e por trás dos primeiros óculos pretos que uma filha de Eva usou naquelas paragens, um vulto feminino estranho e seco, pisando duro em sapatões de salto baixo. Mal franziu os lábios para cumprimentar o meu amigo, olhou-me como a um carregador, e disse-nos: “*I want to be alone*”. Depois, manifestou os dentes num largo sorriso, como a explicar: “Mas isso não atinge a vocês”. E de fato, nos dias que se seguiram, mostrou-se cordialíssima conosco, sempre através dos

conhecimentos de inglês de Abgar, já então notáveis.

Não tardei, por iluminação poética, a identificar a misteriosa viajante, que dava grandes passeios pela serra do Curral acima, e um dia se dispôs a ir a pé a Sabará, empresa de que a dissuadimos, horrorizados. Revelei a Abgar minha descoberta e ele, arregalando os olhos, suplicou-me, por tudo quanto fosse sagrado para mim, que não contasse a ninguém. Fiz-lhe a vontade. Os outros amigos ignoraram tudo. Capanema, Emílio Moura, Milton Campos, João Pinheiro Filho etc., olhavam-nos surpresos ante aquela relação estranha. Explicamos que se tratava de uma naturalista em férias, *miss Gustafsson*. E a cidade não soube que hospedava pessoa daquela importância. É fácil enganar uma cidade.

Apenas o Jorge, chofer árabe que nos servia, arranhando vários idiomas, acabou pescando, por uma conversa entre Abgar e a estrangeira, quem era ela. Intimamo-lo a calar-se, sob pena de o denunciarmos como “prestista”. Éramos amigos do governo, e este tomara posição contra o dr. Júlio Prestes, candidato à Presidência da República. Jorge encolheu-se, talvez por motivos que sempre desaconselham um encontro com a autoridade.

À véspera da partida, nossa amiga levou-nos a jantar no Grande Hotel e — lembro-me perfeitamente — fixou os olhos na mesa vizinha, onde uma família chegada da Bahia abrangia um garotinho de cerca de dois anos. Greta mirou a testa larga do guri, e disse pensativamente: “É poeta”. Tive a curiosidade de procurar no livro da gerência o nome da família: Amaral; e do neném: José Augusto. É hoje o poeta e crítico de cinema Van Jafá, que, decerto, ignora esse vaticínio.

Sáimos ao entardecer para uma volta no parque, e lá Greta Garbo, mãos nas mãos, pediu-nos que jamais lhe revelássemos a identidade. De resto, ela própria não sabia mais ao certo quem era: as personagens que interpretara se superpunham ao “eu” original. Uma confusão... “Gostaria de ficar entre vocês para sempre, tirando leite das vaquinhas num sítio em Cocais. *That’s a dream.*” Furtamos um papagaio do parque e o oferecemos à amiga; reencontro essa ave no texto de *Paris Match*, dizendo: “*Hello, Greta*” e imitando sua risada, entre gutural e cristalina... Como a vida passa! Mas, agora, não posso calar.

Macunaíma, o “herói” de Mário de Andrade, gabava-se um dia de ter caçado dois veados-mateiros de uma só vez, quando pegara simplesmente dois ratos chamuscados. Como seus irmãos contestassem a proeza, ele “parou assim os olhos” no interlocutor e explicou:

— Eu menti.

Desde domingo, o cronista se sente um pouco na situação de Macunaíma, embora (ou por isso mesmo) ninguém pusesse em dúvida a veracidade da passagem de Greta Garbo por Belo Horizonte. Pelo contrário, o crédito dispensado à narrativa foi unânime, e até cumprimentos recebeu o narrador, por motivos distintos. Louvaram-lhe uns o ter mantido por tantos anos o sigilo assegurado a Greta Garbo e, generosos, não exprobraram o fato de haver rompido esse silêncio, transcorrido um quarto de século. A atriz não pedira reserva por determinado período, e assim devia entender-se que a desejava para sempre; e sem consulta à Garbo, como quebrar o compromisso? “Você foi formidável, disse-me um amigo; vinte e seis anos com um segredo desses na moita!” Aprendi com isso que, para a virtude da discrição, ou de modo geral qualquer virtude, aparecer em seu fulgor, é necessário que faltemos à sua prática. Morresse eu com o meu segredo, ninguém me acharia formidável.

Outros, e esses me conoveram, vieram trazer-me agradecimentos da sua (ou nossa) geração, pelo bem feito a todos com a revelação do episódio. Afinal, de um grupo numeroso de homens que amaram Greta Garbo espiritualmente e na tela, dois, se não a amaram na realidade, pelo menos tiveram esse privilégio de passeá-la incógnita, pelas alamedas de um parque, num crepúsculo de outono mineiro. *Et notre âme depuis ce temps tremble et s'étonne* — como diz o poeta Verlaine. Tínhamos, Abgar Renault e o cronista, representado nesse passeio a sensibilidade de muitos.

Já me sentia disposto a conceder a Pompeu de Sousa a entrevista solicitada para o *Diário Carioca*, e a ser ilustrada com a ingênua fotografia tirada por um profissional de jardim, com a “estrela” entre os seus dois amigos, e fac-símiles de bilhetes que ela nos escrevera, quando, rebuscando os meus guardados, verifiquei que faltavam bilhetes e foto. E faltavam pela simples e macunaímica razão de que jamais haviam existido.

A essa altura, porém, tornava-se mais fácil provar de diferentes maneiras o *intermezzo* belo-horizontino do que invalidá-lo. O Grande Hotel, em que jantáramos com a amiga, tanto podia ser o do filme do mesmo nome, por ela interpretado, como o venerando hotel da rua da Bahia, do saudoso Maletta. Os elementos de credibilidade e mesmo de convicção eram tão intensos, que me surpreendi perguntando, intrigado:

— Onde diabo puseram os papéis que estavam na gaveta de cima? Vai ver que esses

capetinhas botaram fogo neles!

Não, não botaram. Lamento desencantar os leitores que acharam não só plausível como até contada “com visível fidelidade” a historinha de Greta Garbo em Minas. Peço desculpas a Abgar Renault pelo incômodo que lhe haja causado o muito afeto em que o tenho, e que me levou a associá-lo a essa aventura imaginária. (Era preciso alguém que falasse inglês, e talvez até sueco, na minha pobre fábula.) Mas tirei uma segunda lição — sempre se tiram algumas, das situações mais insignificantes — e é que, vinte e cinco anos depois, tudo pode ser verdade, e é precisamente verdade. O homem guarda certa desconfiança a respeito de fatos ocorridos diante do seu nariz, presumindo que o estejam enganando; mas acredita piamente, por exemplo, no que lhe contarem a respeito de vultos cujo centenário se comemora, e está disposto a admitir qualquer coisa, desde que traga a chancela do tempo. As consequências a tirar desta disposição, no estudo da história, são óbvias: os manuais devem ser lidos e entendidos pelo avesso. Mas o cronista não quis provar absolutamente nada, imaginando que poderia ter conhecido Greta Garbo, por preguiça, aqui mesmo no Brasil. Quis apenas alimentar um modesto sonho de domingo, e *los sueños sueños son*.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. deputado Marta Rocha.

O SR. MARTA ROCHA (*movimento geral de atenção; palmas no recinto e nas galerias*) — Sr. Presidente, ao subir a esta tribuna...

Vários senhores deputados — Muito bem! V. ex.^a está-se exprimindo com rara eloquência e felicidade.

O SR. MARCIANO CONDEÚBA — Não apoiado. V. ex.^a não sobe à tribuna. Esta é que, com muita honra, se alça até v. ex.^a

(*Novas palmas e vivas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE — Atenção! Peço às galerias que não se manifestem.

O SR. DEMÓSTENES LATINO — Sr. Presidente, rogo a v. ex.^a, em nome da velha Grécia e dos imortais princípios de 2 de julho, que admita, neste caso excepcional, a manifestação irreprimível das galerias.

O SR. PRESIDENTE — Atendendo às ponderações do líder da maioria, permito às galerias que se manifestem com três hurras, terminados os quais voltará a prevalecer o regimento. (*Ouvm-se três hurras e muitos fuis.*) Prossiga o nobre orador.

O SR. ROMUALDO ALECRIM — Um momento, sr. Presidente. O nobre líder da maioria devia ter dado uma chance à minoria para também se solidarizar com as justas expansões do povo, pois é evidente que, numa hora solar como esta, cessam as distinções partidárias. A oposição também é filha de Deus.

O SR. MARTA ROCHA — Como dizia, sr. Presidente...

O SR. DEMÓSTENES LATINO — V. ex.^a não precisa dizer nada. Os elevados pensamentos políticos de v. ex.^a estão estampados em seu rosto. Esta assembleia em peso sente-se feliz em apoiar as considerações implícitas e aurifulgentes de v. ex.^a

Outros senhores deputados — Bravo! Já disse tudo!

O SR. NOÉ DA ANUNCIAÇÃO (*com as mãos em concha*) — Deixa a mocinha falar, gentel

O SR. MARCIANO CONDEÚBA — O venerando colega não escutou a música dos anjos?

O SR. NOÉ DA ANUNCIAÇÃO — Como, meu filho? Ando meio duro de ouvido, depois daquele acidente de tîlburi, no largo da Sé, em 85...

O SR. MARTA ROCHA (*tira da bolsa batom e espelhinho, e aplica-se meticulosamente a retificar a linha dos lábios. Terminada a operação, sorri. Um clarão celestial espalha-se pelo recinto. Os senhores deputados quedam-se em êxtase nas bancadas, as galerias fazem o mesmo; o sr. Presidente, com as mãos no queixo, tem uma particular expressão de beatitude*) — Bem, sr. Presidente...

O SR. CARIBÉ — Vá ser bonita nos quintos dos infernos, puxal

O SR. NOÉ DA ANUNCIAÇÃO — O que é que esse moço aí está dizendo?

O SR. CARI BÉ — Nada, não.

O SR. FIRMINO AZEDO — Sr. Presidente, tudo isso está muito bem, mas lembro à casa que há quatro anos seguidos não votamos a proposta de orçamento do Estado, remetida pelo eminente governador Pedrinho Calmon. A Assembleia não aprovou sequer o projeto de aumento de subsídio. Sei que estou sendo impertinente, mas a Bahia, que a todos nos julgará...

O SR. DEMÓSTENES LAITNO — Sr. Presidente, em nome da maioria protesto contra as insinuações malévolas do nobre deputado. A Bahia é testemunha de que se não foi possível produzir mais nesta legislatura é porque, sr. Presidente...

O SR. ROMUALDO ALECRIM — Claro, claro! A minoria, por sua vez, repele a acusação inepta e infeliz. Dou testemunho de que nunca fomos tão assíduos a esta casa, e que passamos a nos reunir de janeiro a dezembro, sem parar. Se não há projetos votados, devemos atribuir o fato...

O SR. PRESIDENTE (*dirigindo-se ao sr. Firmino Azedo*) — O nobre deputado está expulso deste recinto! (*Sensação.*)

O SR. CRISPIM MORENO — Sr. Presidente, no dia em que for restabelecida a votação, pedirei preferência para o meu projeto que modifica o sistema métrico decimal. Esse sistema permitiu a inqualificável prevaricação do júri capitalista de Long Beach, há quatro anos, que privou a nossa pátria do título mundial a que fazia jus. Os infames trastes petrolíferos, por uma questão de poucas polegadas...

O SR. DEMÓSTENES LAITNO — Malgrado a orientação doutrinária do nobre representante de Ilhéus, proponho, sr. Presidente, que o seu projeto seja votado imediatamente, de pé, e por aclamação.

(*Tempestade de aplausos nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE — Atenção, atenção, as galerias não podem votar! Bem, já votaram. Está aprovado o projeto!

O SR. MARTA ROCHA (*sorrindo novamente*) — Sr. Presidente, tenho dito.
(*Delírio. O orador é carregado em triunfo.*)

O trrim da campanha penetrou no sono, e acordei tendo à minha frente um motorista uniformizado, que dizia: “O dr. João está lá embaixo, à sua espera”. “Oh, o João é extraordinário, mas praque ele foi se incomodar”, e logo me senti vestido e diante de João, que tinha o seu melhor sorriso. “Vim buscá-lo porque o senhor é um preguiçoso, e está perdendo um belo espetáculo cívico.” O auto rodou, e passamos pela 1ª seção da 5ª zona eleitoral, que funcionava na praia. As moças votavam de biquíni, os rapazes de *short*, e cada um ganhava um sorvete italiano, ao assinar o livro de presença, que não era um livro, era uma grande barraca de cores festivas. De quando em quando, a mesa interrompia os trabalhos, para jogar peteca ou dar um mergulho.

Passamos depois por um cinema, onde funcionava outra seção. “Aqui votam os mais discretos, aqueles que levam ao extremo o sigilo do voto”, explicou-me João; e pressenti, no escuro, um movimento de mãos que recebiam e passavam cédulas, e vozes murmuradas, que eram as de chamada de eleitores, enquanto Gina Lollobrigida, na tela, colhia morangos do bosque e namorava o carabineiro.¹

Sáimos, e continuamos a apreciar o povo soberano. Havia uma seção no alto do Pão de Açúcar, e para inspecioná-la passamos a um helicóptero pousado no local do antigo Pavilhão Mourisco. Outra, nas matas da Tijuca. Passarinhos traziam no bico delicado o material da eleição, e, pelos caminhos perfumados de resinas e corolas silvestres, pares enlaçados os perseguiam aos gritinhos e risadinhas, como no canto IX dos *Lusitadas*. Quando um colibri se deixava pegar, as cédulas que ele transportava eram todas do candidato preferido pelo casal, e o casal preferia sempre os melhores nomes; mas era difícil escolher, porque todos os nomes eram ótimos. João explicou-me que os canalhas se haviam regenerado ou mudado para países distantes. Quanto aos mentirosos, pensavam mentir ainda, não reparando que uma transformação interior só lhes permitia falar verdade.

“E aquela aglomeração maior, ali embaixo?” “É a seção do Banco do Brasil, não tinha reparado?”, respondeu-me João. Os eleitores brandiam cédulas do Tesouro, e iam depositá-las num guichê com a tabuleta “Recebedor”. O sempre bem informado João esclareceu que peculatórios e estelionatários, aproveitando a ocasião, exerciam o direito de voto e restituíam o roubado; em seguida, recolhiam-se espontaneamente à cadeia, e, embora perdoados, teimavam em permanecer lá dentro, para purgação de suas faltas.

“Vou lhe proporcionar um prazer especial”, continuou João; “voemos sobre a Academia de Letras.” O poeta Adelmar Tavares votava em verso alexandrino, que era logo declamado em coro pelos amigos: “Hamilton, senador, como a experiência manda, e, para vereador, Floresta de Miranda”. Manuel Bandeira observou que, lidos como

hexassílabos, os versos ganhavam em ritmo e vivacidade. Alguns acadêmicos pediam cédulas de dom Pedro II, mas um mesário lhes explicava que esse de há muito já era um eleito. Olegário Mariano chorava de emoção. E, aproveitando o ensejo, a Academia deliberava criar poltronas extranumerárias, que eram preenchidas ali no sufragante, com a participação de acadêmicos e adventícios, e foram eleitas quarenta mulheres e ninguém mais se entendeu daí por diante, e a eleição terminou no bar Vilarino, entre uísques.

Faltava-nos ver umas quinhentas seções, e João, sempre amável e eficiente, proporcionava-nos uma lancha, para espiar as eleições marítimas e submarinas; depois, andávamos a esmo pelas ruas, curiosos de ver onde votavam Cacilda Becker, Villa-Lobos, Zizinho, o general Rondon, Heitor dos Prazeres, Jayme Ovalle, Adalgisa Nery. Víamos, sorriamos, cumprimentávamos, e tudo era melhor; e tomávamos um teco-teco e íamos sobre o Brasil afora, e todo o Brasil votava como lhe parecia, dançando, cantando, confraternizando; e voávamos e voávamos sobre a paz e o amor universais. Há sonhos felizes.

1 Referência ao filme *Pão, amor e fantasia* (1953), do diretor italiano Luigi Comencini (1916-2007), com Gina Lollobrigida e Vittorio De Sica nos papéis principais.

LUGARES

A rua é ainda egrégia e simpática. Tudo se vem fazendo por transformá-la em ponto de estacionamento de automóveis, mas a sombra de Rui Barbosa, a de João Ribeiro, de poetas antigos, sábios, professores, bibliófilos, estudantes, gente rica e gente pobre, com amor à leitura, que por lá buquinou durante anos e anos, parece frequentá-la ao jeito das sombras: discretamente, na memória dos que gostam de evocar, na saudade de alguns sobreviventes da velha geração de caixeiros, um pouco na poeira das estantes, que as estantes veneráveis não devem ser luzidias. Há também, esparsas, memórias de leiloeiros e antiquários.

Os “sebos” foram rareando, frequentadores assíduos se despediram para o Caju e o São João Batista, a cidade ensaiou novos hábitos, ou simplesmente perdeu velhos e não teve jeito de adquirir outros. Onde reinava o velho Quaresma e depois o velho Matos, há hoje latas de comestíveis. A “Principal”, a “Acadêmica”, o J. Leite saíram da paisagem, emigrando ou desvanecendo-se. Um lado inteiro da rua desapareceu, e foi como se arrancassem metade do tronco a um corpo vivo. Mas, no outro meio-fio, o sobrado da velha Briguiet se mantém fiel a seu destino de casa de livros. Com outro nome e outros ocupantes, o espírito literário não desertou aquelas paragens. Um menino, por assim dizer crescido na rua São José, ali está hoje, homem-feito, e a este não é possível demolir nem convencer de que deve negociar em política, importações ou apartamentos. Carlos Ribeiro mantém e reavigora, quase sozinho, o espírito da gloriosa rua São José, que é uma universidade a seu modo: junto às pilhas de livros, sabedores de coisas filosofam ou pontificam; mocinhas supõem comprar romances, quando na realidade estão se provendo de noções da eterna e tenebrosa ciência de amar; o vice-presidente da Câmara, José Augusto, foge à barafunda parlamentar e mergulha nos clássicos; amadores contemplam estampas; o cônego Monteiro seleciona obras para a biblioteca do Círculo Operário de São José dos Campos, criada com o seu suor; não faltam nem as *presses universitaires*, pois a rua edita desde manuais de macumba até estudos eruditos; e há sempre uma ideia, um projeto, um traço intelectual no ar, um traço que não quer perder-se e reage contra a burrificação geral da vida carioca.

Mas essa rua é também uma praia, aonde vão dar os volumes de bibliotecas que naufragaram. Vêm de mistura os mestres do pensamento e aquelas tímidas obrinhas de principiantes, que o destinatário nem chegou a abrir. O livreiro recolhe esses destroços e os reanima, pondo-os de novo em circulação. Só na aparência é triste o comércio de livros usados. Realmente, ele assegura, *dans un tumulte au silence pareil*, uma vibração contínua, uma rotação infatigável aos produtos do espírito, que espírito também são, e não se sentiriam bem se arrialhados eternamente à mesma prateleira imóvel.

O grande poeta estrangeiro oferece seu cântico ao grande poeta nacional e este, de alma doadora por natureza, o passa a um terceiro poeta, que, premido pela dura circunstância (e quem ainda não desfêz ou pensou em desfazer sua biblioteca, num dia negro?), o lança à correnteza da rua São José, onde um quarto poeta o resgata — por quanto tempo? Assim a poesia circula como um facho levado por mãos que a prezam, e alguma coisa, no abismo, se salvará.

Nossa casa é antiga, embora não secular — explicava-me aquela senhora — e o senhor sabe como essas construções antigas têm pé-direito alto, um despropósito. Nossos dois andares enfrentam bem uns três dos edifícios vizinhos. Isso lhe dará ideia da altura de minhas buganvílias, pois as raízes delas se misturam com os alicerces, e temos praticamente dois telhados: o comum, e esse lençol rubro de flores, quando vem pintando a primavera.

Não, não pense que as flores cobrem o telhado: elas formam o seu teto especial, no terraço, dominando a pérgula — e a boa senhora sorriu — que o antigo proprietário fez questão de construir, para dar um ar meio silvestre, meio parnasiano, àquela superfície árida de ladrilhos. Nossa casa está longe de ser bonita, embora eu goste muito dela; e quando as buganvílias funcionam a todo vapor, na florescência, não imagina como a nossa modesta alvenaria se transforma numa coisa espetacular, todo aquele dilúvio de escarlate que a brisa do Brasil beija e balança, os ladrilhos também se deixam atapetar de florinhas, e até o cãozinho, indo brincar no terraço, costuma voltar trazendo no pelo branco manchas encarnadas de primavera. Caem florinhas nas painéis da cozinha, cá embaixo, e se a gente deixar entreaberta a janela do banheiro, pode tomar seu banho de *Bougainvillea spectabilis*, Willd., ou que nome tenha; sei que é uma nictaginácea, ouviu?

Tudo isso é simpático, mas tem seus inconvenientes. Quando nos instalamos, um mestre de obras ponderou: “Eu, se fosse madame, cortava essas trepadeiras. Veja como os troncos encorparam, e como as paredes vão trincando. A raiz está abalando tudo”. Não tive coragem de matar uma planta de Deus, aliás duas, subindo lado a lado, confundindo lá em cima os galhos e fazendo de nossa casa uma coisa diferente, no cinzento da Zona Sul (os moradores dos edifícios garantem que, vista do alto, a casa vale muito mais do que vista da rua, por causa das buganvílias, que fazem bem aos olhos). E depois, já tivemos que sacrificar a goiabeira para abrir mais uma caixa-d’água subterrânea, Deus nos perdoe. Não, as buganvílias, não. A casa pode vir abaixo, e seremos soterrados sob tijolos e flores, mas todo o poder às buganvílias!

Há dias foi engraçado, porque convidamos um casal para almoçar, e já na horinha me lembrei que não tínhamos flores em casa. Fui comprá-las correndo, mas a greve da Leopoldina acabara com elas, ou era a própria greve das flores, que pediam aumento de orvalho; não havia uma triste corola à venda. E não era dia de feira no bairro, de sorte que não se podia recorrer a flores de calçada. Voltei de alma ferida, porque se pode trabalhar sem flor, dormir sem flor, mas comer sem flor é desagradável, tira o sal. Estava imersa em vil desânimo, quando me pousou no nariz, trazida pelo vento, a florinha de buganvília, cujos ramos estão explodindo de vermelho, entre pinceladas verdes. Voei ao

quarto de depósito, saí de lá brandindo a escada de três metros, e icei-a na pérgula. E com risco de romper o esqueleto, pois escada de casa velha também é velha e desconjuntada, aos olhos divertidos ou indignados da vizinhança, fui ceifando com tesoura aquele mar de florinhas sanguíneas. Enchi duas cestas enormes, e nunca minha casa ficou tão bonita como enfeitada assim à última hora, sem gastar um cruzeiro; o casal ficou encantado, mas que beleza de flor, então eu expliquei que buganvília não tem propriamente flores, tem brácteas, que são folhas iguais às outras, mas valorizadas pelo vermelho. Deu tudo certo, e eu senti que os imensos pés de buganvílias me agradeciam e pagavam dessa maneira a decisão de poupar-lhes a vida até a consumação dos séculos — ou da nossa velha casa, que eles vão destruindo poeticamente.

A princípio, o território neutro do edifício Jandaia era ocupado por mães e babás, capitaneando inocentes que iam tomar a fresca da tarde; à noite, vinham empregadas em geral, providas de namorados civis e militares.

Mas impõe-se a descrição sumária do território: simples área pavimentada em frente ao edifício, separando-se da calçada por uma pequena amurada de menos de dois palmos de altura, tão lisa que convidava a pousar e repousar. Os adultos cediam ao convite, e ali ficavam praticando sobre o tempo, a diarreia infantil, a exploração nas feiras, os casamentos e descasamentos da semana. (Na parte da tarde.) Ou não conversavam, pois outros meios de comunicação se estabeleciam naturalmente na sombra, mormente se o poste da Light, que ali se alteia, falhava a seu destino iluminatório, o que era frequente. (Na parte da noite.)

Na área propriamente dita, a garotada brincava, e era esse o título de glória do Jandaia. Sem *playground*, oferecia entretanto a todos, de casa ou de fora, aquele salão a céu aberto, onde qualquer guri pulava, caía, chorava, tornava a pular, até que a estrela Vésper tocava gentilmente a recolher, numa sineta de cristal que só as mães escutam — as mães sentadas no “murinho”, nome dado à mureta concebida em escala de anão.

E assim corria a Idade de Ouro, quando começaram a surgir, no expediente da tarde, uns rapazinhos e brotinhos de uniforme colegial, que foram tomando posse do terreno. Esse bando tinha o dinamismo próprio da idade — e, pouco a pouco, crianças, babás e mãezinhas se eclipsaram. Os invasores falavam essa língua alta e híbrida que se forja no mundo inteiro, com raízes no cinema, no esporte, na Coca-Cola e nos gritos guturais que se desprendem — quem não os distingue? — dos quadros “mudos” de Brucutu e Steve Roper. Divertido, mas um pouco assustador. E à noite, por sua vez, fuzileiros e copeiras tiveram de ir cedendo campo à horda que se renovava.

Os moradores do Jandaia começaram a queixar-se. O porteiro saiu a parlamentar, e desacataram-no. A rua era pública. Sentavam no murinho com os pés para fora. Não faziam nada de mau, só cantar e assobiar. Os chatos que pirassem.

Ouvindo-se tratar de chatos, por trás da cortina, os moradores indignaram-se. O telefone chamou a radiopatrulha, que foi rápida, mas a turminha ainda mais: ao chegar o carro, o porteiro estava falando sozinho.

No dia seguinte, não houve concentração juvenil, mas já na outra tarde, meio cautelosos, eles reapareceram. A esse tempo a rua se dividira. Havia elementos solidários com a gente do Jandaia, e outros que defendiam a nova geração; estes argumentavam que a rapaziada era pura: em vez de bebericar nos bares, batia papo inocente à luz das estrelas. Preferível à grudação dos casais suspeitos, que antes envergonhava a rua.

Mas o Jandaia tinha moradores idosos e enfermos, aos quais aquela bulha torturava; tinha também rapazes e meninas, que preferiam estudar e não podiam. Por que os engraçadinhos não iam fazer isso diante de suas casas?

Como não houvesse condomínio, e os moradores dos fundos, livres da algazarra, se mostrassem omissos, uma senhora do segundo andar assumiu a ofensiva e *txááá!* um balde de água suja conspurcou a camisa esporte dos rapazes e o *blue jeans* das garotas. Consternação, raiva, debandada — mas no dia seguinte voltaram. E voltaram e tornaram a voltar.

Ontem pela manhã, um pedreiro começou a furar o cimento do murinho, e a colocar nele uma grade de ferro, de pontas agudas. Vaquinha dos mártires do Jandaia? Não: outra iniciativa pessoal de um deles, coronel reformado e solteirão. “Logo vi que ele não tem filho!” — comentou uma das garotas, com desprezo. Mas a turma está desoladíssima, e nunca mais ninguém ousará sentar no murinho — nem mesmo as mansuetas babás e mães, nem mesmo os casais noturnos.

Passei uma última vez pela livraria José Olympio, na rua do Ouvidor, para conferir minhas recordações com os objetos que a elas estão ligados. Daqui a um mês, esses objetos quedarão guardados em nós, numa caixa invisível, que abrange prateleiras, balcão, vozes, pensamentos, pessoas. Bem sei que a vida é “duração” e mobilidade, como ensina o filósofo, e não há razão de melancolia: a loja será desmanhada para se recompor em edifício novo, nós mesmos, com o tempo, seremos recompostos sob novas espécies, e o fato de não termos consciência física da permanência na transformação não impede o seu alegre desenvolvimento. Olhei para o velho Castilho e o Altamir, procurei o rapazinho Athos, que hoje é homem-feito, perguntei pelo Daniel, que defende outro setor, por todos da velha guarda, e verifiquei de súbito que a própria saudade é dinâmica; eu estava ali há vinte anos passados, desembarcado de Minas, como o próprio José Olympio, de São Paulo. Se alguns “viciados” da casa, como Graciliano Ramos, aparentemente tinham morrido, a glória do nome provava a mentira do desaparecimento. J. O. criara uma coisa que não acaba mais.

A livraria, a princípio, não tinha aquele lugarzinho nos fundos, com o banco para os escritores se sentarem e baterem papo (uma ou duas vezes, trocaram sopapo), esse banco preto que viera da biblioteca de Alfredo Pujol e está agora recolhido à sala de trabalho do editor, como “o banco do Graciliano”. Lá era o escritório de José Olympio, que depois passou ao andar superior. Os literatos foram chegando, José Lins do Rego, Hermes Lima, Jorge Amado, Murilo Mendes, que acabara de converter-se ao catolicismo ortodoxo, Marques Rebelo, a formosura de Adalgisa Nery, o pessimismo de Graciliano, Eneida cordial e sua gargalhada, a ironia de Tarquínio, os derrames de um, as mentiras de outro, e o local foi-se convertendo no que se chama um foco. Rapazes que desembarcassem de um “ita” do Norte ou do trenzinho fumacento de Minas tinham de ir, correndo, respirar aqueles ares ilustres.

Com esse colorido de vanguarda, não havia outra casa no Rio. Mesmo tendo o hábito de percorrer livrarias, era naquela que o escritor pousava para confrontar suas ideias com as dos confrades, para se sentir, não um consumidor de livros, mas um ser caracterizado e participante, às voltas com as dúvidas e complicações inerentes à sua natureza imaginativa e hipersensível, e desejoso de apoio e comunicação.

Por outro lado, não se tratava apenas de uma loja simpática. Era também uma editora revolucionária, que lançava com ímpeto nomes conhecidos de pouca gente ou de ninguém. Apresentava um livro diferente e elegante, formato padronizado, capa desenhada por Santa Rosa (o que nem sempre era fácil de conseguir, pois o Santa, como a felicidade, não estava onde o procurassem, ou nunca o procuravam onde poderia estar),

e o aspecto gráfico e o prestígio da casa acendiam nos escritores o desejo de figurar em seu catálogo. José Olympio editou com o mesmo espírito autores da direita, do centro, da esquerda e do planeta Sírio, e se aos de determinado matiz tocou um papel mais saliente durante certo tempo, isto se deve à tendência da época, aos rumos da sensibilidade, tangida pelos acontecimentos mundiais. J. O. logo se revelou excelente praça, pois não editava apenas, ficava querendo bem aos editados, interessava-se por eles junto a quem de direito, ajudava-os em silêncio, criava em torno da materialidade das relações profissionais uma coisa abstrata mas imperante, a que ele chamou a Casa. J. O. em geral não emprega a primeira pessoa; diz a Casa. A Casa não pode editar um livro nessas condições, a Casa ficou magoada, a Casa está feliz... O fato é que não se pode compreender a efervescência de ideias, de planos, o sentido socializante da literatura por volta de 35 a 37, sem a presença da Casa. O romance sofrido do Nordeste, situado em 30, ganhou ali direitos de cidade. O modernismo, então ainda ridicularizado por jornais e salões, começou a funcionar como produto editorial, que o público julgaria diretamente. Os “Documentos Brasileiros” se converteram num laboratório de crítica, pesquisa social e interpretação histórica do Brasil. De modo que aquilo era uma loja de livros, à primeira vista; mas tinha alma.

A Casa continua.

Um itabirano que há cinquenta anos não revia a cidade natal, deixada aos quinze, voltou lá e ficou triste; e ficando triste, imprimiu um boletim de que me mandaram um exemplar. Queixa-se, entre outros males, de que acabaram com as árvores, notadamente “o encantador e quase secular coqueiro do saudoso Batistinha”. Fecho os olhos e revejo o coqueiro; junto ao tronco rugoso, lá vem a imagem do Batistinha, com o bando de gente, fatos e sensações daquele tempo; e sinto — o que é normal nesse jogo da evocação — que, destruídas lá fora, as coisas se vão recompondo cá dentro, até que, com a nossa morte, se acabem de vez esses coqueiros internos, dos quais só um ou outro sobrevive guardado em página literária ou alusão histórica.

Agora, quem quiser ver a praia do Arpoador, é fechar os olhos; e não adianta distribuir boletim, que a praia não volta, levada que foi pelo mar em fúria ou simplesmente enlunado. Quem nela se deitou domingo 8, não a encontrou mais domingo 15; sem aviso, sem consideração a tanto programa dominical que se organizava no correr da semana, a onda ferrou o dente na areia clara, e as duas lá se foram, na vertigem. Vão talvez aquietar-se em pousos longínquos, onde pedras tão nuas como as do Arpoador de hoje esperam vez. A praia nova atrairá outros corpos, a mesma areia pisada por pés gentis ou rudes sofrerá novas pressões, mas esse “momento” na história da areia, que se chamava praia do Arpoador, está arquivado em nós, tão frágil arquivo.

Não era um bem carioca, mas um bem nacional. Acendia um desejo em rapazes e moças do Norte, do Oeste, de Leste: “Quando for ao Rio vou tomar banho no Arpoador”. Mesmo em países distantes, esse nome está ligado a manhãs de vento e azul, a montanhas violeta ou cinza presidindo, a um piscar de farol, a ilhas que mesmo próximas guardam um segredo de solidão; tudo isso embutido numa sensação de torpor ou euforia, que marcou para sempre aquele lugar, e ficou sendo como um eflúvio dele.

Em suma, a praia do Arpoador era um bem dos sentidos, que são ciosos de sua fazenda. Na voluptuosidade da vista, do tato, da brisa marinha sorvida a pleno, estavam suas riquezas, logo convertidas em memórias. O amor ali fincou suas barracas, mas podia fincá-las também a simples amizade, e até a indiferença sentimental. Não era menor o prazer de banhar-se ou tostar-se, numa ou noutra situação emotiva. Todos fruíam igualmente de um mar bravo, limpo, da melhor espuma, da concha mais finamente colorida. A preferência da gente “bem”, acentuada nos últimos tempos, não impedia que o lobo solitário ali se esticasse, e revigorasse ao sol sua misantropia. A praia não tomava partido.

Mas o que tornaria o Arpoador infrangível na lembrança dos que o frequentavam era a teoria de corpos jovens a desfilar em suas areias, no cenário de uma eflorescência

sempre cambiante, com a água, a nuvem e o som surdo se atando e desatando continuamente. Proust, doutor no assunto, se enlevava diante de uma rapariga em flor, pelo seu estado de forma em mudança, pois lhe trazia à mente “essa perpétua recriação dos elementos primordiais da natureza, que contemplamos diante do mar”. Mas o nosso mar soverteu a praia, e as moças já não pousam ali sua arquitetura e seu riso. Também não se verá mais, em certa noite do ano, os devotos de branco acendendo velas na areia, e envolvendo-as de flores. Sobrou apenas, na vazante, o espaço para uma ou duas pessoas depositarem sua saudade, sem barraca. Passei por lá ontem e censurei o mar, que tudo destrói; mas, no rumor que vinha das ondas, ele parecia explicar-se: “Nada disso, irmão. Estou apenas trabalhando para a refeitura”.²

2 O cronista exagerou. A praia continua. (N. A.)

COSTUMES

O vizinho mandou pintar de cor-de-rosa sua casa, e de azul-claro o beiral e os marcos e folhas das janelas. Esta providência dá margem a algumas divagações que aqui se transmitem ao leitor, nosso companheiro.

O ato do vizinho é muito mais importante do que lhe parece a ele. Afirmo um sentimento de confiança na civilização mediterrânea, e o propósito de contribuir para que todos nós, residentes ou transeuntes, recuperemos um pouco da beatitude perdida.

Quem pinta hoje sua casa, em vez de negociar-lhe a demolição, cumpre uma cláusula do contrato social, observa a boa lição urbanística e, dentro do rito milenar, satisfaz essa velha tendência do homem a aformosear o quadro de sua existência.

De uns anos para cá as ruas passaram a ser percorridas por elementos suspeitos, que, avaliando em metros quadrados aéreos os terrenos onde se erguem as habitações humanas, logo procuram seus proprietários e lhes propõem botar aquilo no chão.

A aquiescência imediata dos interpelados revela estranha propensão ao suicídio, praticado através da destruição de algo fundamental, como é a casa em que vivemos.

Tendo destruído essa parte do ser, as pessoas transportam os remanescentes para os ossuários erguidos apressadamente no mesmo local, e que se arrumam pelo princípio da superposição de urnas. Aí aguardarão, talvez até a consumação dos séculos, o dia da ressurreição das casas.

Mas o vizinho reagiu contra essa psicose grupal, e dali sorriem pintadas de rosa as paredes de sua casa. Vale dizer que ele não atendeu o telefone, quando o chamaram para consultá-lo vagamente sobre a hipótese da derrubada, que não compareceu ao escritório onde peritos blandiciosos o convenceriam da inconveniência de morar à maneira antiga, metendo em brios o seu amor-próprio, pois se todo mundo desistiu de tal maneira, por que só ele continua teimando? Ou compareceu, foi amaciado, reagiu, tornaram a amaciá-lo, esteve a ponto de ceder, a vista se lhe turvou qual plúmbeo véu, eram tantos milhões de cruzeiros, mas cobrou ânimo e reagiu outra vez, o senhor é louco, não vê que a valorização naquela zona o proíbe de continuar a deter o surto imobiliário, isso é um crime, o senhor está perdendo dez mil cruzeiros por semana, onde é que anda o amor que devota a seus filhos, e o gabarito, e a vaga na garagem, e o fabuloso jardim de inverno, e o vizinho vai capitular, não, ainda, não; passa-lhe pela mente o frontispício cor-de-rosa, com elementos azuis, de uma antiga mansão onde a vida era feliz, ou pelo menos ficou sendo naquele tempo; depois que considerou bem, o vizinho enxuga o suor da testa, grita NÃÃO, e sai e chama o pintor e lhe ordena: pinte tudo cor-de-rosa, com os beirais e as janelas de azul de mês de Maria, quero minha casa bem bonita, como bonito era o sobradão de 1800 e tantos onde meu bisavô nasceu, e quero ver, mas quero ver

quem derruba minha casinha!

De cor-de-rosa e de azul-claro ele pintou sua casa, de azul-claro e de rosa devíamos todos revestir uma fração de nossa vida, já que não é possível pintá-la completamente de cores tão puras.

Estatuto dos Funcionários, artigo 24º: “O dia 28 de outubro será consagrado ao Servidor Público” (com maiúsculas).

Então é feriado, raciocina o escriturário, que, justamente, tem um “programa” na pauta para essas emergências. Não, responde-lhe o governo, que tem o programa de trabalhar; é consagrado, mas não é feriado.

É, não é, e o dia se passou na dureza, sem ponto facultativo. Saberão os groenlandeses o que seja ponto facultativo? (Os brasileiros sabem.) É descanso obrigatório, no duro. João Brandão,³ o de alma virginal, não entendia assim, e lá um dia em que o Departamento Meteorológico anunciava: “céu azul, praia, ponto facultativo”, não lhe apetecendo a casa nem as atividades lúdicas, deliberou usar de sua “faculdade” de assinar o ponto no Instituto Nacional da Goiaba, que, como é do domínio público, estuda as causas da inexistência dessa matéria-prima na composição das goiabadas.

Hoje deve haver menos gente por lá, conjeturou; ótimo, porque assim trabalho à vontade. Nossas repartições atingiram tal grau de dinamismo e fragor, que chega a ser desejável o não comparecimento de noventa por cento dos funcionários, para que os restantes possam, na calma, produzir um bocadinho. E o inocente João via no ponto facultativo essa virtude de afastar os menos diligentes, ou os mais futebolísticos, que cediam lugar à turma dos “caxias”.

Encontrou cerradas as grandes portas de bronze, ouro e pórfiro, e nenhum sinal de vida nos arredores. Nenhum — a não ser aquele gato que se lambia à sombra de um tinhorão. Era, pela naturalidade da pose, o dono do jardim que orna a fachada do Instituto, mas — sentia-se pela ágata dos olhos — não possuía as chaves do prédio.

João Brandão tentou forçar as portas, mas as portas mantiveram-se surdas e nada facultativas. Correu a telefonar de uma confeitaria para a residência do chefe, mas o chefe pescava em Mangaratiba, jogava pingue-pongue em Correias, estudava holandês com uma nativa, na Barra da Tijuca; o certo é que o telefone não respondeu. João decidiu-se a penetrar no edifício galgando-lhe a fachada e utilizando a vidraça que os serventes sempre deixam aberta, na previsão de casos como esse, talvez. E começava a fazê-lo, com a teimosia calma dos Brandões, quando um vigia brotou da grama e puxou-o pela perna.

— Desce daí, moço. Então não está vendo que é dia de descansar?

— Perdão, é dia em que se pode ou não descansar, e eu estou com o expediente atrasado.

— Desce — repetiu o outro, com tédio. — Olha que te enancam se você começa a virar macaco pela parede acima.

— Mas, e o senhor por que então está vigiando, se é dia de descanso?

— Estou aqui porque a patroa me escaramuçou, dizendo que não quer vagabundo em casa. Não tenho para onde ir, tá bem?

João Brandão aquiesceu, porque o outro, pelo tom de voz, parecia disposto a tudo, inclusive a trabalhar de braço, a fim de impedir que ele trabalhasse de pena. Era como se o vigia lhe dissesse: “Veja bem, está estragando meu dia. Então não sabe o que quer dizer facultativo?”. João pensava saber, mas nesse momento teve a intuição de que o verdadeiro sentido das palavras não está no dicionário; está na vida, no uso que delas fazemos. Pensou na Constituição e nos milhares de leis que declaram obrigatórias milhares de coisas, e essas coisas, na prática, são facultativas ou inexistentes. Retirou-se, digno, e foi decifrar palavras cruzadas.

3 Personagem criado pelo autor que também serviu de pseudônimo em muitas de suas crônicas.

“Quando Bauer, o de pés ligeiros, se apoderou da cobiçada esfera, logo o suspeito Naranjo lhe partiu ao encalço, mas já Brandãozinho, semelhante à chama, lhe cortou a avançada. A tarde de olhos radiosos se fez mais clara para contemplar aquele combate, enquanto os agudos gritos e imprecações em redor animavam os contendores. A uma investida de Cárdenas, o de fera catadura, o couro inquieto quase se foi depositar no arco de Castilho, que com torva face o repeliu. Eis que Djalma, de aladas plantas, rompe entre os adversários atônitos, e conduz sua presa até o solerte Julinho, que a transfere ao valoroso Didi, e este por sua vez a comunica ao belicoso Pinga. A essa altura, já o cansaço e o suor chegam aos joelhos dos combatentes, mas o Atrida enfurecido, como o leão que, fiado na sua força, colhe no rebanho a melhor ovelha, rompendo-lhe a cerviz e despedaçando-a com fortes dentes, para em seguida sorver-lhe o sangue e as entranhas — investe contra o desprevenido Naranjo e atira-o sobre a verdejante relva calcada por tantos pés celestes. Os velozes Torres, Madri e Avellan quedam paralisados, tanto o pálido temor os domina; e é quando o divino Baltasar, a quem Zeus infundiu sua energia e destreza, arremete com a submissa pelota e vai plantá-la, como pomba mansa, entre os pés do siderado Carbajal...”

Assim gostaria eu de ouvir a descrição do jogo entre brasileiros e mexicanos, e a de todos os jogos: à maneira de Homero. Mas o estilo atual é outro, e o sentimento dramático se orna de termos técnicos. Mesmo assim, quando o cronista especializado informa que o Botafogo “não estava numa tarde de grande inspiração” ou que Zizinho “se desempenhou com o seu habitual talento”, fico imaginando que há no futebol valores transcendentais, que nós, simples curiosos, não captamos, mas que o bom torcedor vai intuindo com a argúcia apurada em uma longa educação da vista.

Confesso que o futebol me aturde, porque não sei chegar até o seu mistério. Entretanto, a criança menos informada o possui. Sua magia opera com igual eficiência sobre eruditos e simples, unifica e separa como as grandes paixões coletivas. Contudo, essa é uma paixão individual mais que todas.

Cada um tem sua maneira própria de avaliar as coisas do gramado, e onde este vê a arte mais fina, outro apenas denuncia a barbearagem ou talvez um golpe ignominioso. Pelo nosso clube fazemos o possível, e principalmente o impossível. O jogador nos importa menos que suas cores, e se muda de camisa pode baixar em nossa estima, à revelia de toda justiça.

A estética do torcedor é inconsciente; ele ama o belo através de movimentos conjugados, astuciosos e viris, que lhe produzem uma sublime euforia, mas se lhe perguntam o que sente, exprimirá antes uma emoção política. Somos fluminenses ou

vascos pela necessidade de optar, como somos liberais, socialistas ou reacionários. Apenas, se não é rara a mudança do indivíduo de um para outro partido, nunca se viu, que eu saiba, torcedor de um clube abandoná-lo em favor de outro.

Finalmente, a grande ilusão do gol confere alta dignidade à paixão popular, que não visa a um resultado positivo e duradouro no plano real, mas se satisfaz com uma abstração: vinte e dois homens se atiram uns contra outros, e era de esperar que os mais combativos ou engenhosos, saindo triunfantes, deixassem os demais no campo, arrebetados. Não. O objeto de couro transpõe uma linha convencional, e o que se chama de vitória aparece aos olhos de todos com uma evidência corporal que dispensa a imolação física. Não podemos acusar de primitivismo aos que se satisfazem com este resultado ideal.

Quando faleceu Artur Azevedo, o rabiscador destas linhas ainda não havia aprendido a ler, mas, logo aos primeiros avanços no mundo das palavras impressas, seu nome devia impor-se à imaginação infantil. O interior do país conserva ainda (ou conservava, naquele tempo de comunicações escassas, por muitos anos) a lembrança que logo se esgarça no Rio e em São Paulo. Morrendo em 1908, Artur Azevedo continuava perfeitamente vivo na memória de muitos leitores, que guardavam revistas e almanaques antigos, como alimento para as horas de ócio. Ele manejava um instrumento que assegura essa permanência com que o simples humorista ou cronista não pode contar: suas comédias realmente engraçadas, fáceis de representar e guardar, despertavam nas pequenas cidades não só a alegria da descoberta do teatro, como ainda essa outra alegria bem maior, de participar dele, de omitir a rotina cotidiana de maneira ativa, figurando, como ator, num plano irreal. Por isso florescia em Itabira, nos idos de 1915, um Grêmio Dramático e Literário Artur Azevedo, a que tive a honra de pertencer por especial benevolência dos diretores, que deram interpretação muito elástica aos estatutos (se não me engano, houve mesmo reforma), pois a sociedade era de adultos, e abriu suas portas a um menino metido a literato.

O Grêmio ficava no segundo pavimento de um velho sobrado, a casa dos Anchieta, família de mudos que viviam de fabricar sapatos no andar térreo. Um pequeno armário envidraçado era toda a biblioteca; o retrato de nosso patrono abençoava-nos gordamente da parede. A bem dizer, só pertenci à associação na parte puramente literária, pois desde cedo verificara minha especial inaptidão para a arte de representar. Já contei isso em outra oportunidade, e não teria graça repeti-lo. Mas os pequenos-grandes sofrimentos advindos dessa incompetência não desviaram o garoto do interesse pelo que se passava no teatro, que era amplo e simpático, e aparecia a seus olhos como a casa mágica, raramente aberta, sempre prestigiosa. Tínhamos ótimos amadores, ou assim os julgávamos. Tito Franklin, prático de farmácia, primava nos papéis cômicos, assim como Maninho Andrade nos dramáticos. A meu ver, a influência saudável de Artur Azevedo sobre os grupos de amadores do interior terá residido particularmente neste ponto: o dramalhão antigo e cacete foi cedendo lugar a peças divertidas, que refletiam realmente nossos costumes, suscitavam a confraternização jovial da plateia e abriam caminho para uma arte teatral tipicamente brasileira no seu espírito e nas suas formas. Essa arte brasileira não veio, ou só agora se anuncia, porque a evolução foi cortada bruscamente pela irrupção do cinema.

Assim, o teatro de minha terra, com seu globo azul no frontispício, dominado pelo voo de uma águia de massa, que era obra muito prima do santeiro Alfredo Duval, e olhando para a igreja matriz do outro lado do paredão, como a dizer-lhe: “Nossos reinos

são diferentes; aqui mando eu”, teve de ser adaptado para o cinema de seu Eurico, e com o tempo se iam pela vertente das coisas caducas o grêmio dramático, o grupo de amadores, a notável orquestra mista que tocava as *ouvertures*. Artur Azevedo foi derrotado, no Brasil afora, por Max Linder, Bertini, William Farnum, Pearl White e outros pesos-pluma. Eram porém trezentos, como no verso de Mário de Andrade, e um autor teatral, sozinho, não poderia manter o interesse do grande público esparsos por esses brejões nacionais, ávidos de distração e de sonho barato, na interminável noite onde piscam luzinhas fracas, de longe em longe.

Mas a lembrança dele é grata aos que conheceram ainda os últimos dias de glória dos teatros oitocentistas no interior. E ao cronista, então, que se envaidecia de ingressar meninote num grêmio tão conspícuo de notáveis da terra natal, sob o seu nome popular e amado, o centenário de Artur Azevedo é — desculpem — quase que um pouco o seu próprio centenário. Coisas de 1915! Coisas do século xv...

A X lhe disseram que devia guardar seu dinheirinho no banco. É simples, cômodo, garantido. Ele não tinha propriamente o que guardar, mas ordenado não se gasta de pancada; depositá-lo, assinar alguns pequenos cheques, deixar um saldo bruxuleante para o mês seguinte: isso lhe dava certo prazer bancário, que X ia cultivando. Resultado: no fim de algum tempo, tal o poder germinativo do capital, tinha o que se chama “dinheiro no banco”. Não muito, o bastante para viver quinze dias de barriga para o ar, contando nuvens.

Indo para o trabalho, contemplava o banco, sem volúpia de avarento, mas satisfeito: ali estava seu cobrinho, para qualquer emergência: viagem de pobre, operação, uma dessas máquinas americanas que a mulher sempre julga imprescindível adquirir e que vão secando o rio Paraíba.

Surpreso, certa manhã viu uma fila agitada em frente ao banco que cerrara as portas. No dia seguinte, uma sigla qualquer do Banco do Brasil, pelos jornais, anunciava a liquidação do estabelecimento e esclarecia que, pelo decreto tal, de tantos de tantos, os depositantes de menos de cem mil cruzeiros receberiam imediatamente seu dinheiro. Magnânimo decreto! X viu que a casa se reabriria, entrou.

— Dentro de sete dias o senhor será atendido.

Bem, não há prazo de funcionamento para os advérbios. Imediatamente, em linguagem bancária oficial, quer dizer: daqui a uma semana. Finda esta, imediatamente passou a significar quinze dias. E converteu-se em um mês, dois, regressou a quinze dias, oscilou algum tempo na zona indeterminada de “a qualquer momento” e estabilizou-se na acepção nebulosa de “não podemos informar”. O banquinho assumira feição kafkiana. Abria-se todos os dias, para nada. Os ex-empregados (dispensados e readmitidos a título precário) ocupavam suas carteiras, ficavam esperando. O quê? Não havia negócios, o cofre estava lacrado, os clientes queriam apenas receber, mas isso só se faria imediatamente, isto é, quando Deus fosse servido.

Como é difícil liquidar um banco! Quanto mais um país, meditava ele, e isso lhe dava conforto cívico, em outra sorte de preocupações.

Veio a “emergência” e X, com dinheiro no banco, teve de pedi-lo emprestado a outro. Um dia, a sigla chamou-o pelo jornal. Foi, assinou um documento em que declarava tudo aquilo que o banco estava farto de saber: nome, endereço, saldo da conta-corrente etc., e outras coisas que não lhe haviam perguntado ao abrir-lhe a conta: se era casado, em que regime etc.

— Agora vou receber?

— Daqui a dez dias.

O advérbio se esticou de novo, de novo chamaram X, deram-lhe uma ficha que o habilitava a reaparecer dentro de cinco dias e a assinar sete papéis com duas testemunhas e firmas reconhecidas. Carimbaram tudo e mandaram X ao Banco do Brasil.

No BB, deram-lhe um papelinho e um caderno de cheques.

— Que é isso?

— É a sua conta-corrente no BB.

— Mas eu não tenho conta aqui.

— O senhor assinou um instrumento de cessão de direitos em quatro vias, e não se lembra disso?

Como toda gente, em todo o mundo, X assinara sem ler, e agora estava preso ao BB, engrenagem que sempre lhe inspirara majestoso pavor. Perguntou timidamente se podia sacar quanto quisesse. Sorrindo, disseram-lhe que sim. Pela dúvida, X encheu logo um cheque na importância total do saldo, rasgou os demais, recebeu o cobre e saiu correndo, com duas noções adquiridas: lugar de dinheiro é debaixo do colchão, e decreto de governo é brincadeira com dicionário.

Em certo Estado do Brasil, entenderam espíritos adiantados que a sede do governo não devia continuar onde estava: a capital era pequena, inconfortável, de acesso penoso, impossível sua expansão. Logo se construiu uma ampla cidade de peregrino horizonte, para onde se transportaram os servidores públicos da antiga e mais os pertences de cada um, reinstalados em casinhas que cheiravam a tinta fresca e a ideia de progresso.

No palácio do governo, entretanto, era tudo novinho, a começar pela mobília de quarto do primeiro titular, feita adrede. Estava-se ainda na era vitoriana, e pareceu de bom gosto e conveniência política imprimir aos trastes certa majestade burguesa, que lembrasse a força calma e proibidosa do Império Britânico. E assim se talharam em cedro e cerejeira sete peças sem estilo definido mas que, na sua rigidez, era como se o tivessem a cama de casal com dossel de três metros de altura, dois criados-mudos, penteadeira, lavatório, guarda-vestidos e guarda-casacas. Para que não ficasse ausente uma leve nota de poesia, dois pombinhos de madeira turturavam (vide Coelho Neto, autor então em voga) à cabeceira da cama, sem quebra da maciça austeridade de suas linhas.

Rolaram os tempos, e a muita insônia cívica devem ter assistido os pesados móveis daquele severo quarto daquela severa província. Se os objetos se humanizam ao nosso contato, esses teriam adquirido certa experiência e sentimento da vida. Na cama nasceram meninos, que nascer era atividade doméstica, presidida no máximo por uma parteira benévola ou um “doutor” policlínico. E nem a morte lhe foi estranha, pois mais de uma vez corpos se imobilizaram nela para sempre, cercando-a mesmo de certa aura fúnebre. A cidade cresceu, em torno do palácio, e um dia, ao anúncio da visita do rei, um rei autêntico, verificou-se que a mobília fabricada sob o signo da rainha Vitória não servia para hospedar a realeza. O presidente de então substituiu-a por algo à altura das circunstâncias, e doou suas peças a um orfanato.

O orfanato — já adivinham — precisava de camas para crianças, não para adultos. Promoveu uma rifa e desfez-se dos móveis, que tocaram a um verdureiro. Este, solteiro e simples, não necessitava deles, e vendeu-os a um atacadista. O atacadista julgou sentir em seus negócios a influência infausta dos objetos, e passou-os a uma senhora que bem carecia de tal aparelhagem, pois sua indústria, um tanto quanto hoteleira, exigia grande número de cômodos equipados justamente com peças de casal.

Muitos anos se passaram de novo, e o que no intervalo sucedeu à mobília oficial não merece ser contado em pormenor. Ela completou o aprendizado da vida, eis tudo. E o suprarrealismo é muito mais cotidiano do que se imagina. Afinal, a indústria cerrou as portas, de muito rica, e sua diretora se recolheu à penumbra, com exemplar modéstia. Levou consigo aqueles salvados do governo e dos costumes da época. Ainda os guarda

zelosamente, mas quer vê-los recolhidos a um museu, como coisas de sentido artístico e histórico. Propôs ao poder público que os comprasse uma segunda vez — para ficar.

Especialistas foram ouvidos e atribuíram aos trastes valor intrínseco medíocre. Quanto ao valor histórico, sendo subjetiva sua estimação no entender de um perito, esse o arbitrou em dez por cento sobre o valor venal. Preço da mobília, segundo o jornal de que se extraem estes dados: sessenta e um mil e seiscentos cruzeiros.

O repórter que foi comunicar esta avaliação à veneranda senhora encontrou-a lendo Unamuno, o que atesta pelo menos seu alto nível literário. “O quê?! Uma miséria dessas por uma coisa de tanta significação? — exclamou ela. — Prefiro queimar a mobília... Não, não queimo porque sei dar valor ao que é histórico.”

São históricos os móveis tão... vividos, deixaram de sê-lo em certa fase, voltaram a sê-lo com a aposentadoria, ou o são agora duplamente? Problema a ser debatido em mesa-redonda, de que participem um Toynbee e um marceneiro.

As mães ensinam que é feio escutar conversa dos outros, mas, com os coletivos entupidos de gente, somos forçados a isso, e acabamos nos interessando pelo que não é de nossa conta. Talvez fosse mais acertado aconselhar, hoje em dia: Tome parte na conversa alheia. Ajuda a passar o tempo, e contribui para confraternizar solitários e complexados.

Mas conversas há que se desenvolvem num círculo fechado, por mais públicas que se afigurem, e não adianta você demonstrar ânimo participante. Quem disse que o cronista era capaz de insinuar-se naquele papo amazônico, a centímetros apenas de seus ouvidos, pois estava justamente com a cabeça ao nível do diafragma da gorda, enquanto a magra se comprimia a seu lado, nessa demonstração de todos os dias, de que dois corpos podem ocupar o mesmo lugar no espaço, desde que seja num micro-ônibus?

Eram duas moças entre caboclo e índio, e prosseguiram na conversa que devia ter começado na fila, e que o incômodo da situação não afetava. Em realidade não estavam ali. Estavam comendo em Manaus, pela saudade.

— Meu primo chegou ontem de avião, não trouxe muita coisa. Mas vieram uns tucumãs, ô delícia!

— De tucumã eu aprecio mais é o vinho. Você tem em casa?

— Não, mamãe não tem podido fazer. E você?

— Pois olhe, menina, tenho ainda duas garrafas, lhe cedo uma.

— Aceito, sim, e vou escrever pra lá pedindo caxiri. Quando vier, reparto com você.

— Gosto menos de caxiri, sabe? De pupunha, menina, o que me interessa mesmo é o coco no melão. Uma bondade!

Era a gorda quem exclamava. A magrinha passava a língua nos lábios. E, por sua vez

— Fruta daqui não dá gosto... Quem está acostumado a coco, hem? de tantas variedades...

— É mesmo. E que mais trouxe teu primo?

— Bem, trouxe jacundã fresquinho, criatura! Imagine que ele na véspera foi gapuiar no igarapé, e zuque: jacundã apareceu. Foi só embarcar no avião cedinho, o comandante é camarada, e quando meu primo desceu, a gente até que estava sem fome, mas o peixe não esperava, então corremos pra casa e de madrugada preparamos e comemos ele.

— Com tucupi, é?

— Evidente! De um aipim especial, que isso meu primo não esqueceu nunca de trazer, e pimenta lá de casa.

— Ai, ingrata, e você não telefonou pra gente.

— Àquela hora? Deixa estar, que na próxima eu chamo. E não vai demorar, meu tio

vem aí.

— Pede a ele pra me trazer uma língua de pirarucu, filhinha. Preciso muito de um ralador, e esse negócio de lata não vai.

— É, amortece o paladar. Mudando de assunto, estou pensando agora numa tartaruguinha de forno, que comi lá nas férias do ano passado; com sal, pimenta, limão e farinha-d'água, dessa passada em gurupema bem fina...

— Ai, não me fale. Esta noite sonhei que estava comendo tambaqui de cacete, depois vinham uns ovinhos de tracajá; depois...

— Ai! E você já sonhou com panelada de maniçoba, aqui no Rio?

— Não, bem. Mas qualquer dia eu sonho.

Houve uma pausa. Lembrei-me do estudo de Dante Costa.⁴ Eram dois casos — raríssimos entre nós — de sensualidade alimentar, fixada pelo nativismo. E a magra:

— Você onde está almoçando agora?

— Numa pensão da avenida Antônio Carlos. Cinquenta cruzeiros, mas a dona é baiana, e embora não seja a mesma coisa de Manaus, você sabe, sempre é melhor que essa danação de comidinha carioca!

⁴ Trata-se provavelmente de uma referência ao livro *O sensualismo alimentar em Portugal e no Brasil*, de Dante Costa, publicado em 1952 pelo Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação.

Um poeta da geração de 45, meu amigo (há desses milagres), contou-me que sua glória transpusera enfim o limite do bar Vilarino e se projetara nos Estados Unidos. Uma revista da Madison Avenue pedira-lhe versos, traduzira-os limpamente e pagara por eles quantia que nunca jornal algum, nestas brenhas, ousou soltar por trabalho desse naipe.

— Mil contos? — perguntei-lhe, assanhadíssimo.

— Tanto assim, não. Vinte dólares. Mas o versinho era curto, sem métrica. Legal, não acha?

Não dá para um automóvel, pensei comigo, mas felicitei o rapaz, *quand même*. Sem intenção de pedir-lhos emprestados; a fraternidade das gerações não chega a esse ponto. Em todo caso, apeteceu-me espiar a cor do dinheiro forte.

— Amigo, vi poucos dólares em minha vida. Viagem mesmo, faço a de lotação para a cidade, e ando farto da efigie de Rio Branco. Me mostre seu dolarzinho.

— Bem, devo explicar que dos meus vinte dólares poéticos, o governo norte-americano papou seis, de imposto de renda. Cobrado na fonte, hem?

Não pude eximir-me de admirar o dom de locomoção desse governo, que vai à própria fonte de Castália para haver o tributo da poesia. Onde se esboce um voo lírico, na América do Norte, vela um fiscal do *Income Tax*. Aqui, os poetas não devem a César, pelo exercício da musa.⁵

— De qualquer maneira, catorze dólares são catorze dólares — sentenciei, mais para confortar o jovem confrade que como eco de convicção profunda. — Ora, deixe ver os catorze dólares.

— O cheque?

— Não, a espécie, a figurinha da água.

— Bem, não houve propriamente dólares. O cheque dizia esse nome santo, mas o caixa, no banco americano que o descontou, explicou-me que dólar é a mesma coisa que cruzeiro.

— E você acreditou?

— Era acreditar ou largar. Disse-me que, onde quer que eu levasse o cheque, me pagariam em cruzeiros, a menos que eu fosse a Nova York receber na matriz. Tentei argumentar que aquilo era uma importação de capitais, saudável à pátria: a tal revista possuía catorze dólares em Nova York, e por artes de um simples poema hermético, esses dólares vinham dinamizar a economia brasileira. O banco os desembolsaria aqui, mas ficaria com outros catorze em Nova York para importação de tratores, geladeiras etc.

— E ele?

— Sorriu, mas ponderou que eram ordens da Carteira de Câmbio do Banco do

Brasil. E tinha mais: ia pagar-me ao preço de compra, não ao de venda do dólar. Mas eu não estou vendendo, estou recebendo, retruei ao caixa. Ele abanou a cabeça. “Também não está comprando; então, aplica-se a cotação de venda, que mais nos convém.” Em resumo: saí com mil e vinte e nove cruzeiros no bolso, um tanto confuso. Veja o que é o dólar: a primeira oportunidade que me dão de possuir vinte, logo de saída perco seis, e os outros se dissolvem no ar em simples cruzeiros. Há quem os venda e quem os compre, mas ninguém os vê. Tenho a impressão de que dólar não existe, apesar de tão forte, ou por isso mesmo.

Era também velha impressão minha. O dólar, como a girafa, não existe. O poeta da geração de 45 ganhara, além dos cruzeiros, outra metáfora. Fomos ingerir um chope.

5 Isto em 1957. Agora, devem. (N. A.)

Caro sr. Ministro:

No momento em que lhe escrevo estas mal traçadas, v. ex.^a ainda não é. Prepara-se para ser. O ato de sua nomeação vaga no ar, à maneira de um débil fumo, e só se tornará realidade, dessas realidades que a gente apalpa e ferra o dente, quando o *Diário Oficial* o recolher em suas páginas conspícuas. Não importa. Já os abraços, num tropismo comovedor, voaram em bando no rumo do seu apartamento e lhe envolveram e confortaram as espáduas pré-ministeriais. O leiteiro de v. ex.^a percebeu algo de insólito na atmosfera (a fumacinha do decreto, sem dúvida) e foi congratular-se com a cozinheira de v. ex.^a, que assumiu ares misteriosos e graves. O chofer de v. ex.^a passou a ser assediado por gregos e goianos, o jornalista de v. ex.^a mostrou-lhe, sorrindo, a manchete com o seu nome e, mais abaixo, a sua aprazível verônica; a manicura de v. ex.^a... Silenciemos a manicura. Mas por todos esses signos se comprova que começou, como dizem os jornalistas mais cultos, a sacralidade de v. ex.^a, e que os astros abriram em sua vida nova picada.

Caro sr. Ministro, sou fraco, e imagino por mim, quando se cogitou de meu nome para segundo tesoureiro da comissão comemorativa do centenário do último banho de chuveiro em Copacabana, a emoção complexa que ora viaja a rede nervosa de v. ex.^a. É um alvoroço, um arrepio suave, uma inquietação branda, uma pressa de amanhecer, uma suspeita vaga de que tudo seja ilusão, um temor de que à última hora certa egrégia pessoa pratique alguma falseta, um rir e um pular íntimos, um desejo de dar cambalhota e de fazer discurso... Sei muito bem o que são essas coisas. Acredite: constituem o melhor do melhor, e o que vem depois, como sensação, não corresponde.

Já pensou v. ex.^a, sr. Ministro, na hora imprópria em que o convidaram (ou vão convidá-lo, pois o Lourival às vezes se demora) para assumir esse belo título? As eleições vêm aí a toque de caixa, e depois delas, novas eleições. V. ex.^a terá de fazer força pelos outros, com ar de quem não faz, e o pior é que o seu nome não constará de cédula alguma. Assim, pois, é só o tempo de sentar-se e levantar-se. Daqui a um ano e meio (no máximo, e, se não chover, antes) estará v. ex.^a de mesa arrumada, pronto para entregá-la Deus sabe a quem, e que são dezoito meses na vida de um homem? V. ex.^a ficará ministro, como no dizer do poeta Paul Valéry, nome, aliás, que será de bom efeito citar nas recepções de madame Mineur:

*le temps d'un sein nu
entre deux chemises!*

É pouco. V. ex.^a, muito humanamente, pensa em reformas. O Brasil está sendo reformado a partir de 1500, e não seria decoroso interromper essa tradição saudável. Mas como que v. ex.^a terá tempo de reformar algo mais além das cortinas do seu gabinete?

Leia v. ex.^a a *Carta de guia de ministros*, editada nos bons tempos pela livraria Quaresma. Lá se diz que a ministrança de cinco anos é dádiva do Senhor, a de quatro não é má, a de três, só com escritura de promessa em cartório, a de ano e meio é caso de responder pelo expediente, não mais. V. ex.^a vai ser e não ser, qual novo Hamleto. De qualquer modo, *bonne chance*, e aceite as expressões de minha cordial simpatia e inútil solidariedade.

PROBLEMAS

Sr. Prefeito do Distrito Federal:

Saiba v. ex.^a que, numa dessas claras manhãs, ainda estivais, mas sem a brasa de fevereiro, estava a ancila deste cronista varrendo literalmente a testada, ou seja, removendo para um canto, onde o gari pudesse apanhá-las, as coisas que vulgarmente se encontram no passeio, quando um transeunte a advertiu de que devia munir-se de uma pазinha e recolher as referidas coisas ao nosso domicílio. Respondeu ela (natural de Manhauçu, mas com o senso holandês da limpeza) que por muitos anos de vida sempre varrera os detritos da calçada sem jamais os guardar para si e os patrões, pelo que não faria tal. O senhor, que era o chefe regional da limpeza urbana *in person*, insistiu, mas não obtive da minha fiel colaboradora senão a mesma negativa formal e surpresa. Ficou tudo nesse pé, até dois dias depois, quando recebi o documento que passo aos olhos de v. ex.^a, em cópia:

“Auto de constatação de infração. O sr. Fulano, morador (ou com escritório) à rua tal, n^o tantos, cometeu a seguinte infração: por deixar de recolher os detritos da varredura capitulada nos arts. 505 e 804, § 115, do decreto n^o 6000, de 1 de 7 de 1937, conforme foi por mim, Beltrano, pessoalmente constatado no dia tal, às 9,10 horas. O infrator é passível da multa de Cr\$ 100,00 que lhe será aplicada dentro de dez (10) dias pelo sr. Delegado Fiscal do Distrito se não efetuar o pagamento dessa importância com desconto de 30% pela forma indicada no verso deste auto.”

Confesso, ex.^{mo} sr., que o decreto 6000 não é meu livro de cabeceira, e digo livro porque um decreto que tem mais de oitocentos artigos, e do qual um só artigo se desdobra em cento e quinze parágrafos, bem merece tal nome. Confesso também minha rotunda ignorância das leis, embora um princípio de direito estabeleça que a ninguém é lícito ignorá-las. Ouso dizer mais, sr. Prefeito: a população em peso, toda a humanidade, salvo os legisladores, e até esses, as ignoram. (No caso, oitocentos artigos e três mil parágrafos são muita coisa, em comparação com a brevidade da vida.) A lei, por sua vez, nos ignora a todos, dispondo isso e aquilo sem nos consultar se podemos cumpri-la; e até se ignora a si mesma, deixando de aplicar-se. Assim, manuseando com cautela e temor o famoso 6000, obtido por artes mágicas, pois está esgotadíssimo, li no art. 505 que “a população deve cooperar com a prefeitura na conservação da limpeza da cidade”. Deve, como? Tomando a seu cargo um pouco desse serviço? Não. Deixando de sujar, simplesmente, tanto que os parágrafos, ao especificarem a cooperação, quase todos são proibitivos: é proibido varrer de dentro das casas para fora, é proibido tocar águas de lavagem para a via pública etc. Apenas uma coisa se permite, vamos dizer, se tolera aos particulares, no § 2^o: eles PODERÃO fazer a varredura do passeio “no trecho

correspondente à testada do prédio de sua propriedade, de sua residência ou de sua ocupação”. Podem; não devem. E mesmo assim, observando estas normas: a) em hora de pouco trânsito; b) sem levantar poeira; c) “com a condição expressa de serem imediatamente recolhidos ao depósito próprio, no interior do prédio, todos os detritos e a terra acaso apurados na varredura”.

Por isso fui multado, sr. Prefeito: porque não recolhi com velocidade ao interior de minha humilde e desaparelhada residência os detritos e a terra apurados na varredura. E que detritos eram esses? Folhas amarelas da amendoeira que me conforta a vista e que começa a despi-las numa *avant-première* de outono; casquinhas de sorvete que as moças primaveris e de maiô de uma ou duas peças vão jogando no rumo do Arpoador (a rua é de trânsito reduzido, mas seletivo); e algum vago resíduo de passarinho, domiciliado na dita amendoeira. Terra não havia, sr. Prefeito; v. ex.^a já viu terra na Zona Sul? Nem eu.

Aprendi, pois (e aprenda a população carioca, se o não sabia), que ninguém se meta a varrer o seu passeio, pois tem de levar para dentro de casa aquilo que apurar nessa operação. Pode apurar só o que foi dito, mas há outros logradouros mais produtivos, e se passa na calçada um elefante fugido do circo, e deixa uma lembrança (o 6000, que tudo prevê, não figura essa hipótese para proibi-la), o morador tem de recolher, numa grande pá, o *souvenir* do elefante. E como o lixeiro às vezes leva dias sem passar (oh, não muitos, apenas três ou quatro), o *souvenir*, em seu depósito interno, continuará ensinando a todos que a população “deve” cooperar para a limpeza da cidade.

De como paguei a multa (com trinta por cento de abatimento) e do que se seguiu, contarei a v. ex.^a na próxima.

De v. ex.^a, multado e admirador.

Sr. Prefeito:

Como dizia a v. ex.a, paguei a multa; e paguei-a com tanto maior satisfação quanto a prefeitura, que a impôs, propôs simultaneamente um negócio: se eu pagasse, não ao fim de oito anos de ação judicial, mas em oito dias, levava o desconto de trinta por cento. Ora, quem, nos dias que correm, despreza um abatimento desse vulto? Percebi que era do meu interesse pagar, e entendi mais: que se a prefeitura assim me seduzia para não retardar a quitação, era porque, mediante um sistema inteligente de sanções a quem tenha a audácia de limpar o passeio de sua casa, procurava reanimar as combalidas finanças municipais.

Ao sair de casa, munido dos setenta cruzeiros, notei que os detritos se acumulavam à porta do meu tugúrio e das habitações vizinhas. Côncio de que o governo nada mais é do que delegação do povo, e sendo povo eu mesmo, deliberei exercer pessoalmente as funções delegadas; e, pensando sempre na situação da prefeitura, multei em mil cruzeiros, por quadra, o chefe do serviço, e em quinhentos cada um de seus fiscais, porque não mandavam remover os detritos. Mentalmente, ouvi a justificação de que não havia vassouras de piaçava no almoxarifado, porém mantive a multa, estendendo-a à Diretoria de Compras, que deixara esgotar-se o material sem renová-lo. Das entradas de serviço dos edifícios exalava-se um odor característico, e os porteiros me informaram que o caminhão de lixo andava em férias. Multei cada porteiro em oitocentos cruzeiros, porque não enterrava o lixo, uma vez que a municipalidade não estava em condições de retirá-lo, e os servidores desta, porque não estavam em condições nem tomavam providências para estar. As calçadas apresentavam buracos de maior ou menor diâmetro e profundidade, cavados há meses para mudança da rede de água e esgoto ou pesquisa de petróleo; como oferecessem perigo à vida dos populares, multei os dirigentes do Serviço Municipal de Buracos, em quantias proporcionais ao volume das crateras. E, muito satisfeito com os primeiros resultados, cheguei à 12ª CF, junto ao teatro Follies, para pagar minha multinha.

Não a paguei logo, pois, ao exibir meu papel, me deram outro, mandando-me à rua Siqueira Campos. Impunha-se multar em cinco mil cruzeiros a Comissão de Planejamento e Racionalização, que, para cobrança de uma só multa, cria duas agências; também multei o Serviço de Higiene do Trabalho, porque deixava a 12ª CF, como tantas outras repartições cariocas, funcionar em sede imprópria, com paredes descascadas e sujas, má iluminação e nenhum conforto; os funcionários, por sua vez, tiveram multas menores, porque se deixavam prejudicar. Tentei atravessar a rua e tomar um lotação, mas a cortina espessa de fumo, escapando-se dos ônibus, me vedou a vista e a passagem. Tive

de multar em três mil cruzeiros cada empresa de transportes, por veículo enfumaçado, o Departamento de Concessões, porque os deixava trafegar nesse estado, e a Secretaria de Saúde, que vê a população intoxicar-se.

Em Siqueira Campos, onde afinal paguei minha própria multa, consultei o relógio: gastara uma hora, pelo que multei modestamente em cinquenta e cinco cruzeiros e cinquenta e cinco centavos o secretário das Finanças, valor esse de uma hora de meu trabalho no escritório a que sirvo. Saí de alma leve, porque cumprira o meu dever. À porta, mulheres passavam com latas d'água à cabeça. Senti a conveniência de ato mais severo, e multei o diretor do Departamento de Águas, o secretário de Obras, v. ex.^a (desculpe) e a Câmara dos Vereadores, num total de dez bilhões de cruzeiros, por falta à obrigação milenar de servir água ao povo mediante pagamento da respectiva pena, porque a pouca água distribuída é rica em teor microbiano, e ainda porque não foi suspensa a cobrança da taxa, apesar de suspenso o abastecimento. Atravessei o túnel e dei com a favela do Pasmado: multa de cinquenta milhões ao Departamento de Urbanismo, por permitir aquela miséria exposta, e multa simbólica de cinquenta centavos a cada miserável, que assim se deixa expor.

Já na cidade, apreciei a onda de pó que, desprendendo-se do aterro da Guanabara, ia pintar de vermelho escritórios, lojas e repartições, e ainda o corpo e a alma de seus ocupantes. Lembrei-me do art. 505 (hora de pouco trânsito, sem levantar poeira) e saquei mais uns milhões dos engenheiros, fiscais e executantes da obra. Finalmente, multei em duzentos bilhões de cruzeiros, sem desconto, a população em peso do Distrito Federal, porque, vivendo em tais condições, e ainda achando graça na vida, é justo que pague um pouquinho. E cheguei feliz ao serviço, tendo obtido de momento, para a prefeitura, a fabulosa renda de trezentos e cinquenta bilhões, novecentos e noventa e quatro milhões, cinquenta e cinco cruzeiros e cinquenta e cinco centavos, que ora ponho à disposição de v. ex.^a, para restauro dos cofres municipais, pagamento do abono ao funcionalismo e — se sobrar — alguns melhoramentos.

Atenciosamente.

- 1941, março, 22 — Mudamo-nos para o Posto 6. Casa grande, com vista para o mar e a montanha. Uma beleza. Os garotos se emporcalharam no quintal, mas um bom chuveiro lhes restituiu o aspecto primitivo. Todos adoraram este primeiro dia em Copacabana.
- Abril, 10 — Acordei de madrugada, com um barulho fortíssimo. Era a água caindo na caixa do pavimento superior, como todas as noites, mas dessa vez parecia cachoeira. Para que tanta pressão? Não gosto de exageros.
- Setembro, 7 — Aproveitando o feriado, meu primo da Tijuca veio com a família tomar banho de mar. Éramos quinze pessoas. Na volta, fizemos fila no banheiro, e minha patroa e eu, na extremidade, sobramos.
- 1942, janeiro, 10 — Estão construindo um edifício em frente. Acabou a vista da montanha.
- Julho, 4 — Hóspedes em casa. Com água caindo dia sim dia não, sem força para subir, interditamos o banheiro de cima. Os meninos se esquecem, e tenho carregado baldes para remediar a situação. Que escada!
- 1943, dezembro, 25 — O diretor de Águas deu entrevista dizendo que água existe em abundância, mas a população é mais abundante ainda. “Todavia, dentro de seis meses a situação estará normalizada.” Feliz Natal!
- 1944, novembro, 15 — Faz um ano que tomei meu último banho de imersão, em homenagem à República. Os de chuveiro terminaram na Páscoa. Entramos no regime de cuia. Acabou a vista do mar: edifício aos fundos.
- 1945, fevereiro, 3 — O vizinho aconselhou-me a construir um depósito subterrâneo, para armazenar água. Arrasamos o quintal, e surgiu a soberba cisterna de dez mil litros, que custou cinco contos e levou sete dias a encher. Estamos felizes.
- Outubro, 9 — Será o hidrômetro que não regula bem? Depois de cada vistoria, passa menos água. Retirei-o, melhorou um pouquinho.
- 18 — Multado por falta de hidrômetro. Ameaçaram-me de cortar a água.
- 1946, maio, 2 — Bobeei. Todo mundo na rua instalou bombas de sucção, sem me contar. Notei que não se carregavam mais baldes, enquanto todo o meu pessoal era mobilizado para pedir água às obras. À noite, ouvindo um ruído estranho em casa do vizinho, coleí o ouvido ao muro, e percebi. Hoje amanheci na cidade para comprar uma eletrobomba: quatro contos e quinhentos. Instalação, um e quinhentos. Mas resolve!
- Junho, 8 — Acidente na adutora. O diretor disse que em quarenta e oito horas o abastecimento estaria regularizado, passou-se uma serrana, e não há esperança.

- 24 — Multado pela bomba. “O senhor não vê que está furtando água de seus semelhantes?”
- 1947, agosto, 6 — “O que lhe falta é um aparelho elevatório, com automático”, disse-me seu Narciso. “Boto-lhe um, e a água sobe como foguete.” Maravilha! Oito contos, mas é um conforto recuperar a banheira, usada como depósito de roupa suja.
- 1948, março, 15 — Inaugurada festivamente a nova adutora. A situação piorou. Assaltamos o registro da rua, fomos presos e autuados. Fiança. Processo.
- Abril, 5 — A prefeitura iniciou o fornecimento de pipas a domicílio. É telefonar e esperar uma semana. Água de graça; vinte cruzeiros ao motorista. As mangueiras estão rotas, e o jato esguicha na sala. Foi-se o tapete de dez contos. Que pena, perder tanta água!
- 1949, janeiro, 2 — Seu Narciso orçou nova caixa-d’água, à flor da terra, para vinte mil litros. São doze contos e oitocentos. Acabo com o quintal, mas resolvo o problema da estocagem. Moramos numa caixa-d’água cercada de quartos.
- 1950, março, 30 — O prefeito adverte a população contra o desperdício d’água: “O carioca tem a doença da limpeza”.
- 1951, agosto, 10 — Fracassando a eletrobomba, instalei um superejetor, capaz de extrair água da rocha. Todos na rua fizeram o mesmo. Resultado: a água não apareceu. Custo, vinte contos. A pipa passou de cinquenta a cem cruzeiros, com preferência para o PSD.
- 1953, novembro, 8 — Paguei com multa a conta de água da prefeitura.
- 1954, 5a-Feira Santa — Um advogado assassinou um *public relations*, no edifício ao lado. Um acusava o outro de subornar o porteiro para obter mais água.
- 1955, outubro, 8 — Votei em Ademar, que prometeu água em minha rua. Juscelino mora no Posto 5, e não se apiedará de nós. E agora?
- 1956, julho, 7 — Conselho de um engenheiro da prefeitura amigo de infância: “A solução, meu velho, é furar um poço no quintal. Não serve para beber, mas dá para a limpeza”. Abri (trinta mil cruzeiros): tenho água no subsolo! A vizinhança já fezera o mesmo. Quantos meses durará meu lençol subterrâneo?

Os feriados daquele tempo eram poucos e bons. 1º de janeiro, para se festejar a fraternidade universal, que não se sabia bem o que fosse, mas, no alvoroço de começar o ano, significava boa disposição geral; 21 de abril, que nos ensinava a morrer pela liberdade; 3 de maio, quando éramos descobertos, apesar das dúvidas que pairavam sobre a data certa, e que ninguém pensava em resolver; 13 de maio, e era uma vez o cativo; 14 de julho, viva a Queda da Bastilha!; íamos sossegados até 7 de setembro, quando nos transportávamos ao Ipiranga e, com Pedro I e Pedro Américo, sacudíamos o jugo lusitano; uma pausa, e verificávamos que, existindo como país, não fôramos ainda descobertos como continente, e a 12 de outubro dávamos marcha a ré até Colombo; detínhamo-nos a reverenciar os mortos em 2 de novembro, logo depois era forçoso proclamar a República, e, ainda bem não era proclamada, escolher-lhe uma bandeira, tudo isso num mês excepcionalmente rico: três feriados! E daí, mais nada, acabou-se o que era doce. O resto eram festas de igreja, em que o Estado não se metia, ou datas pessoais, que encorajavam o menino a falhar à escola, o funcionário à repartição, o trabalhador ao trabalho — sob as penas da lei, está visto.

Com serem poucos, os feriados se envolviam numa aura de prestígio e encantamento, que os fazia longamente esperados e agudamente saboreados em sua polpa de descanso ou excursão. E como também as distrações fossem raras, ninguém tinha o problema de hesitar entre elas, ou se queixava porque o tempo fosse insuficiente para degustá-las todas. Ir ao cinema constituía uma aventura pouco menos que maravilhosa, para não dizer logo impossível; porque o cinema não funcionava durante o dia, salvo em grandes e pecaminosas cidades, como o Rio de Janeiro; nas pequenas cidades, tínhamos de esperar a noite de domingo, quando, depois de molhada convenientemente a tela, e tocada várias vezes a campainha, a imagem trêmula começava a projetar-se de cabeça para baixo, e era um custo reconduzi-la à posição exata. Não havia mesmo distração nenhuma durante o dia feriado, salvo o próprio feriado e nossa capacidade de fruí-lo. Alguma bola jogada a esmo, na cabeça ou na vidraça do próximo, até que se organizassem os primeiros times de futebol vadio, e o mais era o ar livre, com todas as suas sugestões. A tarde caía antes que o primeiro peixe fosse pescado; contudo, nossa pescaria fora tão cheia de peixes, anzóis, iscas, discussões, caminhadas, cismas, que voltávamos para casa com a fatura e o cansaço de expedicionários na África.

Depois, as coisas mudaram. Há duas explicações para isso. Primeira, que nos tornamos homens, isto é, bichos de menor sensibilidade. Segunda, o governo, que mexeu demais na pauta dos feriados, tirando-lhes o caráter de balizas imutáveis e amenas na estrada do ano. O Vinte e Um de Abril foi proscrito, porque já não fazia sentido

morrer pela liberdade, era preferível viver sem ela; em seu lugar, houve o ensaio do Dezenove de Abril, que não entou; o Quinze de Novembro, se não feneceu de todo, chegava a passar despercebido, e as trombetas, para substituí-lo, anunciaram o Dez de Novembro, de enfadonha biografia; também se experimentou o Três de Outubro, como edição nacional do Catorze de Julho, enquanto esse ia dormir no cemitério da história. Nada disso aprovou. Surgiram ainda os “dias”, consagrados a classes, e que eram feriados particulares, ou nem isso, de tão anódinos; multiplicaram-se os feriados enrustidos, ou dispensas de ponto e de aula, e perdemos, afinal, o espírito dos feriados.

Por ser precisamente um dos feriados extintos, o Dezenove de Novembro faz lembrar hoje, aos marmanjos do começo do século, não só a bandeira como a própria infância, tão perdida quanto esse feriado. O “salve, lindo pendão da esperança” (que era pendão?) canta ainda no íntimo de pessoas que desaprenderam cantar ou jamais o souberam. São feios, são bonitos os hinos aprendidos na escola? Eles aderem à nossa substância, eis tudo. E cantam dentro de nós, absorvidos pela alma dos feriados, em que se misturavam heroísmo e *far niente*, lutas, flâmulas, espadas, princípios, sol, passarinhos, banhos de riacho, frutas, caramelos... Alma dos feriados antigos, que eram fixos, poucos e belíssimos.

Ora pois, chegou o momento de cessar o trabalho e entoar o cântico e desmanchar o corpo em sacolejos convulsos. Teus amigos se dividiram em duas hostes: a que se retraiu para montes e praias, e a que, vestindo os disfarces mais leves, saiu por aí saracoteando e gritando. Entre as duas formas de viver o carnaval, ficaste sozinho e desarmado: no centro do acontecimento, sem participar dele.

Velhos carnavais afloram a tua memória. Por tê-los brincado, conquistaste o direito de eximir-te aos novos. Foste moço e ainda não és velho. Recusas-te a aderir; recusas-te a fugir. Elegeste para estes quatro dias o pijama, o livro, o jardimzinho, o cigarro, a música, o sono, a paz. E todas essas riquezas, vais desfrutá-las a dois passos do clube de onde desce e se espria um rumor rouco de água rolando, coral frenético onde se misturam imagens e interesses da vida cotidiana, penas de amor, invocações a uma alegria que é apenas prazer, a um prazer que busca subjugar o tempo e dissolver o importuno senso da realidade, mais duro e agressivo que a realidade mesma. Tua situação é quase a de um sábio recolhido ao hospício, ou a do puma no jardim zoológico, entre siriemas e quatis. Essas coisas não te dizem respeito, e passas ileso entre elas. Mas evita o orgulho; se há uma razão pessoal para não ceder ao calendário, sobram mil outras para obedecer-lhe. Tua razão individual é uma vitória sobre os ritos, que ainda não amadureceu para outros, e talvez jamais amadureça. Repara nos velhos foliões que se esbaldam junto a brotinhos. Se são autênticos, não podes condená-los, embora também não os invejes. A criança, e não o sátiro, continua neles a desenvolver um jogo pueril, e, mortos, amanhã sorrirá na lembrança desses velhos um pouco do que dançaram.

O carnaval não mudou senão nas formas aparentes, e não tens direito de suspirar que naquele tempo, sim, era melhor, e hoje tudo é porcaria, da decoração aos sambas. O carnaval cresce e se agita dentro de cada um, seja ou não patrocinado pela prefeitura, e dinamiza músculos e cordas vocais, restituindo ao homem um pouco da animalidade comprometida menos pela civilização que pelo seu uso mecânico. O poeta imaginou compor um carnaval, como o de Schumann, “todo subjetivo”. São todos subjetivos, quando vívidos intensa e profundamente na zona sensível de cada um, que transforma e valoriza a circunstância exterior. Não te rebaixes a falar mal do carnaval que já não te procura.

Estás só. É bom estar só, quando companhias sutis nos embalam, como sejam o livro muito folheado, o navio de Segall na parede, um gato austero. Outros estão sós, como tu, mas presos a uma inibição ou a uma disciplina. Para os doentes no hospital, o dia é mais longo, para as enfermeiras é mais árido. Motorneiros e condutores, nossos irmãos admiráveis, estão sós no infinito barulho e promiscuidade, na ilha de trabalho a

que se condenaram. E o faroleiro no seu farol, o aviador na sua máquina, e esse homem ou essa mulher sem rosto, que velam por um gerador ou mexem uma panela na chapa de ferro, e que ajudam a vida a continuar, em sua humildade sem prêmio.

Entre o prazer e a abstenção, encontre-se no carnaval este secreto encanto: é uma festa que a uns permite a extroversão, a outros dá ensejo de fugas marítimas ou campestres, e a ti oferece o exercício da arte difícil e nobre de estar só.

Vai chegar dentro de poucos dias. Grande e botticellesca figura, mas passará despercebida. Não terá fotografos à espera, no Galeão. Ninguém, por mais afoito que seja, saberá prestar-lhe essa homenagem epitelial e difusa, que tanto assustou Ava Gardner. Estará um pouco por toda parte, e não estará em lugar nenhum. Tem uma varinha mágica, mas as coisas por aqui não se deixam comover facilmente, ou, na sua rebeldia, se comovem por conta própria, em horas indevidas, de sorte que não devemos esperar pelas consequências diretas do seu sortilégio.

Sua visita é, teoricamente, sempre pontual, mas nunca estamos preparados para recebê-la. Ou faz um inverno tardio, que nos retém em casa, com medo das mil formas de resfriado que assaltam o homem moderno, e para as quais há duas mil injeções válidas por uma semana de publicidade, e nenhuma forma de defesa real senão a velha forma de nos considerarmos doentes; ou um calor de cinema refrigerado, mas sem aparelho funcionando, e tão burros e entorpecidos ficamos que, se uma deusa da Hélade pousasse no Arpoador suas divinas plantas, não moveríamos um dedo para festejá-la.

Particularmente, devemos estar menos preparados do que nunca, para acolher com a devida disposição de alma essa visita. Emergimos de acontecimentos dos quais o menos que se pode dizer é que são tristes, porque são principalmente feios. Muitos perderam a graça de existir, sem crime ou sem ódio. Houve tanta infração ao modo natural e gostoso de viver sem ofensa ao vizinho e sem fazer mal ao grupo, que chegamos a duvidar de nós mesmos, e nos perguntamos qual será o próximo abuso, que furtos ou assassinatos estão programados para os próximos dias. Os que se mataram não quiseram esperar a visita, que talvez os salvasse. São, como se vê, tempos impróprios para a recepção aos mensageiros aéreos.

Passará, assim, por nós, e poucos a identificarão. Poucos, isto é, os sujeitos para quem os negócios mais importantes são os menos corpóreos de todos: uma nuvem, uma irisação do ar, no jogo entre céu e água. Não os botânicos, mas os que amam as árvores, e não pensam em estudá-las, nem mesmo em se recolherem à sua sombra. Pessoas para quem elas existem como árvores, autônomas, plenas de sentido telúrico, sublimes, e tais como em si mesmas a natureza as esculpiu. Pessoas que têm o costume estranho de cheirar a atmosfera, quando não há fumaças hostis a empestá-la, nem gritos de candidatos, nem as mil confusões da cidade de cimento e tédio. Que brisa de selvas longínquas trouxe até uns poucos esse feixe de essências tão poderosas, e ao mesmo tempo tão secretas, que ninguém mais as percebe, e no entanto esses privilegiados com elas se inebriam? Um ar viajero, lépido, refinado na solidão das mais altas serranias, ou mesmo, como descobriu o poeta, varando as cachoeiras, circula especialmente para as

narinas desses poucos, e consigo traz outros bens. São lembranças antigas ou novas, palpítes, ligadas a vestidos leves e a corridas pelo campo, em que o corpo é tão animal e, contudo, se dissolve na luz matizada. São ecos, músicas de pássaros ou de câmara, sussurros, matinadas, sinos; ou serão trompas de caçadores, aboio de vaqueiros, cantiga de meninas na roda. E lembrança de água a despencar-se de pedras limosas, entre borboletas frenéticas e azuis, tinhorões nativos, seixos reluzentes, a vaga suspeita de uma cobra-coral, e os membros nus recebendo com volúpia casta — sim, pois natural — a espadana fria que lava os pensamentos mais soturnos. Como cheira esse ar mineiro, goiano, amazônico, paulista, pernambucano, sulino, piauiense, universal! As frutas se acumpliciam para transmitir-lhe sabor, e são novas cargas de sensações, que vão do tato a se enlevar no manuseio de superfícies sedosas, crespas, deslizantes ou herméticas, passando pela vista, que se perde nas gamas infinitas da coloração, até esse resumo ou síntese do prazer, que o paladar fornece pela simples penetração de uma goiaba ou de um cambucá. E vêm as flores, com seus significados e segredos distintos, e também os bichos, que se tornaram mais ligeiros, seja porque o ar influiu neles, seja porque melhor nos abrimos à sua familiaridade. Que se passa na terra? Nada. Apenas uma visita. Aqui, ali, às vezes fora de tempo, ou talvez contínua, porque em nossa desordem e riqueza de jeitos terrestres nunca sabemos ao certo quando ela veio, quando se foi, se vai demorar, se tomou o lugar de outras visitas menos deliciosas, se a temos em redor, se está só nos livros, ou se habita principalmente nossa fantasia.

Uns a nomeiam primavera. Eu lhe chamo estado de espírito.

Bom dia, aeromoça! Não sei se devia dizer-lhe, antes: Bom céu! O dia é de todos, e desejá-lo bom não passa de cumprimento. Já o céu é de vocês, de seus amigos aeronautas, e dos passaros, em condomínio. Dos passageiros o céu não é, que os passageiros levam para o alto seus cuidados terrestres, seu comportamento terrestre, seu terrestre apego a uma existência rastejante. *Ah que la vie est quotidienne!*, lamentava-se o poeta Jules Laforgue. Ela jamais é cotidiana para vocês, salvo na medida em que, abdicando temporariamente a condição alada, passam de aeromoças a moças, simplesmente. Sei de uma que está fazendo serviço de escritório, proibida de voar por motivo de saúde, e me pergunto que podem significar para ela esses papéis, esses telefonemas, esses recados que circulam num plano de cimento invariável, enquanto, sobre a plataforma de nuvens, suas irmãs caminham, ao mesmo tempo singelas e majestáticas. Não, não vou confrontar essa rapariga com o passarinho na gaiola ou o peixe no aquário. O diretor do jornal espera de seus redatores que escrevam coisas originais, ou que, em circunstâncias extremas, dissimulem a falta de originalidade com um filete de imaginação. Aeromoça na burocracia me dá ideia de um pé de gerânio intimado a viver e florir dentro de um armário fechado; de uma formiga dentro da garrafa; de um marinheiro que vi doente num sanatório, com a mão em pala sobre os olhos, olhando sempre o vale lá embaixo, à espera de que um navio atracasse entre as árvores; este ainda levava o navio consigo, mas o avião está acima do nosso poder de fixá-lo, e foge por hábito; onde quer que andasse, o marinheiro estaria mais ou menos ao nível do seu barco, porém a moça plantada no escritório sabe que a correlação se perdeu, e o zumbido dos motores, que às vezes nos acorda pela madrugada (depois dormimos, sentindo-nos ancorados à terra do colchão), há de ser para ela um adeus enervante e rouco. Saúde, aeromoça exilada entre fichários: é o que lhe desejo sem nenhum convencionalismo de boa educação, mas porque o justo é voltar às nuvens o que às nuvens pertence.

Estou escrevendo essas bobagens meio líricas no pressuposto de que vocês, amigas, adoram viajar e detestam isso aqui embaixo. Bem sei, entretanto, que não se libertaram de todo da contingência, e querem amar ao nível da terra, e ter filhos que olhem de baixo para os aviões. Que vocês têm medo como a gente, há pouco um filme o contava em cinemascopo, seja porque não se aperfeiçoou ainda uma nova geração de aeromoças mais do ar que do sangue, ou de sangue supercontrolado, seja porque o medo, como a fome, o instinto amoroso e o sentimento da beleza, constitui prendas inalienáveis da humanidade, e com elas temos de edificar nossa vida, e mesmo nossa coragem. Mas, por outro lado, aeromoça, deixe que eu saúde em sua figurinha o mais belo mito moderno, aquele que as empresas de navegação aérea criaram num instante inspirado de poesia

comercial, aquele que acompanha os homens em sua páua e os impede de se rebaixarem à situação de macacos em pânico; aparição que os cerca de cuidados quase maternos à força de sutileza, ao mesmo tempo impessoais na sua cortesia planificada; companhia com que sonhamos os mais soberbos e aventureiros romances mentais, no momento em que precisamos urgentemente de uma cota de romance; enfim, peça insubstituível do avião e da ideia de viagem aérea, que torna, com sua ausência, tão cacetes os voos onde só há comissários de bordo; peça, que digo? alma do avião, e seu quinto motor inefável e humanizante.

Bom céu, aeromoça. O céu não tem estado bom nesses últimos dias, e se isso explica o atraso dos aviões, pode explicar também o atraso com que festejo o seu dia 31 de maio. Chove, e há gripe por todos os lados. Não houve propriamente maio, e sim um composto de águas barrentas, tosse, febre e candidaturas. Que o céu clareie e possamos festejar melhor a sua data. E como, afinal de contas, esta é uma página séria, terminarei desejando que lhe deem, no espaço, cada vez maior segurança de voo; e, na terra inflacionada, melhor salário. Você bem o merece, aeromito, aeromusa.

Esse dia que ainda se reserva aos Finados é quase desnecessário em seu simbolismo, porque os moços não reparam nele, e os maduros e os velhos têm já formado o seu sentimento da morte e dos mortos. Esta é uma conquista do tempo, e prescinde de comemorações para se consolidar. Basta o exercício de viver, para nos desprender capciosamente da vida, ou, pelo menos, para entrelaçá-la de tal jeito com a morte, que passamos a sentir essa última como forma daquela, e forma talvez mais apurada, à maneira de uma gravura que só se completa depois de provas sucessivas. Falo em gravura, e vejo à minha frente um desses originais de Goeldi, em que o esplendor noturno é raiado de vermelho ou verde, numa condensação de treva tão intensa e compacta que não se sabe como a penetra esse facho de luz deslumbrante, coexistindo daí por diante numa espécie de casamento sinistro, à primeira impressão. Não, não é sinistro. Posso informar pessoalmente que a imbricação da ideia de morte na ideia de vida não é arrasadora para o homem, senão que constitui uma das sínteses morais a que o tempo nos conduz, como parte da experiência individual.

Os que eram do mesmo sangue, os amigos e companheiros que ainda há pouco sorriam a nosso lado ou mesmo nos impacientavam lá de vez em quando (mas era tão bom que nos impacientassem, agora que nem isso receberemos deles), onde estão, onde estão? Voltamo-nos para fora de nós e não os recuperamos; mas se nos aprofundarmos um pouco, vamos encontrá-los fundidos em nosso conhecimento das coisas, incorporados à nossa maneira de andar, comer e dormir; intatos, mesmo sob a camada de esquecimento em que outra vez os sepultamos, porque, contraditoriamente, eles não se deixaram ficar esquecidos, e brincam de se fazer lembrados nas horas mais imprevistas. Dizia Kierkegaard que não há ninguém mais astucioso que o defunto. Não dispõe de nenhuma arma contra nós; entretanto nos força a nos revelarmos a nós mesmos, pela conduta que temos diante dele. O morto não é um objeto real, ensina-nos o filósofo: é apenas uma oportunidade de manifestar o que existe no vivo em contato com ele. É um teste à nossa espera: um teste de amor. Porque (ainda na lição de Kierkegaard) pensar nos mortos é o ato de amor mais desinteressado, mais livre e mais fiel, de todos que possamos conceber. Mais desinteressado, porque nem mesmo o nutre essa esperança de recompensa que os pais depositam inconscientemente no amor ao filho que vai nascer ou já nasceu: não há recompensa nenhuma a esperar de um morto; mais livre, porque o morto não está aí para nos obrigar a qualquer gesto ou sentimento, como a criança que chora, ou o pobre que nos expõe sua pobreza: podemos ignorá-lo à vontade; e mais fiel, porque mudamos continuamente de gostos e ilusões, mas ele não muda nunca, e amá-lo sempre com o mesmo amor é uma vitória sobre a nossa instabilidade sentimental.

Para os que cultivam uma concepção cristã da vida, o problema das relações entre vivo e morto se resolve pela esperança de um diálogo perene e deleitoso, que uns e outros manterão após a consumação do tempo. Mas talvez essa esperança os leve a esquecer, no plano terrestre, aqueles cuja presença esperam recuperar, num plano superior e imutável, e se amar é forma de conhecimento, esquecer equivale a negar esse conhecimento: assim, graças a uma confiança descuidada, poderiam vir a deparar com estranhos, onde esperavam encontrar amizades e amores antigos. Na verdade, é preciso estar sempre começando a amar, para amar algum dia.

Quanto aos que não nutrem essa esperança de uma família ideal e futura, esses, se não esquecem os seus mortos, não é porque algo esperem deles, mas porque não podem deixar de lembrá-los, porque os mortos habitam realmente em nós, sem que o saibamos; e começar a sabê-lo constitui um dos prêmios de envelhecer, que faz da ausência presença, e desnecessário o Dia de Finados. A morte não é triste, é serena.

O ano, propriamente, se compõe de onze meses. Dezembro não conta: é só para desejar que os restantes sejam propícios. Parece que o sistema está longe da perfeição; chegaríamos a ela num calendário que abrangesse onze meses de bons augúrios e um de execução deles. Como está, os trinta e um dias não chegam para imaginarmos tudo de ótimo em benefício de todo mundo. Fica sempre uma fração larga de mundo a que não atingem os nossos desejos fraternos. China, Costa do Ouro, Oceania... Mas não é preciso ir tão longe. Mesmo perto de nós, mesmo dentro de nós, as lembranças costumam esquivar-se à apresentação espontânea, e até à convocação formal. Julgamos ter no coração um canteiro de afetos; contudo, uma grande área, nele, permanece inculta e cheia de ervas, não direi daninhas, mas ervas. O que admira não é a quantidade de pessoas a quem dedicamos um pensamento amigo, mas a multidão, o número realmente infinito, de outras em cuja existência nem sequer reparamos.

Foi para suavizar as lacunas da memória sentimental que se inventaram mensagens de boas-festas, e entre elas esses cartõzinhos onde há a vinheta de um pássaro, saltitando sobre versos, que começam a aparecer-nos por baixo da porta:

*Este canarinho que canta
com tanta melodia
tantas saudades revela
perante este dia.*

*Desejo-lhe felicidades.
Aqui lhe venho saudar.
Se de mim tiverem queixa,
pois queiram me desculpar.*

Numa terceira quadra, a assinatura: “Do vosso fiel lixeiro”. Este ano, passou a ser “vosso efetivo lixeiro”, porque até nesse ofício a concorrência se torna feroz.

E lá também “o vosso humilde leiteiro”, realmente tão humilde que o atual, de nossa rua, chegado há pouco da Paraíba, nem sequer sabia da existência desses cartões, e quando alguém lhe falou em festas, perguntou, espantado: “Festas? Que é festas? Vou conversar com o meu colega”. Os carteiros costumam exprimir-se em prosa, mas o entregador da tinturaria e o varredor de rua utilizam a nobre arte do verso, que abre picada até o sentimento burguês.

Contudo, seria desejável que as saudações de Natal oferecessem maior variedade, ou pelo menos exprimissem anseios mais concretos, definindo a situação particular de cada classe ou componente dela, e não apenas um vago ideal de felicidade. Penso que cada homem tem direito de pedir determinada coisa a seu semelhante.

É também o parecer de João Brandão, poeta “nas horas vagas porém”, que aqui ao lado propõe estas novas mensagens natalinas:

Do carteiro:

*Votos mentais, apenas,
formule ao mundo inteiro.
Não multiplique as penas
do seu velho carteiro.*

Do gari:

*Pertence-lhe o apartamento?
E joga cascas na rua?
A vassourinha (um momento)
dou-lhe de festas. É sua.*

Do lixeiro:

*Posso, ilustre morador,
pedir-lhe, neste Natal,
que o seu lixo, por favor,
cheire um pouco menos mal?*

Do leiteiro:

*Meio litro, nesta semana,
ofereça, caro banqueiro,
do leite da bondade humana
a este seu humilde leiteiro.*

Aí ficam as sugestões. Boas-festas a todos. E agora, amigos, meto a viola no saco, dizendo como frei Vicente do Salvador, ao terminar sua *História do Brasil*: “E darei fim a esta história, porque sou de sessenta e três anos, e já é tempo de tratar só da minha

vida, e não das alheias”.

Os que se entediavam com a mesmice da Academia Brasileira de Letras, eternamente vinculada a um padrão já muito sabido, poderão agora distrair-se com a novidade: vamos ter a nossa Academia Goncourt. As primeiras providências para fundá-la já foram tomadas, e agora se tomam as segundas. Os escritores que não puderam ainda penetrar na Casa de Machado de Assis penetrarão, pois, na ilustre Casa de Gonçalves.

Por que Gonçalves? Porque a nova academia, como a velha, segue modelo francês, e onde está escrito Goncourt, devemos aportuguesar para Gonçalves. Aproveitaremos as quatro primeiras letras de um nome consagrado, o que já não é pouco; as letras restantes exprimirão nossa originalidade, que deve ser preservada mesmo em questões de — se assim me posso exprimir — galotropicologia.

Gonçalves, como é sabido (não confundir com Gonçalves Dias), foi ou foram dois ilustres escritores brasileiros do Século de Ouro, que faleceram deixando apreciável fortuna e a desejaram votada ao serviço das letras. Gonçalves Júnior não viveu bastante para cuidar do assunto, mas Gonçalves Sênior, que todos os domingos à tardinha reunia os seus “fiéis” num porão da rua do Senado — o seu “pardieiro”, como gostava de dizer —, em companhia de Capistrano de Abreu, Jacinto de Tormes, o marquês de Maricá, João do Rio, João Ramalho, Silvana Pampanini, Ataulfo Alves, Luz del Fuego, Haya de la Torre II e outros nomes famosos daquele tempo, lá um dia assinou um gordo cheque e declarou fundada a academia gonçalvina. Compor-se-ia de dez membros, todos escritores natos e com *pedigree* literário remontando a pelo menos três gerações: não haveria jetom, haveria jantares no Cabaça Grande, e todas as deliberações se tomariam entre o vinho branco e o tinto, porque depois não seria possível tomá-las. Dar-se-ia um prêmio de dez contos ao melhor romance do ano, e cada acadêmico receberia por ano uma pensão de quinze contos — oba! Gonçalves Sênior foi aplaudido com emoção, mas a febre amarela endêmica não permitiu que se concretizasse tão belo sonho. Um grupo rival fundou, com muito maior número de assentos, mas sem pensão, uma Academia Francesa, que funciona ainda hoje ali junto ao Café e Bar Academia, e a cem passos do Vilarino, na avenida Presidente Wilson, embora quase ninguém o perceba.

A nova instituição se recomenda, antes de mais nada, pelo culto à memória de Gonçalves, hoje tão esquecido que se chega a duvidar de sua existência, e que é preciso revalorizar, como já se vão revalorizando outras glórias nacionais um tanto murchas. Edmundo Gonçalves ressurgirá, pois, em nossa admiração, através de jantares votivos, já agora no Bife de Ouro, e o Prêmio Gonçalves sagrará os nossos Prousts em perspectiva. E graças à saudável tendência antimisógina dos Gonçalves, que hoje reffloresce nos seus seguidores, haverá enfim uma cadeira ao sol para as senhoras escritoras, pois a Academia

terá também a sua Colette, talvez com menor talento do que o original francês, mas esperemos que também com idade menos prosecta.

Receia-se apenas que os fundos de Gonçalves, diluídos pela inflação, ou mesmo congelados sob forma de herança jacente, não apareçam para animar o projeto. Nesse caso, convidam-se os capitalistas da era imobiliária e petrolífera a fazer suas prestantes doações a fim de que não deixemos de ter por aqui a nossa Goncourtzinha. E como é natural que esses beneméritos pretendam ter seus nomes ligados à nobre empresa espiritual, pode muito bem ser que se ponha de lado o título Gonçalves, em proveito de firmas comerciais; mas Gonçalves terá sempre uma pira a arder no coração dos novos acadêmicos, que também, provavelmente, serão acadêmicos novos.

— Alô, Mestre! Não repare se entrei sem me anunciar. Vi a porta aberta, e, como sabe, a juventude tem pressa.

— Está-se vendo. Posso saber por que motivo o encontro a esta hora da manhã em minha cozinha?

— Mas está na cara: o rosto da mocidade é um espelho de seus desejos. Em segundo lugar, o apartamento do Mestre só tem quarto e *kitchenette*, e o senhor estava nesta última.

— É, mas, de qualquer modo, a etiqueta...

— Não vamos perder tempo com esses resíduos do século XIX. O senhor já foi moço, talvez...

— Mancebo, sua insolência é igual à de Alfred de Vigny ao visitar Royer-Collard, quando este não queria recebê-lo. E, ao que parece, você não é um segundo Vigny.

— Mas o senhor talvez seja o próprio Royer-Collard, de quem aliás nunca ouvi falar nem bem nem mal. Posso contar com o seu voto?

— Que voto? Não me meto em política.

— Mestre, não pense que tem à sua frente um candidato a vereador pelo Distrito. Minha ambição é mais pura. Sonho com a Academia, ou melhor, a Academia me faz cócega em sonhos.

— Continue sonhando.

— Não posso. Meu sonho é da espécie explosiva, e exige confirmação imediata na realidade. O Mestre será meu padrinho.

— Que idade você tem, meu filho?

— Vinte e dois.

— E quando chegou do Pará?

— Há duas semanas. Como vê, já perdi um tempo precioso. Duas semanas na vida de um homem, na era atômica...

— Mas não há vaga, menino.

— Como não? Há a do Filogônio e a do Mamede.

— O Filogônio baixou num terreiro e legou a vaga a um afilhado. Foi uma doação solene, e temos que respeitar a vontade dos mortos, já que ninguém respeita a dos vivos. Quanto ao Mamede, há uma combinação de escrutínios que dará a vitória, na quinta rodada, a um desembargador do Guaporé, candidato desde 1908. É justo.

— Quer dizer que não posso aspirar nem a uma vitória moral?

— São as mais difíceis, rapaz. Você está exigindo muito.

— Por isso é que o Brasil não vai adiante. Os novos são governados pelos velhos, e

os velhos pelos mortos. E eu que tinha grandes planos para a Academia.

— Pode-se saber quais eram?

— Primeiro, substituir o chá com sequilhos por uísque e salgadinhos. É uma vergonha para as letras esse regime de donas de casa reunidas em confeitaria.

— Insensato, quando chegamos à Academia já renunciámos ao fígado.

— Levaríamos a literatura ao povo, através de comícios, atos públicos, manifestos contra o artipurismo, a invasão da Guatemala e os vícios da burguesia.

— Espero estar morto antes de chegar esse dia. Ofereço-lhe a minha vaga.

— Tomo nota do oferecimento, mas vai ver que o Mestre não fala isso de coração. Já a prometeu a outros.

— *Cet âge est sans pitié!* Vocês são capazes de matar um cristão para fazer-lhe o elogio.

— Não exagere, Mestre, o elogio não é o nosso fraco. Posso lhe garantir que nos detestamos cordialmente uns aos outros. Mas voltando à vaca-fria: nenhuma esperança para as próximas vagas?

— Insofrido, seu jeito franco merece retribuição. Saiba que as próximas vagas, a julgar pelos eletrocardiogramas e pelas informações das empregadas, serão abertas pelo Fredolindo, pelo Sesóstris, pelo Janduí e pelo Cabeção. Estão prometidas a quinhentos escritores e jornalistas, mas aposto no Fioravanti, no Pituquinha, no general Porfírio e na Violeta.

— Mas a Violeta não pode eleger-se. É mulher, e vive na Europa!

— Ser mulher não é defeito insanável. O estatuto não permite, mas dá-se um jeito. Houve um papa chamado Joana. Ela vive na Europa, mas alguns colegas nossos também vivem. Vamos fazer uma experiência com a Violeta, e se ela promete não escrever nada, outras escritoras terão sua vez. Sou contra escrever.

— Protesto! A geração de 1954, que eu represento, e que é uma geração sacrificada, lutará nas praias, nas ruas e nas casas pela democratização da Academia! Vocês, velhotes...

— Rua!

Na redação, o secretário fazia a cozinha do jornal, quando a senhora, não primaveril, mas ainda não invernos, dele se aproximou timidamente. E sacando da bolsa um recorte de suplemento, perguntou-lhe se sabia o endereço de Emílio Moura, autor dos versos ali estampados.

O secretário explicou-lhe que o assunto era da competência do Silva, encarregado da seção literária. O Silva não ia demorar, estava na hora dele. Não queria sentar-se, esperar?

Ela recolheu cuidadosamente o fragmento e dispôs-se a aguardar o Silva, que, como acontece nessas ocasiões, tardou um pouquinho. Mas que tardasse dois anos, não fazia diferença, a julgar pelo semblante da senhora, de paciente determinação.

Diante do Silva, exibiu novamente o papelzinho e fez-lhe a pergunta.

— Endereço do Emílio Moura? Pois não, minha senhora. Com licença, deixe ver aqui no caderninho: rua tal, número tal, em Belo Horizonte...

O rosto da senhora se transfigurou:

— Belo Horizonte? O senhor tem certeza de que ele está em Belo Horizonte?

— Se está, no momento, não sei, minha senhora. Mas sempre morou lá, isso eu posso lhe garantir.

Nova mutação se operou na fisionomia da visitante, onde o desaponto parecia querer instalar-se, mas era combatido pela dúvida:

— O senhor... o senhor conhece pessoalmente Emílio Moura?

— Conheço, sim. Há muitos anos.

— Muitos? Que idade tem ele, mais ou menos?

— Fez cinquenta há pouco tempo, a senhora não leu nos jornais a comemoração?

— Tem certeza de que não está enganado? Perdoe a insistência, mas podia me fazer o retrato físico de Emílio Moura?

— Perfeitamente. Trata-se de um senhor alto, magro, cabelos ainda pretos, pequena costeleta, bigodinho, usa piteira e fuma cigarro de palha. Que mais? Meio calado, extremamente simpático, muito querido por todos. Completo a ficha: professor da Universidade, casado, com filhos.

A senhora olhava para o papel, dobrava-o, esboçava o gesto de jogá-lo fora, depois o desdobrava e alisava com carinho. E, na ponta de um longo silêncio:

— Sr. Silva, este pedacinho de jornal me trouxe uma grande esperança e agora uma profunda decepção. Muito obrigada. Desculpe.

IA retirar-se, sem que o Silva compreendesse níquel, mas voltou-se, e rapidamente desfolhou esta confidência:

— Há quatro anos ando à procura de Emílio Moura. Éramos muito amigos, ele fazia

versos lindos, que eu, na qualidade de sua maior amiga, lia em primeira mão. Um dia, contou-me que ia viajar para Montevideú, onde ficaria algum tempo. Escreveu-me de lá duas vezes, e da segunda anunciava que seguiria para o Canadá. Nunca mais tive a menor notícia. Ninguém sabe informar nada. Quando li no jornal esta poesia com o nome dele, fiquei cheia de esperança, mas agora não sei o que pensar. O senhor me diz que Emílio Moura tem cinquenta anos e é professor em Belo Horizonte. O que eu conheço tem trinta e dois anos e nunca morou em Minas, que eu saiba, mas como os versos dele são parecidos com estes que o seu jornal publicou! A mesma doçura, uma sensação de fim de tarde, meio triste, o senhor não imagina... Enganei-me. Desculpe mais uma vez, e passe bem, sr. Silva.

Saiu, levando nas mãos o papelzinho, como uma flor.

A poetisa traz-nos seu primeiro livro, porém não o entrega logo. Fica estudando nossa expressão fisionômica antes de confiar-nos a soma de tantas vivências. Fala de coisas vagas, que se tornam mais vagas ainda, pela indecisão da palavra. Certa amiga comum nos manda lembranças. Podemos fornecer o endereço de mestre Fulano? Parece que é difícil encontrá-lo em casa, qual a melhor hora? As informações são prestadas, enquanto, por nossa humilde vez, inspecionamos a poetisa. Usa vestido elegante, sob a capa elegante. É alta, morena, jovem. Um adjetivo clareia, com espontaneidade de espelho: bonita. Parece que clareou em nosso olhar, pois ela baixa a cabeça e contempla uma formiguinha no linóleo, onde — é claro — não passa nenhuma formiguinha. O livro continua preso na mão esquerda, sem que possamos desvendar-lhe o título: pudicamente, só aparece a brancura da contracapa. Não que haja figura ou dizeres obscenos a ocultar. A poetisa oculta sua poesia, nesse primeiro contato com o exterior. Passamos à ofensiva:

— Que é isso que você tem aí?

— Isso quê?...

— O livro.

— Nada, não. É um livro.

— Deixe ver, se não é segredo de Estado.

Não era, mas o inimigo contempORIZA: “Daqui a pouquinho”. O leitor, que acaso nos segue, achará a moça demasiado tímida ou esperta; com o nosso relativo conhecimento da alma literária, diremos que ela, ciente e emocionada, simplesmente retardava um momento irreparável: o momento em que seu livro deixaria o regaço materno para expor-se à condição de artigo-do-dia, olhado, pegado, comentado sem amor. Por isso a moça nos sondava antes de praticar a doação.

Acabou admitindo que publicara um livro; que trazia consigo um exemplar; que esse exemplar nos era destinado; mas não lhe pusera dedicatória e, conforme fosse a recepção, voltaria com a autora. Quisemos saber a razão de tamanha reserva. Desconversou, mas somos praça velha, e ouvimos o conto:

— Levei um exemplar ao Barata, colunista da *Folha*.

— Então?

— Me convidou para um *drink*.

— Que mal tem nisso, minha filha?

— Bom... Nem olhou para o livro, olhou só para mim, entende?

Entendíamos. Mas o Barata — ponderamos — não é propriamente crítico literário, e, como observa o prof. Afrânio Coutinho, há uma *big* diferença entre *reviewer* e crítico.

— Pois sim, o Lessa é crítico e também me convidou para um *drink*. Sem abrir o

livro. Será que hoje é moda beber com o autor, antes de ler?

Não soubemos explicar à poetisa, e preferimos indagar se porventura os *drinks* lhe flagelam o fígado. Ela sorriu.

— Eu adoro um *alexander* ou um *cuba-libre*. Mas pensei que não fosse preciso torná-lo para merecer um julgamento ou uma notícia.

Tranquilizamo-la a nosso respeito: não escrevemos sobre livros, não frequentamos bares, não a convidaríamos para drincar. Parece que a assustou um pouco nossa austeridade romana, se é que não vislumbrou nisso um truque novo. Afinal, o braço moveu-se, o livro foi entregue. Sem dedicatória.

— Não vai escrever nada?

— Que gostaria que eu escrevesse?

— Ah, isso você não era capaz de escrever.

Queria oferecer-nos louvores suaves, mas temia que a interpretássemos de outro jeito: queria ser seca, não podia; natural, não podia. Então deu-nos o livro sem dedicatória e, rapidamente, convidou-nos a tomar um *drink*.

Tinha sete anos, e ainda era mais criança do que qualquer menina de sua idade. Pesava mil e quinhentos quilos, e chegaria a pesar quatro mil, se vivesse. Não viveu. Nascida na Índia, veio morrer no Leblon, sob a lona de um circo devastado pelo temporal — e essa madrugada de vento furioso, que ameaçava acabar com o mundo, terá sido um dos “fatos” de sua pequena vida sem acontecimentos.

Já se sabe que o necrológico é de Baby, a elefantinha que morreu de infecção na garganta. Esses animais são rústicos e delicados, e se no meio nativo se alimentam de plantas espinhentas, de cujo contato fugimos, padecem entretanto dos mesmos males que padecemos, e têm, quanto a nós, a desvantagem de uma sensibilidade que se ajustaria melhor ao nosso corpo que ao deles, ao passo que a nossa poderia chamar-se mais precisamente elefantina.

Vão rareando os elefantes, e com eles a doçura e a paciência na face da terra. Que a espécie caminha para o fim, os zoólogos já o têm prevenido. O lábio superior alongado e endurecido em tromba, e outros pormenores de estrutura — observa o professor Coutière — revelam a tendência primitiva ao gigantismo e à anclorose, que certos animais traziam consigo, e de que essas deformações representam justamente uma correção, grosseira, mas indispensável. Os traços subsistiram, mas a espécie nasceu, por assim dizer, errada, e tende a acabar. Por sua vez, os economistas lhe vaticinam o fim. O mesmo autor sério escreveu que basta olhar o elefante para concluir que ele é um “motor bárbaro” e de mínimo rendimento. Consome por dia uma ração bem mais cara que o óleo ou a eletricidade de um aparelho comum, enquanto este produz trabalho incomparavelmente mais precioso que o seu humilde ofício de transportador. Resta o valor econômico do seu marfim, mas talvez se torne menos dispendioso explorar jazidas fósseis desse material, como as que os mamutes deixaram na Sibéria. Há uma última utilidade do elefante, e essa retarda o seu desaparecimento: divertir meninos no circo. Baby não conheceu outra, pois que viveu realmente, para um elefante, *l'espace d'un matin*, isto é, o tempo de uma rosa.

Reduzido à condição circense, que pode o elefante pretender, como remédio a suas melancolias, agravadas na espessa convivência do homem? Fugir, é claro. Mas a fuga se reduz também a um passeio tonto pela cidade, entre bichos muito mais ferozes, que são os ônibus e os automóveis, num dédalo de ruas que não tem a lei e a simplicidade da floresta. Logo se organizam os homens para prendê-lo e restitui-lo ao seu mesquinho picadeiro. Se se recusa a voltar, os homens, considerando-se ameaçados, dispõem-se a fulminá-lo a tiro. Nunca nenhum escapou.

André Dermaison, no *Livro dos animais chamados selvagens*, conta a história de

Pupá, pequeno elefante pego numa colônia alemã da África, ocupada mais tarde pelos franceses. Sua alimentação onerosa, a leite condensado, se fazia à custa do governo; quando os residentes estrangeiros se retiraram, ele ficou abandonado, e andava a esmo pela cidade, mendigando comida, principalmente açúcar. Num Catorze de Julho, aproximou-se do clube francês em plena festa. Os homens, já bêbados, quiseram que ele também comemorasse a Queda da Bastilha, e deram-lhe um balde cheio de champanha, curaçau, anis e outros licores misturados. Pupá esvaziou-o com tamanha beatitude que daí por diante se tornou ébrio contumaz, e não podia compreender por que todos os dias não eram de festa, como aquele. Decadente, e sem comer, porque apenas lhe davam álcool, sentiu a nostalgia da selva, e fugiu para o interior, mas o meio natal o repeliu: estava demasiado marcado pela companhia do homem, para voltar a ser um bicho. Morreu, sobre os trilhos da via férrea, paralisando o tráfego.

Baby não viveu tais aventuras, nem teria muito que contar. Trabalhou, ainda criança, para comer, divertiu os outros e morreu sem ter compreendido (embora os elefantes sejam inteligentíssimos) a razão de ser de sua viagem da Índia ao Leblon, encerrada tão cedo, quando a outros de sua estirpe a natureza concede uma permanência de cem a cento e cinquenta anos sobre a terra. Mas imagine-se o que seria uma prisão de século e meio, mesmo no circo, e já não sentiremos tanto a morte de Baby.

Figura o anúncio em um jornal que o amigo me mandou, e está assim redigido:

À procura de uma besta. — A partir de 6 de outubro do ano cadente, sumiu-me uma besta vermelho-escura com os seguintes característicos: calçada e ferrada de todos os membros locomotores, um pequeno quisto na base da orelha direita e crina dividida em duas seções em consequência de um golpe, cuja extensão pode alcançar de quatro a seis centímetros, produzido por jumento.

Essa besta, muito domiciliada nas cercanias deste comércio, é muito mansa e boa de sela, e tudo me induz ao cálculo de que foi roubada, assim que não são falhas todas as indagações.

Quem, pois, apreendê-la em qualquer parte e a fizer entregue aqui ou pelo menos notícia exata ministrar, será razoavelmente remunerado. Itambé do Mato Dentro, 19 de novembro de 1899. (a) *João Alves Júnior.*

Cinquenta e cinco anos depois, prezado João Alves Júnior, tua besta vermelho-escura, mesmo que tenha aparecido, já é pó no pó. E tu mesmo, se não estou enganado, repousas suavemente no pequeno cemitério de Itambé. Mas teu anúncio continua um modelo no gênero, se não para ser imitado, ao menos como objeto de admiração literária.

Reparo antes de tudo na limpeza de tua linguagem. Não escreveste apressada e toscamente, como seria de esperar de tua condição rural. Pressa, não a tiveste, pois o animal desapareceu a 6 de outubro, e só a 19 de novembro recorreste à *Cidade de Itabira*. Antes, procedeste a indagações. Falharam. Formulaste depois um raciocínio: houve roubo. Só então pegaste da pena, e traçaste um belo e nítido retrato da besta.

Não disseste que todos os seus cascos estavam ferrados; preferiste dizê-lo “de todos os seus membros locomotores”. Nem esqueceste esse pequeno quisto na orelha e essa divisão da crina em duas seções, que teu zelo naturalista e histórico atribuiu com segurança a um jumento.

Por ser “muito domiciliada nas cercanias deste comércio”, isto é, do povoado e sua feirinha semanal, inferiste que não teria fugido, mas antes foi roubada. Contudo, não o afirmas em tom peremptório: “tudo me induz a esse cálculo”. Revelas aí a prudência mineira, que não avança (ou não avançava) aquilo que não seja a evidência mesma. É cálculo, raciocínio, operação mental e desapaixionada como qualquer outra, e não denúncia formal.

Finalmente — deixando de lado outras excelências de tua prosa útil — a declaração final: quem a apreender ou pelo menos “notícia exata ministrar”, será “razoavelmente remunerado”. Não prometes recompensa tentadora; não fazes praça de generosidade ou largueza; acenas com o razoável, com a justa medida das coisas, que deve prevalecer mesmo no caso de bestas perdidas e entregues.

Já é muito tarde para sairmos à procura de tua besta, meu caro João Alves do Itambé; entretanto essa criação volta a existir, porque soubeste descrevê-la com decoro e propriedade, num dia remoto, e o jornal a guardou e alguém hoje a descobre, e muitos outros são informados da ocorrência. Se leses os anúncios de objetos e animais perdidos, na imprensa de hoje, ficarias triste. Já não há essa precisão de termos e essa graça no dizer, nem essa moderação nem essa atitude crítica. Não há, sobretudo, esse amor à tarefa bem-feita, que se pode manifestar até mesmo num anúncio de besta sumida.

O amigo mostra-me fotografias de granja e diz: Escreva sobre ovos de pato.

Com prazer. Ensina um manual que, em matéria de reprodução, doze mil espécies de aves, sem discrepância, optaram pela solução de botar um ovo, elaborado da maneira mais simples. Ao pato se concedeu apenas um ovo maior que o da galinha. Botado, a pata pôs-se a chocá-lo.

Se abriremos no ovo uma janelinha, e a recobrirmos com uma lamela de vidro, que resguarde a temperatura interna, poderemos acompanhar de perto os notáveis acontecimentos da incubação. Mas passemos. A intimidade do ovo não constitui mistério para naturalistas; para nós, leigos, é preferível devassá-la através de imagens, na grande universidade popular que é o cinema. O aspecto exterior denota impassibilidade. Mas, ao fim de semanas, a periferia apresenta sinais inquietantes. Começa a trincar-se à maneira de um muro de penitenciária, atacado por dentro. Serve de picareta um dentinho calcário chamado “diamante”, que a natureza incluiu na parte superior do bico de certas espécies. Sem esse utensílio, a prisão não seria demolida, e não haveria regatas tranquilas de patos no córrego das fazendas, nem pato assado com maçã à mesa de domingo.

Nascer não é fácil, mesmo quando os pais, como os anatídeos, se lembram de oferecer facilidades recusadas à dolorida raça dos mamíferos. A casca do ovo é a primeira luta biológica, e a vida do pato é cheia de doenças que vão da diarreia à apoplexia. Por isso mesmo, hesita em vir ao mundo. Nascerá ganso? marreco? pato? cisne? Este último é, no fundo, um pato parnasiano, com o pescoço em alexandrino. Por motivo estético, ou porque sua carne não apeteça, conquistou a consideração humana, e pode deslizar majestoso no lago do Itamaraty; quanto ao pato, se lhe der igual veneta, será capturado pelos vigilantes da casa e, por ordem do chefe do cerimonial, assado na panela do ministro.

Mas a resolução foi tomada. Um pequeno ser dispõe-se a vir ao mundo. O que se percebe através da fenda aberta no ovo é uma fisionomia ambígua, tão indeterminada ainda que mais parece a cara grotesca de um velho, com imenso nariz e a calva camuflada pelos cabelos remanescentes. Já a fase seguinte é bela. A cabeça desaparece sob o palpitar de asas aflitas, que tentam criar um ritmo. Tudo está molhado pela seiva da vida, e sente-se a presença desse maravilhoso poder de voo, concedido até à espécie rasante dos patos.

Meio ovo tombou em fragmentos. A operação continua, mas o bichinho, cansado, deixa pender o busto para fora. A cabeça lembra a forma nobre e melancólica de um equino — pelo menos de um equino convertido em figura de proa de barco do São Francisco. A plumagem assume aparência vegetal, no emaranhamento úmido desse primeiro contato com o mundo exterior.

O resto da carapaça não precisa ser destruído. O animal dispõe de recursos para safar-se sem trabalho maior. Ei-lo integralmente nascido, mas tão exausto que a cabeça pende e se apoia no bico, tombado verticalmente. Pobre coisa caída e suja, com a neutralidade de um morto.

Bastou uma hora para que o sol secasse e esticasse as penas do patinho. Porque se trata indubitavelmente de um patinho branco, vivo, tão à vontade no mundo de Deus, que nada recorda a rude operação.

Mais uma hora, e algo divertido aconteceu: surpreende-se o sorriso do pato para a vida, nessa manhã inaugural de águas, plantas e insetos comestíveis. Dizem que o homem é o único animal que ri; o homem também ri bastante depois de um humilde pato, que o faz ao nascer. Sorriso civilizado de ave que já não cultiva hábitos migratórios ou a natural reserva do pato selvagem. Seu portador está orgulhoso de cumprir o rito imemorial. Uma infinidade de espécies, na ordem dos anseriformes, nasceu antes dele, e depois continuará nascendo. E a todas o patinho resume em seu sorriso ingênuo de quem não prevê os lamentáveis acontecimentos futuros, nem mesmo a utilização do seu nome para exprimir a exagerada inocência de espírito.

Observe o leitor, no sítio, a graça desse sorriso primeiro. E em recompensa à lição de boa vontade, vença por duas semanas a tentação sádica de comer o seu *Canard à la Rouennaise*, cuja receita assim começa: “Estrangule-se um patinho novo, ou enfie-se-lhe uma agulha comprida na cabeça; depene-se ainda quente, e corte-se o pescoço, depois a ponta das asas...”.

Foi talvez de um filme de Walt Disney que nasceu a moda de enfeitar com pintinhos vivos as mesas de aniversário infantil. Era uma excelente ideia, no mundo ideal do desenho animado; conduzida para o mundo concreto dos apartamentos, também alcançou êxito absoluto. Muitos garotos e garotas jamais tinham visto um pinto de verdade, e queriam comê-lo, assim como estava, imaginando ser uma espécie de doce mecânico, mais saboroso. Houve que contê-los e ensinar-lhes noções urgentes de biologia. As senhoras e moças deliciaram-se com a surpresa e gula dos meninos, e foram unânimes em achar os pintos uns amorecos. Mas estes, encurralados num centro de mesa, entre flores que não lhes diziam nada ao paladar, e atarantados por aquele rumor festivo e suspeito, deviam sentir-se absolutamente desgraçados.

Como a celebração do aniversário terminasse, e ninguém sabia o que fazer com os pintos, pareceu à dona da casa que seria gentil e cômodo oferecer um a cada criança, transferindo assim às mães o problema do destino a dar-lhes. O único inconveniente da solução era que havia mais guris do que pintos, e não foi simples convencer aos não contemplados que aquilo era brincadeira para guris ainda bobinhos, e que mocinhas e rapazinhos de nível mental superior não se preocupam com essas frioleiras.

Os pintos, em consequência, espalharam-se pela cidade, cada qual com seu infortúnio e seu proprietário exultante. O interesse das primeiras horas continuava a revestir-se de feição ameaçadora para a integridade física dos recém-nascidos (se é que pinto produzido em incubadora realmente nasce). Um deles foi parar num apartamento refrigerado, e posto a um canto da copa, sobre uma caixinha de papelão forrada de flanela. Semeou-se em redor o farelinho malcheiroso que o gerente do armazém recomendara como alimento insubstituível para pintos tenros, e que (o pai leu na enciclopédia) devia ser, teoricamente, farinha de baleia. A ideia da baleia alimentando o pinto encheu o garotinho de assombro, e pela primeira vez o mundo lhe apareceu como um sistema.

O pinto sentia um frio horroroso, mas desprezava a flanela, e a todo instante se descobria, tentando fugir. Procurava algo que ele mesmo não sabia se era calor da galinha ou da criadeira. À falta de experiência, dirigiu seus passinhos na direção das saias que circulavam pela copa. As saias nada podiam fazer por ele, senão recolocá-lo em seu ninho, mas o pinto procurava sempre, e piava.

O garoto queria carregá-lo, inventava comidas que talvez interessassem àquele paladar em formação. Não, senhor — explicou-lhe a mãe:

— Não se pode pegar, não se pode brincar, não se pode dar nada, a não ser farelo e água.

— Nem carinho?

— Meu amor, carinho de gente é perigoso para bicho pequeno.

Mas o pinto, mesmo sem saber, estava querendo era um palmo sujo de terra, com insetos e plantas comestíveis, o raio de sol batendo na poça d'água caída do céu, e companhia à sua altura e feição, e, numa casa assim tão bonita e confortável, esses bens não existiam. E piava.

A situação começou a preocupar a dona da casa, que telefonou à amiga doadora do pinto: que fazer com ele?

— Querida, procure criá-lo com paciência, e no fim de três meses bote na panela, antes que vire galo. É o jeito.

Não virou galo, nem caiu na panela. No fim de três dias, piando sempre e sentindo frio, o pinto morreu. Foi sua primeira e única manifestação de vida, propriamente dita.

O menino queria guardá-lo consigo, supondo que, inanimado, o pinto se transformara em brinquedo, manuseável. Foi chamado para dentro, e quando voltou o corpinho havia desaparecido na lixeira.

É sina de minha amiga penar pela sorte do próximo, se bem que seja um penar jubiloso. Explico-me. Todo sofrimento alheio a preocupa, e acende nela o facho da ação, que a torna feliz. Não distingue entre gente e bicho, quando tem de agir, mas como há inúmeras sociedades (com verbas) para o bem dos homens, e uma só, sem recursos, para o bem dos animais, é nesta última que gosta de militar. Os problemas aparecem-lhe em cardume, e parece que a escolhem de preferência a outras criaturas de menor sensibilidade e iniciativa. Os cães postam-se no seu caminho, e

— Dona, me leva — murmuram-lhe os olhos surrados pela vida mas sempre meigos.

Outro dia o cão vinha pela rua, mancando, amarrado a um barbante e puxado por um bêbado pobre, mas tão bêbado como qualquer outro. Com o aperto do laço, o infeliz punha a alma pela boca. E o bêbado resmungava ameaças confusas. Minha amiga aproximou-se, com jeito.

— Não faça assim com o pobrezinho, que ele sufoca.

— Faça o que eu quero, ele é meu.

— Mas é proibido maltratar os animais.

— Eu não vou maltratar. Vou matar com duas navalhas.

Minha amiga pulou como Ademar Ferreira da Silva:

— Me dá esse cachorro.

— Dar, não dou, mas vendo.

Dez cruzeiros selaram o negócio, e, livre do barbante, o cachorro embarcou no carro de minha amiga. Felizmente, anoitecia — e ela penetrou no apartamento, sem impugnação do porteiro. Que prodígios não faz para amortecer o latido dos hóspedes, lá dentro! (Uma vez, ante a reclamação do vizinho, explicou que era disco de *jazz*.) Já havia três cães instalados, não cabia mais. Tratou do bicho, chamou-lhe veterinário, curou-lhe a pata, deu-lhe vitamina e carinho. Só depois começou a providenciar uma casa de confiança para ele. Seu método consiste numa conversa mole com a pessoa: tem cachorro em casa? Por que não tem mais? Fugiu? Morreu de velho? (Se o cão fugiu, o dono não presta.) Conforme a ficha da pessoa, minha amiga lhe oferece o animal, ou não, e passa adiante.

Desta vez o escolhido foi José, contínuo de autarquia (não carece ser rico, mas bom paciente, bem-humorado). José tem crianças, espaço cercado e vocação para dedicar-se. Minha amiga ofereceu-se para levar o cachorro ao longe subúrbio, José disse que não precisava, ela insistiu, ele idem. Afinal foram juntos, o carro subiu ladeira, desceu ladeira, e no alto do morro desvendou-se a triste casa de José, que não era casa cercada, era um

corredor de cabeça de porco, com cinco crianças, mulher e sogra de José empilhadas.

Minha amiga compreendeu. José era mais pobre do que o cachorro e sem um mínimo de dinheiro não se compra ar livre e espaço para brincar. Seria cruel dizer a José: “Volto com o cachorro”. Felizmente o animal salvou a situação, tentando morder um dos garotos que lhe fizera festa. Minha amiga iluminou-se: “Está vendo, José? Ele não se acostuma. Vou te trazer outro, novinho”. José, desolado, aquiesceu. Minha amiga saiu voando para a cidade, entrou numa dessas casas onde se martirizam animais à venda, e resgatou o menor dos cachorrinhos recém-nascidos, que já penava numa jaula sem água e alimento, a um sol de fogo. “Para este, qualquer coisa é negócio, e melhora a vida.” Levou-o rápido, para José, que o recebeu de alma embandeirada.

Agora, minha amiga tem dois problemas: arranjar um dono para o cachorro do bêbado, e dar um jeito nos cinco filhos de José. Mas resolve, não tenham dúvida.

Depois que, há algumas gerações, o arsênico deixou de ser vendido em farmácia, não diminuíram os casos de suicídio ou envenenamento criminoso, mas aumentou — e quanto! o número de ratos.

Antigamente era fácil e esportivo matá-los. Hoje, isso constitui privilégio do Serviço Nacional de Peste, cujos agentes fazem obra limpa e rápida, mas é triste um cidadão já não dispor de poderes para liquidar um rato em seu lar. Que outra liberdade nos resta?

João Brandão, morador em Botafogo, não pretendendo incomodar aquele órgão federal, dispôs-se a dar caça direta aos murídeos que lhe infestam o domicílio — uma casa meio antiga, que desperta a gula dos especuladores de imóveis. Agiria a pau, e de tocaia, como lhe disseram que são as caçadas humanas no interior. Os ratos passaram-lhe entre as pernas, e João quase fraturou uma, pois já lhe faltam o viço e maleabilidade da juventude. Escapou de ser ferrado na panturrilha por um ratão mais assustador do que assustado, e a agressão só não se consumou porque agressor e agredido, afinal, fugiram desabaladamente um do outro.

Falhou também a tentativa original de atrair os bichos para o fogão, ligar o gás e torrá-los. O gás anda fraquíssimo.

Obturadas as fendas do soalho, por onde se introduziam em casa, passaram eles a abrir buracos na parede, através de cimento e ferro, e, para que o prédio não virasse farinha, João pensou em outra coisa.

Veio a fase das ratoeiras, que não funcionam quando devem, ou não devem quando funcionam, e costumam lascar o dedo de um cristão com habilidade igual à de um cortapresunto americano. O *pá!* da mola, disparando sobre a plataforma do aparelho, repercutia no peito de João, como um som de guilhotina a liquidá-lo a ele. Mesmo guilhotinado, corria para ver o sucedido — e sempre sumia o queijo, e nunca ficava o rato.

João arquivou esses instrumentos inoperantes, refletindo que se eram assim as ratoeiras do tempo de seu avô, as notícias de grandes caçadas daquela época devem sofrer um desconto de noventa e nove por cento. Não desistiu, porém, e entrou no período dos pós e pastas fulminantes contra ratos, baratas e quaisquer animais daninhos, produtos esses oferecidos em embalagem sinistra, com caveirinhas e ossos cruzados, e recomendações em letras de sangue: “Cuidado! Não deixe este tubo perto de seus filhos. Queime o papel que serviu para limpar a boca da bisnaga. E lave bem as mãos depois de aplicar Mortil. Mortil é veneno”.

É, hem? Barrada com Mortil, ou que nome tenha uma fatia de pão, e posta no chão da cozinha, João verificou, bestificado, que os ratinhos lambiam aquela espécie de

manteiga e deixavam o miolo. Tornaram-se exigentes, e só queriam Mortil, que João teimava em propiciar-lhes em doses cada vez mais cavalares, na esperança de que o excesso de substância, e não a toxidez, criasse a letalidade — ou simplesmente para ver até onde iria aquela brincadeira. Não tinha experimentado o “remédio” em baratas; experimentou, e o encantamento foi o mesmo. Havia em casa um cãozinho aposentado e sonolento. João hesitou em proceder a novo teste, mas procedeu: pelo abanar do rabo, o cãozinho manifestou sua aprovação ao novo tipo de alimento.

João teve uma ideia horrível. Não ousou reproduzi-la, pois a pessoa do meu amigo ficaria comprometida aos olhos de todos, a menos que vissem nisso uma simples manifestação de *humour* negro. Não era negro, não, mas o fato é que as crianças da casa não chegaram a provar Mortil. Alimentam-se com gêneros mais corriqueiros.

E aquilo ficava por um preço que não se coaduna com o índice orçamentário de João, nem com a conjuntura nacional. João verificou que não há remédio nem jeito contra rato, salvo o jeito que eles mesmos, ratos, quiserem dar, mudando de casa, rua ou nação. Dentro de cada nação, porém, e no estado atual dos conhecimentos humanos, a eliminação dos ratos é utópica.

Começou, não digo a estimá-los, mas a aceitá-los, o que é quase compreendê-los. Facilita o trajeto e o abastecimento dos ratos, que, achando tudo no lugar, não reclamam. Quando se esquece de fazê-lo, é alvo de represálias: comem-lhe uma fotografia querida, uma gravata, folhas de livro. Certa vez, um subiu-lhe na cama e encarou-o muito tempo, com ironia. São escarninhos e vingativos, mas, deixados em paz, roem em paz.

O problema está resolvido para João Brandão.

A notícia veio de São Paulo, trazida por *Anhembi*. Foi o caso que certo cavalheiro de posses — um grã-fino, diz a revista — regressou dos Estados Unidos em companhia de um cachorro de raça, lá adquirido. No aeroporto de Congonhas, diante dos funcionários da alfândega, houve a abertura de malas, e verificou-se que quatro eram do cachorro: uma com roupas, outra com coleiras e focinheiras; uma terceira com vitaminas, e a última com alimentos especiais.

O comentarista fala na Revolução Francesa, que reagiu contra coisas desse gênero, e na Revolução Russa, que reuniu em museu as joias oferecidas pelos aristocratas a seus cães e cavalos. Expus o caso a um cachorro de minhas relações, chamado Puck, e ele manteve comigo, por meio dos olhos e da cauda saltitante, este diálogo quase maiêutico, embora às avessas.

— As malas eram quatro, diz você?

— Realmente, meu caro Puck.

— Com certeza eram malinhas à toa...

— Não consta da notícia, mas presumo que fossem malas consideráveis.

— E você quer insinuar com isso que cachorro em viagem não tem direito a mala?

— Não é bem assim. Pareceu-me que havia bagagem em excesso para viajante tão sóbrio de natureza, como — não é por estar em sua presença — eu considero o cão.

— E quantas malas tinha o grã-fino? Quarenta?

— A revista não diz, mas é de supor que trouxesse muitas.

— Você acha direito que um homem viaje com quarenta malas (por hipótese) e seu cão não tenha pelo menos quatro?

— Mas veja bem, Puck, o homem é um animal complicado, que se afastou da natureza. Vai a festas noturnas, que exigem equipamento especial; tem reuniões de negócio, de esporte, de amor, de guerra. Compra livros e até os lê. Precisa de tapetes, automóveis, discos, esmalte de unhas e tudo aquilo que vocês, mais felizes, não conhecem ainda, ou desprezam.

— Essas coisas são necessárias à vida?

— São, na medida em que a tornam mais agradável.

— E não seria tempo de estendê-las ao uso pessoal dos cachorros e de outros animais em condições de saboreá-las?

— Teoricamente, talvez. Não acha, porém, que seria o caso de estendê-las antes a todos os homens?

— Elas chegam para todos?

— No estado atual da produção, é capaz de não chegarem.

— Então, que adiantaria?

— Pelo que vejo, você tomou partido francamente por sua espécie contra a minha, quando as duas se entendem há milênios.

— Engano, meu caro. O que você enxerga no gesto do grã-fino é a falta de sensibilidade diante da miséria alheia, quando eu enxergo precisamente um começo tímido de sensibilidade, a abotoar-se como uma florzinha anêmica. Todo esse cuidado com um cão, um simples cão (pois somos simples, e esta é nossa maior virtude), revela que o homem não está de todo perdido, e já começa a desconfiar da existência do próximo. Por enquanto tem os olhos baixos, e só repara em alguns de nós, de mais *pedigree*. Amanhã descobrirá as criancinhas, e dia virá em que..

— Ele se estimará a si mesmo, através dos outros?

— Não vou a tanto — resmungou Puck. — Também, você está exigindo demais de seus semelhantes.

MENINOS

Se tivesse mais dois anos, chamá-lo-ia mentiroso. No seu verdor, é apenas um ser a quem a imaginação comanda, e que, com isso, dispõe de todos os filtros da poesia.

O que aconteceu, para ele, não conta. O que não aconteceu, sim, pula a todo instante na conversa e logo se materializa, real dentro do real. Geralmente, se lhe perguntamos alguma coisa, a resposta é um ato criador.

— Quem buliu neste açucareiro e sujou a toalha?

— Foi Puck.

— Mas Puck é um cachorrinho de nada, não sobe à mesa.

— Subiu na cadeira.

— Você viu Puck subir?

— Vi, ué.

— E deixou?

— Eu disse assim: Puck, não sobe nessa cadeira não.

— E que foi que Puck lhe respondeu?

— Que tinha vontade de comer um torrãozinho de açúcar.

— Mas você é que comeu torrão de açúcar. Está-se vendo pela sua boca lambuzada.

— É, eu também comi um, mas foi Puck quem deu.

Horas depois:

— Você se lembra? Naquele dia em que Puck me deu um torrão de açúcar...

O tempo ainda não existe em forma fixa. As coisas marcadas para amanhã desenham-se no nevoeiro, ou mergulham no insondável. Prometem-lhe um velocípede.

— Onde está?

— Espere, vem amanhã.

— Por que amanhã nunca é hoje?

E ninguém, de Bergson ao avô, saberia responder-lhe ao certo.

Contudo, uma noção se delineia, da sequência das horas. Conta-nos um fato estranho:

— Quando o céu ficou azul-escuro, e um gato pulou no terraço, e depois o céu virou claro outra vez, eu fui espiar devagarzinho, e o gato tinha comido a máquina de escrever...

Amas as coisas pelo prazer abstrato da posse, menos pelas coisas em si, ou pelo seu uso voluptuoso. Há um lápis.

— Me dá esse lápis pra mim?

— Não posso.

— Me empresta?

— Não posso, preciso dele.

— Ah, me empresta...

— Está bem, empresto.

— Agora ele é meu?

— Seu, não. Emprestado.

— Eu queria tanto um lápis pra mim... Me dá, anda.

— Está bem, pode ficar com ele.

— É meu? Oba!

E joga-o fora, imediatamente.

Não lhe deem brinquedo caro, porque logo o desmonta para brincar com um pedaço qualquer. Dir-se-ia instinto de destruição, comum à espécie. Inclino-me a crer que seja instinto de simplificação e prazer de recriar, em novas bases, a realidade imposta.

Em suma, grande figura, admirável exemplar de todos os garotos da mesma idade em todo o mundo, e só Deus sabe como foi batida esta crônica (se assim podemos chamá-la), enquanto ele montava a cavalo no cronista: upa, upa, cavalinho alazão!

Fui levar ao aeroporto o meu amigo Carlos Manuel. Trata-se de um inveterado viajante, mas que realiza sempre o mesmo percurso aéreo. Já viajava antes de ser, e conservou o hábito. Há em seu passaporte apenas dois carimbos, invariavelmente repetidos. Porque já o conheçam bastante, ou por um segundo motivo, que se deduzirá no fim, as autoridades aeronáuticas, alfandegárias e policiais não o convidam a identificar-se (e se o fizessem não seriam atendidas, pois meu amigo é displicente e omissos em muitas situações civis). Ele chega ao país e sai com desembaraço, embora sem arrogância, abstando-se de fazer qualquer declaração. Costuma bocejar diante das formalidades, e se alguém de mais préstimo se dispõe a cumpri-las em sua intenção, isso é lá com a pessoa. O céu constitui a rua entre duas casas, e não vai um cristão incomodar-se toda vez que precisa sair de um domicílio e entrar noutro.

Alheia-se totalmente da organização política das duas nações, mas tira da vida cotidiana de ambas boa parte de seus interesses. Está muito ligado ao povo, com quem mantém contato direto e espontâneo, aprazendo-se na companhia de empregadas domésticas, sorveteiros, jornaleiros, estafetas, operários de construção civil, e outros ramos (sem ser demagogo). E não desdenha o convívio com as classes mais favorecidas, cujos salões frequenta moderadamente, não sendo raro vê-lo deixar o *living* de uma casa amiga para se dirigir aos fundos e ali estabelecer relações cordiais com o pessoal de serviço.

Dono de insaciável curiosidade intelectual, meu amigo é dos que pretendem aprender tudo e o mais depressa possível, resultando daí certa confusão encantadora entre os materiais do seu saber, a começar pelo veículo do pensamento, que engloba dois modos distintos de falar. Não se sabe onde acaba uma língua e começa outra. Há meses em que tem predominância um idioma, com sua estética e psicologia próprias; em outros períodos, as peculiaridades da segunda fala se destacam, quando não se mesclam à da primeira, de forma arbitrária, mas imperiosa; e nesse último caso, os lábios do meu amigo deixam escapar qualquer coisa como o *sabir*, o *pidgin-English* ou o *broken English*, uma dessas línguas mistas que, segundo Vendryes, resultam da fusão de dois ou mais idiomas, e que, desprovidas de morfologia característica, não podem ser reivindicadas por nenhum dos idiomas componentes — verdadeiro caso de hibridação linguística.

Nossa profunda e leal amizade não é isenta de corisco e chuva miúda, mas logo o tempo clareia, e reconhecemos a mútua boa-fé. Se uma vez, magoado pela injustiça, me anunciou seu intento de voar no mesmo dia para a outra cidade, e lá apanhar uma “escopeta” com que “mataria mi corazón”, a verdade é que, um instante depois, revelava

que isso era “de broma”. E sou obrigado a confessar que frequentemente me acusa de falta de juízo, pelos riscos físicos a que o exponho oferecendo-lhe objetos de uso perigoso que, por incapacidade de escolher presentes adequados, me parecem os mais festivos e recomendáveis às pessoas de minha estima.

Não costuma contar-me sua vida, embora conte a minha a terceiros, e certa vez uma senhora abordou-me, sorrindo: “Já sei que esta manhã não ficou nada satisfeito, porque a crônica não saiu boa; o Carlos Manuel me contou”. Conspirasse eu contra o regime, e estaria bem arranjado, pois é comum o meu amigo chegar a uma assembleia e dizer: “Sabem quem foi ver ontem o CDA? Chico Barbosa”. A feijoada, a vitrola que não funciona, um dinheiro que entrou a mais, uma calça que se rasgou, tudo são fatos que atravessam o sigilo familiar e se expõem ao olho público. E o que em outros seria indiscrição, nele é uma forma de gostar e louvar. Finalmente, o narrador se esquece do que contou. Ao mesmo tempo, conta-me histórias absurdas, que não aconteceram “no corpo”, mas que, ao serem contadas, acontecem. E não é mentiroso nem poeta, mas natural.

Sonha muito e dorme pouco. De sua luta com o sono falarei na próxima. Idade do meu amigo: quatro anos e três caramelos⁶.

⁶ Carlos Manuel Graña Drummond, neto mais velho de Drummond.

Que se passa com este garoto, que não quer dormir? Acorda cedo, vai à praia, almoça um boi, janta outro, pula feito macaco, está exausto até o sabugo da alma; entretanto, quando o sol se recolhe, ele não faz o mesmo. Pretenderá abolir a noite, prosseguindo infundavelmente nos jogos e experiências do dia claro.

Livros especializados responderiam à pergunta. Mas um avô que se preza jamais recorrerá à ciência dos outros para iluminar sua ignorância. A resposta deve vir da compreensão amorosa, forrada de paciência, que costuma falecer aos avós mais aperfeiçoados.

Não, o guri não quer saltar sempre, como brinquedo a que se desse corda infinita. Seus olhos já não têm aquele fogueiro azul-claro que crepitava a cada hipótese de prazer, durante o dia. Estão baços e estreitos, como convém à viagem do sono. E se o menino não se dispõe a empreendê-la, é porque sabe que irá sozinho, que todos nós dormimos abandonados e ermos, que o mundo murcha em nosso redor, e perdemos todo contato com a corrente da vida. Se a casa inteira fosse dormir, bem seria um mergulho geral, e os sonos se sentiriam solidários; mas é cruel ir para a cama, e saber que lá embaixo a vida está acontecendo em volta à mesa do jantar, e o riso imprudente dos adultos soa como um odioso privilégio. Então se desenrola o entreato da escada.

A escada marca a separação de dois mundos: o mundo propriamente dito e a solidão. É longa, e cada degrau que se sobe representa um passo para o exílio. Deve-se subi-la devagarinho, e descê-la em ritmo de carga de cavalaria. Infelizmente, é hora de subir. As autoridades, sob compromisso de recolhimento pacífico, prometeram um serão mais longo, mas tudo acaba, e temos de enfrentar a noite e seus espaços vazios e desolados.

— Anda mais depressa, menino.

— Um momentito. Tenho ganas de coçar-me as rodijas.

Senta-se e começa a coçar-se, na calma. Levanta-se e olha para baixo, saudoso, como do alto de um *clipper*.

— Mãe...

— Que é?

— Amanhã bos me regalás uma cosita que eu quero mucho?

— Que coisa, filhinho?

— Todavía não sé. Es um negocio mui lindo, focê sabe?

— Bem, amanhã você lembra e me diz. Agora vai dormirzinho, vai.

— Quero água.

— Mas, meu bem, agorinha mesmo você bebeu um copo d'água!

— Quero más.

— Deita, e mamãe te traz água.

— Sim, voi acostarme. E me contás um conto de Ruãozinho e Maria?

Vários contos são contados, já na cama, e o menino parece vencido. A família janta, satisfeita. Ouve-se um lamento débil:

— Mãe...

— Que é?

— Me olvidê de cepijar os dentes.

— É engano, filhinho, você escovou.

— Escovê mal.

— Vai dormir, menino.

Ruído na escada. Então, ele não estava falando da cama?

— Volte para o quarto e fique quietinho.

Faz que volta, sobe um degrau. Nova pausa, e recomeçam os apelos suaves e melancólicos de comunhão. Precisa contar o tombo que o Valdemar levou hoje na escola. Recorda-se de que a porta do “comedor” em Buenos Aires não ficou fechada aquele dia, e entrou um imenso galo cor de escuridão. Precisa atender a uma necessidade urgente; não podem ajudá-lo a acender a luz, tão alta? Quando baixarão los marcianos, que viajam em aviões-foguetes?

As pessoas perdem a paciência, divertem-se, ameaçam, imploram-lhe que durma só um pouquinho. Imagem de vigília, mãos no rosto, bocejante e perseverante, sentado no alto da escada, seu pequenino corpo escondido no pijama parece aguardar que um cataclismo subverta a face da terra, e as pessoas crescidas voltem a ser crianças para entenderem a tristura de adormecer.

A Carlos Manuel (quatro e meio) e Luís Mauricio (dois anos):7

É com vocês tomarem o primeiro avião e virem direto para esta rua já conhecida dos dois. Se deixarem as férias para dezembro, a situação não será a mesma. No momento, posso oferecer-lhes uma atração ímpar: a longa e profunda escavação no eixo da rua, para colocação de novo encanamento.

Vocês já perderam a fase da abertura do buraco, que é bem boa. Gente de ouvido melindroso não aprecia, mas ver o asfalto rachando sob o impacto da perfuratriz é uma beleza que não tive quando menino. O ar treme, as mãos do operador tremem no comando; se facilita, o pé dele some na brincadeira; mas não acontece nada.

Bem, enquanto a cova se abria, canos de largo diâmetro foram dispostos de cada lado da rua, e aí está outra diversão sadia e popular, de que vocês estão-se privando. Sabem o que é tubo largado na via pública, meninos apartamentizados? Acontece cada cinco anos, na melhor hipótese. Os garotos vão chegando, apostando corrida por cima, ou se introduzindo no bojo escuro. Você que é mais taludinho, Carlos Manuel, já não caberia sentado no tal tubo, mas lá dentro se pode imaginar uma cabana, um subterrâneo; mede uns quatro metros, é uma galeria decente. O brinquedo similar dos *playgrounds*, todo pintado e catita, não tem esse rude encanto. Com um tubo, organizam-se excelentes caçadas no Araguaia, perseguições a bandidos e outras emoções fortes; quando não, serve simplesmente para a gente se esconder e sujar bem a roupa, o que, nessa idade, também serve.

Mas o gostoso mesmo é a longa vala no centro, aliás aberta com a colaboração da gruzada, que funciona das onze às doze (hora de almoço dos operários) e das dezesseis em diante. Há meninos que tapam em vez de abrir, outros abrem e tapam, outros destapam e outros contemplam, deslumbrados. Brinquedo de terra na rua? Nunca ouviram falar disso. Não é bem de terra, mas de areia, porque, como vocês sabem, esta rua é quase marítima; porém o prazer é igual; ninguém se farta de admirar a rua devolvida a usos infantis, livre de automóvel, revolvida e alegre. São pulos, empurrões, quedas, pás, gritos, engenharias, que sei eu? Os meninos somem lá dentro, voltam sujos e felizes.

A feira, meus caros, continua a funcionar uma vez por semana, no meio da bagunça. Só que as barracas se armam na calçada, rente às casas, e como a nossa é baixa, o barraqueiro nos joga as mangas e bananas do lado de fora, e nós de dentro lhe jogamos o dinheiro, o que aumenta o prazer da rua desmanchada. É isso. Desmancharam a rua, e as crianças, por instinto, viram que era para elas.

Não demorem, meus netinhos, porque na quadra anterior já botaram os canos e se

tapou o buraco. A turma do asfalto aproxima-se. Teremos essa felicidade pública até dezembro? O pintor Reis Júnior passou por aqui e perguntou: “Mas onde estão os meninos desta casa? Telegrafe a eles que venham. O buraco está fechando, mas eu vou acompanhá-lo pelas ruas próximas, e direi onde é que eles podem encontrá-lo”.

Eu, que sempre escrevi contra buracos, rendo-me a este. Não há melhor divertimento para crianças. Nem para adultos, se não fôssemos uns bocós envergonhados. Venham, malandros!

7 Carlos Manuel e Luís Mauricio Graña Drummond, ambos netos de Drummond, que então viviam com os pais, na Argentina.

Os irmãos Roberto, que você conhece e admira, estudam a urbanização de Cabo Frio. A cidade foi descoberta há alguns anos por moradores do Rio, e de então para cá vive ameaçada de transformar-se numa outra coisa qualquer, em que a terra vale ouro, mas a paisagem e a vida não valem nada. Ainda agora, a nova tevê anuncia que suas transmissões estão sendo perfeitamente captadas em Cabo Frio. A existência de aparelhos dessa natureza pelo litoral fluminense afora dá ideia do progresso que ruge por lá — e das providências que é preciso tomar. O ideal seria que não se “urbanizasse” um aglomerado urbano; que o deixássemos simplesmente viver, melhorando apenas as condições locais, e não promovendo uma expansão que cria condições novas e maiores problemas — mas já que a situação existe, e precisa ser reparada, desejemos boa sorte aos simpáticos irmãos Roberto, em seus desvelos cabistas.

Não precisarei pedir-lhes carinho pelo Arraial do Cabo, vizinho à cidade. Têm gosto bastante para defendê-lo, impedindo que ali brotoeje alguma Palm Beach. Vive no Arraial uma população de pescadores que conserva traços culturais característicos, ora estudados por uma equipe de etnólogos do Museu Nacional. Encontro por acaso d. Heloísa Alberto Torres, e essa ilustre amiga me diz apressadamente: “Estou de passagem no Rio, e quero voltar logo para a minha aldeia do Cabo, onde o trabalho é uma delícia”. Convivendo com aquela gente simples, os “museus” (como lhes chamam os nativos do Cabo) procedem a um inquérito sobre o comportamento social dos pescadores, antes que o funcionamento de uma fábrica de álcalis determine ali transformações profundas nos costumes.

D. Heloísa conduz esse inquérito com aquele “senso do humano” que, segundo Métraux, deve assinalar o bom etnólogo, espécie de cientista que finge não ter ciência, para surpreender a limpidez das manifestações primitivas do homem. E uma de suas alegrias, no Arraial, é o convívio com as crianças que, entre outras coisas, lhe ministram noções de “etiqueta do Cabo”.

(A etiqueta não é privilégio de camadas altamente civilizadas, que na realidade a partilham com os povos mais primitivos; há apenas diversidade formal de ritos, como assinalam os manuais de antropologia cultural.)

Os meninos de nove a doze anos, que d. Heloísa convida para sua casa, recusam-se, polida mas terminantemente, a aceitar qualquer coisa à mesa, em contraste com a gulodice dos meninos cariocas.

— Assim eu fico desapontada com vocês — queixa-se a etnóloga. — Outro dia fui à casa do Sebastião e lá aceitei um café. Será que fiz mal?

Um garoto responde, de cabeça baixa, sem inflexão:

— Fez sim, senhora.

— Eu não devia ter aceitado?

— Não devia não senhora.

— Por quê?

— Pra mostrá que tem educação.

D. Heloísa recolhe o ensinamento, mas deseja aprofundá-lo:

— Então a gente nunca deve aceitar a comida que nos oferecem?

— Não deve não senhora.

— Nunca, nunca?

— Oferecendo três vezes, pode aceitá.

— Ah!

Mas a regra exige tato na aplicação:

— Tônico, já convidei você três vezes a comer esse doce, e você está quieto!

— Ah, mas não é desse jeito não — esclarece Tônico.

— Bem, vocês já me explicaram como é que uma pessoa mostra que tem educação, na casa dos outros. Agora quero saber de que maneira vocês, em casa, mostram a mesma coisa, diante dos seus pais.

— Com o pai é assim. O pai zanga com a gente, xinga, pode até batê. A gente não diz nada.

— E vocês, meninos, uns com os outros, como é que mostram que têm educação?

Eles refletem longamente.

— Ah, isso é muito difícil!

Por favor, não me bulam no Arraial do Cabo, amigos.

Passava de vinte e duas horas quando o casal, que vinha do cinema, viu no meio-fio uma pequena forma escura, sobre a qual se debruçavam três moças.

A rua era tranquila, dessas que, mesmo desembocando em outras de agudo movimento, conservam sua placidez de província, alheias a toda emoção fora de pauta. Um ponto escuro na calçada, àquela hora de domingo, e a presença de moças em torno constituíam, pois, algo extraordinário, cuja importância o casal intuiu devidamente.

A pequena sombra movia-se. Era gente, mantinha a cabeça baixa, e suas mãos de menino tenro lidavam com um caixotinho que iam convertendo em gravetos. Parecia muito preocupado com a tarefa, de sorte que se manteve alheio à exposição feita por Iolanda, uma das moças, moradora na vizinhança.

Contava ela que, passando com duas amigas, também fora atraída pela coisinha movediça, no recanto menos iluminado da rua. Aproximando-se, pôs-se a observar o garoto, que tremia de frio mas não abandonava seu trabalho. Perguntou-lhe por que estava ali, já tarde, solito, desmanchando tabuinhas. E ele, que não se revelou amigo de conversa, a custo foi soltando sua explicação. O pai deixara-o naquele ponto, recomendando-lhe que não saísse do lugar. Tinha que fazer, e voltaria mais tarde para buscá-lo.

— E para onde foi seu pai?

— Eu é que sei?

— A que hora ficou de voltar?

— Não disse.

— E você vai ficar aí jogado até que ele volte?

— Fico fazendo lenha, uê.

A moça viu logo que a primeira providência era dar alimento e agasalho ao guri. Foi à casa, correndo, e trouxe um saco de biscoitos e um suéter tanto mais admirável quanto estava exatamente na medida, como tecido na previsão de uma criança de cinco anos, que fosse encontrada ao abandono, em noite de frio, na calçada.

Ele se deixou vestir, comeu com gosto e sem pressa. Mas, enquanto comia, procurava despregar mais uns pedacinhos de madeira.

A moça pensou em recolhê-lo em casa, à espera dos acontecimentos. Mas, se o pai viesse e não encontrasse o garoto no meio-fio, como restituí-lo? Nessa fituza, estavam já havia uma hora. Por outro lado, era estranho aquele pai que assim deixava seu filho atirado na rua, ao relento, prometendo voltar mais tarde. Voltaria? Nunca mais, talvez.

Restava o recurso de tomar um carro e ir campear o barracão do menino, mas ele falava em sítios confusos, parecendo incapaz de localizá-los, ou pouco disposto a isso.

Apelar para a delegacia ou o juízo de menores, a essa hora da noite, seria inútil. Na pior hipótese, a moça o guardaria em casa, e amanhã dá-se um jeito.

Examinava-se o que convinha fazer, em definitivo, quando outro grupo assomou à esquina, e, vendo o ajuntamento, dele se aproximou. Eram domésticas e operárias, que vinham rindo, satisfeitas com o domingo bem vivido, ou por coisa nenhuma. Curvando-se, reconheceram logo um irmão:

— É Pingo!

Era Pingo, amigo de todas, domiciliado na Praia do Pinto. Pai? Não tinha pai, pelo menos que alguma delas soubesse. A mãe era lavadeira, e Pingo gostava de sair à aventura, percorrendo mundo. Pingo é muito levado, tem imaginação.

Então a moça samaritana pediu às vizinhas de Pingo que o levassem. Elas concordaram, e Pingo não fez oposição. Queria apenas carregar as tabuinhas, com que faria em casa um grande fogo. Juntaram-se os fragmentos, e o bando partiu com a mesma algazarra feliz, comboiando Pingo de suéter novo, com as tabuinhas e os biscoitos remanescentes na mão.

— Você vai para o céu, Iolanda! — comentou o casal, a uma voz.

Mas Iolanda seguia com os olhos o grupo de raparigas, e preocupava-se. “Essa gente é meio maluca, sei lá se elas levam mesmo o garoto para casa?”

Estava o príncipezinho sentado, com as mãos e a cabeça sobre os joelhos, e dormia. A seu lado, brinquedos esperavam: a boneca de plumas, o lhamma, a bolsa contendo pequeninas coisas. O sono era tão mineral que o príncipezinho se deixou carregar por dois estranhos, e se naquela postura estava, naquela postura ficou. Desceram-no e depositaram-no, com seus objetos, ao pé da escharpa.

Pessoas experimentadas inferiram que ele se perdera na montanha, e adormecera com fome. Outras vislumbraram no rosto semidescoberto uma expressão de medo — como a de menino que presenciasse um bombardeio aéreo —, e sua atitude seria a de quem se protege contra perigo iminente. Mas, observando bem, sentia-se a paz daquele sono, que nem a picareta dos homens batendo na rocha viera perturbar, aquele sono que envolvia todo o menino numa peculiar camada de silêncio, e o tornava indiferente ao desconforto da posição e ao frio da altura.

Sua condição de príncipe ressaltava das vestes e adornos, que eram nobres, e se confirmava no lavor de ouro dos brinquedos. Cingia-o um colar de pérolas; a boneca tinha o ombro traspassado por um grande alfinete de prata.

Alçaram de novo o príncipezinho e levaram-no para a cidade grande, onde é hoje objeto de pasmo geral. Continua dormindo. Jornais cinematográficos espalharam pelo mundo sua imagem. Agora, chega uma revista com a fotografia do príncipezinho, sempre dormindo, sempre enrodilhado, e tão distante de nossa curiosidade como dos asteroides minúsculos que o seu colega, imaginado por Saint-Exupéry, gostava de percorrer.

Todo o barulho da terra não faria essa criança acordar. Dorme há quinhentos anos, desde o dia em que os pais a colocaram a uma altura de cinco mil metros, protegendo-lhe o sono com amuletos. É um príncipe da nação dos Incas, e maravilhoso acaso foi esse, de gente rústica, há trinta anos à procura de um tesouro, deparar com o seu pequeno túmulo congelado.

O gelo conservara pois, por sua simples virtude, no alto de um pico chileno, uma criança nascida quando não existiam nem Pizarro, nem Chile, nem Brasil, nem América. Foi-se o glorioso Império dos Incas, com sua pompa, e nos deixou apenas formas artísticas, modeladas por arquitetos, escultores, joalheiros e tecelões, ou simples palavras, incorporadas às línguas em uso; o ser humano contemporâneo dessas formas e símbolos, este se despedira para sempre, e nos tristes quíchuas de hoje não erra mais que o seu reflexo longínquo. Mas o menininho, acorado e dormindo o mesmo sono iniciado há cinco séculos, aí está agora, a cativar-nos com o seu mistério.

Envelhecemos depressa. O tempo de uma criança dormir, e Maias e Incas

desaparecem, e o Império Espanhol na América se inaugura e se faz em escombros, e o português também: ela ainda não acordou, e já nascem e morrem Camões, Cervantes, Shakespeare, Racine, São Vicente de Paulo, Newton; e vêm os direitos do homem, e surgem teorias novas, e novas guerras. Em seu sono infinito, o menino passou pelos homens e suas obras, por instituições, ideias, sonhos, vidas e mortes, sempre dormindo em postura humilde, cercado de ídolos, cachos de cabelos, dentes de leite. Nada mudou para ele. O mundo é talvez um sonhar acordado. Dorme, menininho, dorme.

DESPEDI DAS

Na tarde de luz e calor, um grupo de pessoas foi à capela da Real Grandeza despedir-se de uma senhora idosa, que morava na ladeira dos Tabajaras. Dela todos diziam que fora e continuara linda em seus velhos dias, e de sua beleza se podia acrescentar que resultava não só de uma composição feliz de traços físicos, senão também do prestígio que a esses traços infundia a iluminação interior. Na verdade, aquela senhora era musa, e musa de um grande artista, o finado Eliseu Visconti.

Quem conhece a obra desse pintor ou quem, pelo menos, folhear o livro de Frederico Barata, dedicado à sua vida e ao seu tempo, se lembrará logo da nobre figura feminina que o artista se comprazia em retratar, ao longo de quarenta anos, e que ia assim salvando da lei da completa dissolução. Louise era o mais amado entre os modelos do pintor, e Visconti, em matéria de modelos, preferia-os familiares, porque eram os que revelavam maior paciência diante da lenta elaboração da obra de arte, e sobretudo eram aqueles a quem, por muito amar, muito compreendia. Quase todos os retratos assinados por Visconti têm essa “inteligência sensível” que, por uma absorção misteriosa, permite figurar ao mesmo tempo, e ao mesmo envoltório carnal, modelo e artista. Propriamente, não pintava coisas ou pessoas: fixava as visões que sua simpatia desvendava no universo, banhadas em luminosidade difusa, aqui intensa, ali suave. E não lhe encomendassem a repetição sumária da natureza, pois, como disse a seu biógrafo, a natureza é apenas um dicionário: o artista consulta-a para esclarecer alguma dúvida; no mais, interpreta por sua conta.

A casa de Saint-Hubert, nos arredores de Paris, onde Visconti, em 1902, conheceu sua companheira, o retrato de Louise em azul, verde e rosa, de vinte anos depois, o óleo renoiresco de 1909, em que aparece, também de rosa nos cabelos, a loura filha do casal, o estupendo *Grupo de retratos*, do Salão de 1921, em que o sentimento de família não traz nenhuma doçura choca à atmosfera, antes dá poesia intensa a cada figura, mais realçada no rosto espiritual de Louise, imerso em lonjuras de cisma, e *As maçãs*, *Cura de sol*, *Afetos*, tantos e tantos quadros de mestre Visconti revelam-no de fato o “pintor de família” que já se viu nele, mas sem corujismo ingênuo, porque a força plástica dominava qualquer outra consideração, e, daí, os exemplares humanos eram belos. Enquanto a família, para alguns temperamentos, aparece como um elenco de monstros de que é necessário fugir, ou que só ajuda o artista a criar pela necessidade, que ele tem, de subtrair-se a seu império nefasto, procurando um mundo diverso, no *atelier* da avenida Mem de Sá o melhor impulso à obra de Visconti emanava de uma corrente de ternura a circular sempre entre o pintor, sua mulher e seus filhos, ternura que sustentou esse meridional cheio de seiva, entusiasmo e capacidade de irritação e admiração, que ainda há

dez anos era visto nas ruas do Rio, com a sua alva e luminosa cabeça a dominar a má pintura de seus contemporâneos retardados no culto ao *poncife* e ao vendável.

D. Louise lá se foi agora, a descansar nesse país neutro em que as pessoas são apenas lembrança, quando há quem as lembre. Mas no seu caso, todos sabemos que ela continuará viva e doce, nos museus e coleções onde haja um bom Visconti.

É difícil dizer de Ataulfo de Paiva todo o bem que ele merecia; quanto mais difícil, então, figurar todo o bem que ele fez. Quase toda gente se divertia em lembrar que era uma personalidade velhíssima, e nada mais; como se a idade extremamente provecia constituísse um defeito cômico maior, sobrelevando os demais implícitos na pessoa que o detinha. Esse ponto de vista diante da senectude sempre me impressionou; nele se distingue o ressentimento, para com os que souberam viver muito, dos que receiam viver pouco. E Ataulfo soube de fato viver sua longa vida. Dir-se-ia que a quisera e fizera assim extensa para melhor aplicá-la. Porque sua existência dava sempre a impressão de um ato de vontade. Se se desinteressasse dela, morreria como qualquer outro, de uma das mortes urbanas oferecidas cada dia à nossa fragilidade. E no mesmo ativo cuidado com que ele ia diariamente visitar seus doentes e enterrar seus defuntos se podia notar a determinação de sobre-existir, de cumprir um “programa” cuja duração e complexidade lhe estavam bem presentes aos olhos.

Que programa era esse? Vencer? Aparentemente, Ataulfo era apenas um vitorioso urbano, e, como gostasse de ser considerado tal, o julgamento frívolo se detinha nesse particular, e nele resumia o ser inteiro. Poucos reparavam em que a vitória social não o limitava nem o esgotava; e é a partir dela que Ataulfo conquista uma espantosa eficiência na condução do serviço social, sentido permanente e profundo de sua vida. O homem se comprazia com as distinções honoríficas esparzidas em seu redor, como coroas votivas, era esse o instantâneo malicioso que se fazia dele; no entanto, Ataulfo apenas se servia desse material e desses ritos para obter condições de utilidade pública que lhe faltariam na situação comum. O conviva de todos os banquetes mal se alimentava de um copo de leite, empunhado com mão trêmula; o amigo de todos os poderosos do país não participava de seus prazeres e nada lhes pedia para si; e para os outros, o que andava maquinando, com um luxo de pormenores e uma perfeição técnica cheia de pitoresco e invenção, eram novos hospitais; eram vacinas aplicadas em massa, a atingir toda a gurizada do Brasil; eram recreatórios, colônias de férias, ou mesmo viagens individuais de amigos que careciam de repouso, e para os quais ele dispôs, durante anos, de casa em Teresópolis, com criados, luz, telefone, flores e todos os cuidados imagináveis. Esse, o seu prazer único, e pode dizer-se que a vida inteira foi Ataulfo um gozador perfeito, no sentido de que seu gozo era o serviço dos pobres e, em segundo lugar, dos amigos.

Pessoalmente, sei de muita gente que nem sequer o conhece, e que lhe deve a vida ou algum benefício relevante. A ausência de ficha eleitoral em sua benemerência tornará ignorados para sempre esses benefícios. Colocar um doente no estabelecimento adequado era para Ataulfo uma operação da mais absoluta importância. Cuidava em

pessoa de tudo, mobilizando ainda a velha equipe de servidores aguçados, cada um com a tarefa rigidamente prevista. Às vezes, o paciente sentia-se meio raptado, pois a organização Ataulfo o pegava em casa, de surpresa, e ia de automóvel recolhê-lo ao ponto conveniente, ao fim de uma longa jornada, cheia de sigilo e carinho. Não sabia fazer o bem atabalhoadamente e sem toques delicados e pessoais. Era, positivamente, *vieux style*. E como tinha estilo!

Certo domingo já remoto, em que um grupo de amigos, com suas famílias, foi conhecer as maravilhas do Preventório Dona Amélia, em Paquetá, a cortesia imaginosa de Ataulfo como que requintou. Já antes de tomarmos a lancha no cais Pharoux, éramos olhados com espanto pelos transeuntes: o ministro fizera vir de sua casa da rua Valparaíso cadeiras de vime onde as senhoras e crianças se sentavam à espera dos acontecimentos. E pela tarde afora, na ilha florida, foi um repousante contato com a centena de crianças felizes, que cantavam e bailavam. Num intervalo, já digerido o belo almoço com que ele nos brindara, passeávamos por uma alameda, incertos sobre o que fazer, quando Ataulfo bateu três palmas rítmicas; e logo apareceu um rapaz trazendo copos e um estilete de prata, numa bandeja. Mais um sinal sonoro, e o rapaz cravou o estilete numa palmeira-anã, ali inocentemente plantada; sobre os copos jorrou uma água gelada e pura que só no oásis é encontrada, mas que ali estava aguardando nossa disponibilidade, como um dos trunfos ocultos de Ataulfo de Paiva. E na volta, já cansados de um belo dia de agitação, ele, com suas palmas sábias, fazia abrir-se o chão da lancha e de lá sair uma derradeira, imprevista e igualmente glacial laranjada, para a sede crepuscular. Tinha o dom da organização levada ao mínimo gracioso. Seus telegramas, por exemplo, constantes e minuciosos, eram todos do seu punho, em caligrafia esculpida, e entregues por mensageiro próprio; era, sozinho, uma espécie de telégrafo nacional da amizade.

Sua morte, com uma grande mágoa, me causa uma grande surpresa: é a primeira vez que o encontro em falta.

Acompanhávamos o corpo de Jayme Ovalle, quando Dante Milano falou baixinho: “É um mundo de poesia irrealizada que se sepulta”. Com isso, aludia ao dom poético profundo, a que faltara expressão vocabular; mas esse dom se manifestara tanto na vida conversada, e mesmo na expressão musical, que era bem um poeta que sabíamos estar enterrando, e não sentíamos necessidade de confrontá-lo com a obra deixada, e sim consigo mesmo: o poeta sem versos Ovalle emergia serenamente do mito Ovalle, elaborado por duas gerações distintas — a de seus companheiros de mocidade, e outra mais recente, que o redescobrira aqui e no estrangeiro.

O mito Ovalle, por mais particular e adstrito a um pequeno grupo de seu convívio, não seria apenas criação de amigos, à luz da simpatia. Repousava por certo na originalidade do homem, que conseguira mover-se à sua maneira entre símbolos cristãos e amorosos, tornando-se um cristão e um amoroso *sui generis*. Uma frase de Ovalle não era rigorosamente “coisa engraçada” ou “bola”, mas uma iluminação lírica e humorística da qual se podiam extrair noções mais ou menos filosóficas sobre o mundo, a alma, os sentimentos e as coisas que acompanham o homem pela vida. Ele não saberia reduzir essas noções pressentidas a um corpo lógico, mas a verdade é que, a seu modo, penetrava no mundo das essências, e dele recolhia imagens sábias e loucas, que viriam infundir nos companheiros uma emoção de conhecimento fantástico e intuitivo.

Vamos admitir que o mito se comprovesse com sua legenda; que o homem Ovalle se despedisse de bom grado da forma comum, para se instalar no personagem fabuloso e metafísico, que se criara com o tempo; às vezes, julguei vê-lo procurar laboriosamente alguma coisa que correspondesse a essa criação perturbadora. Um certo automatismo psicológico pode mesmo conservar aparentemente ativo aquilo que já secara raízes no ser. Mas pesquisando bem no fundo, Ovalle achava sempre o que quer que fosse de autêntico, de ovalliano, e a ingênua mistificação terminava em prova de que ele via de fato o mundo com olhos diferentes.

De sua visão ou percepção inconfundível das coisas, guardo uma lembrança, a propósito do falecimento de Jorge de Lima. Os dois eram vizinhos, e da varanda do apartamento de um se via o edifício onde morava o outro, ambos com vista larga sobre mar e céu. Ovalle recebeu pelo telefone a notícia da morte de Jorge; seu movimento natural foi chegar à varanda. “Olhei e vi que Jorge não *estava* mais”, contou-me ele. Nunca tive impressão mais nítida de fluido que se evola no espaço imenso, do que essa produzida pela palavra de Ovalle, a sentir no ar a morte do amigo marcando ausência e presença.

Na encomendação, o padre dizia com a maior naturalidade: “Coros de anjos te

aguardam à porta do Paraíso, tendo à frente o arcanjo São Gabriel, e entrarás com eles”. Não sou homem de anjos, nem espero, por falta de merecimento pessoal, encontrá-los junto a nenhuma porta, mas no caso especial de Jayme Ovalle, acredito piamente que os anjos o esperaram sexta-feira, cantando talvez o “Azulão”, talvez coisas mais festivas ou celestiais; e acredito ainda que Ovalle se tenha comportado com eles sem nenhuma cerimônia, mesmo porque, como a Irene do seu parceiro Manuel Bandeira, ele era desses com direito a entrar no Céu sem pedir licença.

Oswald de Andrade construiu toda uma filosofia da vida, e uma teoria sociológica, para justificar o exercício de sua tendência ao sarcasmo. Apelidou isso de antropofagia, e viu no homem um ser devorador por excelência, tanto mais justificado, histórica e psicologicamente, quanto mais deglute o seu semelhante. No dia em que o ser humano deixa de comer o próximo, a civilização entra em decadência, e se instalam, com o patriarcado, o messianismo e os valores burgueses em geral. Oswald era contra a escravidão, porque esta importa em explorar o adversário, que deve ser comido, e não posto a ferros. Os devorados não contam, mas os devoradores implantarão a cultura da liberdade, de que já surgem os primeiros indícios.

No subsolo dessa doutrina, havia apenas o gosto de Oswald pela sátira, que é a manducação simbólica. De resto, gosto bem curioso, pois coincidia com a capacidade de admiração, que o escritor aplicava a esse ou àquele confrade, mas alternadamente, em intervalos de impulso destrutivo, de uma incoerência por assim dizer cronometrada, que era uma das atrações de seu espírito.

Viajando-se mais longe ainda em sua personalidade, o ser corrosivo cede lugar, inesperadamente... a quem? a um menino sentimental, que queria ser mimado apesar de suas inconseqüências, e que adorava o gesto de carinho. Tive ocasião de surpreendê-lo (ou de surpreender-me) numa noite de abandono e confiança, em que pude verificar como geralmente a sua agressividade era forma de defesa, compensação pelo agravo recebido, ou que supunha tal. A grande queixa de Oswald com relação a seus companheiros de aventura literária era que o omitiam sempre. E porque o omitissem, passava à ofensiva mais rude. Às vezes, atacava antes da omissão, como se a previsse. Pelo menos se persuadia de que não era injusto. Dessem-lhe carinho, e o homem cheio de alfinetes e ácidos se aveludava. E quando encontrou carinho, ou foi bastante lúcido para identificá-lo depois de outros que havia encontrado e não soubera decifrar, instalou-se numa felicidade burguesa e monogâmica, que negava toda a laboriosa construção antropofágica, levantada em quase trinta anos de orgulho intelectual, isto é, de autojustificação.

Uma linha de coerência se esboça através dos zigue-zagues de sua vida. Ora espiritualista ora marxista, criando um dia o Pau-Brasil, e logo buscando universalizá-lo em antropofagia, primitivo e civilizado a um tempo, como observou Manuel Bandeira, solapando o edifício burguês sem renunciar à habitação em seus andares mais altos, Oswald manteve sempre intata sua personalidade, de sorte a provocar, ainda em seus últimos dias, a irritação ou a mágoa que inspirara quando *fauve* modernista de 1922. Os rapazes que vinham para a literatura com a preocupação excessiva de purezas ou

aristocracias verbais (no fundo, variantes tardias de parnasianismo) pretendiam ignorá-lo ou negar-lhe a força, mas uma fisgada mais hábil desse sexagenário (que se dizia *sex-appealgenário*) lhes doía na pele, e talvez mais fundo; e como é preferível hoje em dia viver com todo mundo, principalmente com os marimbondos, acabavam se aproximando dele, e procurando conquistá-lo.

O marimbondo enternecia-se (pelo menos provisoriamente), e nada mais divertido que as listas sucessivas de talentos jovens, que Oswald, vingador contumaz, costumava estabelecer para indicar onde se depositavam suas esperanças de uma cultura antropofágica brasileira.

Não houve, no modernismo, personagem mais viva do que ele. Manteve até o fim, quando outros “heróis” do movimento se haviam acomodado ou haviam evoluído, uma atitude tipicamente modernista, não isenta de sabor, sobretudo notável porque implicava o culto à indisciplina e ao desrespeito, que infelizmente não caracteriza os moços de hoje. Tinha algo de Jarry, inventor do *Ubu Roi* e do *Surmâle*. E seu *Serafim Ponte Grande* é uma dessas criações que a gente não esquece, pela violência rabelaisiana de sátira, a destruir um mundo de atitudes e ideias que merece realmente ser espondongado.

Vamos sentir falta de Oswald, e também saudade.

A nova casa de Lélío Landucci fica no alto de uma encosta e domina o vale de Botafogo, densamente povoado e cheio de silêncio. Amigos, muitos amigos, o conduziram até ali, numa tarde de céu mais neutro do que azul, mas tão tranquila que, sob seu arco, a ideia de casa e o sentimento de paz se fundiam numa unidade perfeita. Sim, Lélío Landucci fora realmente descansar, depois de muito andar pelas ruas do centro, onde o víamos sempre com sua pasta, suas provas de livros dos outros, sua civilizada gentileza (*comment allez vous, mon cher?*), seus vastos conhecimentos quase sem aplicação, sua bondade numerosa e seu discretíssimo destino de artista a quem a vida impunha tarefas rotineiras, escrupulosamente cumpridas.

Portinari, Manuel Bandeira, Dante Milano, Órris Soares, Alcides da Rocha Miranda, cada um que ali estava podia contar sua memória particular de Landucci, e recompor um traço que, somado a outros, reconstituiria a figura inteira, intelectualmente das mais aristocráticas que já passaram por aqui. Era escultor, arquiteto, crítico de arte, técnico em artes gráficas, mas era, sobretudo, um florentino de velha tradição cultural e de um bom gosto infalível, com a visão estética enriquecida pela perspectiva sociológica, adquirida em seus tempos parisienses de militante socialista. Na casa dos vinte anos, foi aviador militar e participou da Guerra Mundial de 1914 sob a bandeira da Itália, mas não se podia dizer ao certo se nele o francês era menos autêntico do que o italiano; e a impressão final que nos causava era a de um europeu, no sentido mais fino dessa palavra, que vai perdendo o sentido. Contudo ainda, tantos anos de Brasil, e mais precisamente de vida carioca, o foram marcando por sua vez, inscrevendo em sua personalidade linhas de um estilo brasileiro tão cordial que o antigo Landucci, por assim dizer, adquirira uma segunda natureza, sem nenhum dilaceramento das raízes originais, antes as mantendo fixas e vivazes. Nem seria possível, a quem teve o privilégio de ser conterrâneo de Dante e de Giotto, esquecer-se.

del bello ovile ovio dormì agnello.

Como não há nos museus, ao que conste, esculturas de sua lavra, nem se conhecem obras consideráveis de arquitetura construídas sob sua traça, nem deixou livros a não ser o admirável estudinho sobre Portinari, além de alguns artigos esparsos de jornal (inclusive um nas edições de cinquentenário do *Correio da Manhã*), sua presença no meio artístico do Brasil, dentro de alguns anos, estará, talvez, esfumada. Contudo, sua passagem não foi a da sombra da asa sobre a água. Esteve entre os mais avisados julgadores das experiências artísticas, nos últimos vinte e cinco anos; era uma opinião

que contava, num meio onde tão poucas sugestões úteis podem recolher os artistas plásticos para se orientarem; além dos belos livros de arte que se devem a seu senso gráfico servido por um cuidado chinês da minúcia, temos a creditar-lhe um novo tipo de edições oficiais, de sobriedade nobre e elegante, como são hoje as do Instituto Nacional do Livro. Mas, sobretudo, legou-nos uma lição cotidiana, sem a menor ênfase, de esmero e pureza. Rever provas, paginar, idealizar um frontispício, eram operações que lhe mereciam tanto apreço quanto o debate sobre os rumos da arte no mundo politizado de hoje, ou em torno das soluções urbanísticas de que o Rio carece, ou outro tema qualquer em que se comprazia sua inteligência crítica, tão segura e bem equipada.

Resta dele outro traço: foi um dos colaboradores de Landowski, no monumento ao Cristo do Corcovado, e dizem mesmo que a obra, em sua concepção geral, teria obedecido a um croqui de sua autoria. O público não sabe disso, e a estátua, que se integrou na paisagem do Rio, tem um sentido anônimo e coletivo, em cuja intimidade é grato imaginar, oculta mas generosa, a sensibilidade de Léo Landucci.

Muitas linhas se compuseram no desenho da figura de Roquette-Pinto, mas seu traço principal e individualizador está para ser identificado; seria o do mestre ou do feiticeiro? O que ele fez comportava muita indagação própria, dirigida pela disciplina intelectual; era criação em várias províncias do conhecimento, mas fazia-o menos pela ambição de criar do que pela de mostrar como se cria, e o que se pode tirar da imaginação aplicada. Era um professor de imaginação, posta a serviço de utilidades e estudos diversos. E como sua própria imaginação, além de rica, se ornava de um fundo poético peculiar, manifestado menos em verso do que em formas de ação, ele possuía também algo de mágico, que não seria dos menores prestígios de homem tão sedutor.

Se, em meio à conversa no seu apartamento atulhado de coisas díspares, sacasse do bolso uma pomba, e a fizesse descrever no ar um bailado de Stravinski, não nos espantaríamos; tinha poder e graça para tanto. A ciência costuma tornar os homens fechados em si mesmos, e desprovidos de outro interesse que não seja o de sua especialidade; mas, tratando-se de Roquette-Pinto, ela não podia com o homem, que cultivava uma noção muito generosa, digamos romântica, de ciência. Escreveu ele, certa vez, que “o mundo anda cheio de técnica científica, mas vive longe do espírito científico; este não poderia servir senão à beleza, à verdade e à justiça”. Este conceito marca bem as raízes humanas — e humanísticas — de sua formação. Assim, num dia remoto em que lhe deu gana de fazer rádio, foi para associá-lo à educação, e esse homem dos mais ilustres do seu meio se pôs em frente ao nosso primeiro microfone, como simples locutor, para ensinar, como quem conta histórias. Durante anos, Roquette-Pinto manteve no Brasil essa noção alta de radiodifusão, e poderia suspeitar-se que falava sozinho, como um doido manso, se não houvesse conseguido cativar outros espíritos de boa vontade, que lhe secundavam e revigoravam o exemplo. A comercialização e cretinização do rádio são o tributo que pagamos pelo domínio desse invento, mas todo preço é baixo, quando conquistamos um meio de unir e sensibilizar o Brasil — e esse serviço, nós o ficamos devendo à fantasia prática de Roquette-Pinto.

Lidou com índios, minerais, plantas, bichos, gravuras, filmes, rendas paraguaias, sambaquis. Interessava-o tudo quanto guardasse um segredo da natureza ou pudesse integrar-se na vida de seus semelhantes e torná-la mais aprazível. Era um brasileiro — perdão, um brasileiro — vivendo a sorte de seus patrícios, e não um mandarim das letras, que se recolhe a seu jardim para aspirar a flor do mundo. Sua ligação com a terra, documentada pela natureza e sabor de seus estudos, está ainda presente nos nomes de espécies que naturalistas quiseram associar ao seu; se esta é homenagem costumeira na classe, ganha no caso um sentido particular: a *Agria claudia roquettei*, que é uma de

nossas borboletas, e o pássaro da região central, conhecido cientificamente como *Phylloscartes roquettei*, sugerem a intimidade espontânea entre o homem fiel ao espírito da natureza e os seres e coisas que ele amava. Roquette não lhes sabia apenas a biografia exterior, tinha algo de companheiro no carinho com que se debruçava sobre tudo. Era um civilizado a quem a civilização não faria falta, pois seria capaz de reconstituí-la dentro da mata, adaptando-se ao meio e extraindo dele valores culturais, sem perda do instinto nativo, ou por um refinamento prodigioso desse mesmo instinto.

Na dor de sua perda, parece que ainda lhe escutamos a voz clara, firme e bem timbrada, feita para ensinar e encantar: “O mundo será velho; o homem é muito moço... Há povos que mal conhecem o fogo, e ainda ignoram o mais rudimentar conforto. Os mais civilizados, há somente uns trinta anos conseguiram voar. Só agora se ouvem os homens de continente a continente. Nos arroubos da juventude, a espécie ainda não pôde escutar a voz profética de alguns filhos mais sábios. Ainda crê na violência; e chama sempre justa a causa do seu interesse...”. Homens como Roquette-Pinto nos ensinam a ter esperança no homem.

O filho já tinha nome, enxoval, brinquedo e destino traçado. Era João, como o pai, e como aconselhavam a devoção e a pobreza. Enxoval e brinquedo de pobre, comprados com a antecedência que caracteriza não os previdentes, mas os sonhadores. E destino, para não dizer profissão, ou melhor, ofício, era o de pedreiro, curial ambição do pai, que, embora na casa dos trinta, trabalhava ainda de servente.

Tudo isso o menino tinha, mas não havia nascido. Eles nascem antes, nascem no momento em que se anunciam, quando há realmente desejo de que venham ao mundo. O parto apenas dá forma a uma realidade que já funcionava. Para João mais velho, João mais moço era uma companhia tão patente quanto os colegas da obra, e muito mais ainda, pois quando se separavam ao toque da sineta, os colegas deixavam por assim dizer de existir, cada um se afundava em sua insignificância, ao passo que o menino ia escondido naquele trem do Realengo, e eram longas conversas entre João e João, e João miúdo adquiria ainda maior consistência ao chegarem em casa, quando a mãe, trazendo-o no ventre, contudo o esperava e recebia das mãos do pai, que de madrugada o levava para a obra.

Estas imaginações, ditas assim, parecem sutis; mas não havia sutileza alguma em João e sua mulher. Nem o casal percebia bem que o garoto rodava entre os dois como ser vivo; pensavam simplesmente nele, muito, e confiados, e de tanto ser pensado João existiu, sorriu, brincou na simplicidade de ambos. Como alguém que, na certeza de um grande negócio, vai pedindo emprestado e gastando tranquilamente, João e a mulher sacavam alegrias futuras. João sentia-se forte, responsável. Escolhera o sexo e a profissão do filho; a mulher escolhera a cor, um moreno claro, cabelo bem liso, olhos sinceros. Não havia nada de extraordinário no menino, era apenas a soma dos dois passada a limpo, com capricho.

Esperar tantos meses foi fácil. O menino já tomava muita parte na vida deles, nascer era mais uma formalidade. Chegou março, com um tempo feio à noite, que ameaçava carregar com o barraco. A mulher de João acordou assustada, sentindo dores. Pela madrugada, correram à estação; a chuva passara, mas o trem de Campo Grande não chegava, e João sem poder mexer-se. As dores continuavam, João levou tempo para pegar uma carona de caminhão.

Na maternidade não havia médico nem enfermeira, que o temporal tinha retido longe. João perdera o dia de serviço e esperou, determinado. Afinal, levaram a mulher para uma sala onde cinco outras gemiam e faziam força. João não viu mais nada, ficou banzando no corredor. Entardecia, quando a porta se abriu e a enfermeira lhe disse que o parto fora complicado mas agora tudo estava em ordem, a criança na incubadora. “Posso

ver?” “Depois o senhor vê. Amanhã.” Amanhã era dia de pagamento, não podia faltar à obra. Voltaria domingo.

Mas no dia seguinte, à hora do almoço, telefonou, uma complicação, não se ouvia nada, alguém na secretaria foi indagar, respondeu que tudo ia bem, ficasse descansado.

Domingo pela manhã, João se preparava para sair, quando a ambulância silvou à porta, e dela desceu, amparada, a mulher de João. “O menino?” “Diz que morreu na incubadora, João.” “E era mesmo como a gente pensava, moreninho, engraçado?” Ela baixou a cabeça. “Não sei, João. Não vi. Eu estava passando mal, eles não me mostraram.”

E o menino, que tinha sido tanto tempo, deixou de repente de ser.

Quando José Alves viu Brandão chegar a sua porta, pensou em coisa má, porque boa não devia ser. Brandão era senhorio, vinha talvez aumentar o aluguel. Ou, então, dizer que os meninos estragavam muito a casa, a começar pelo lado de fora. José Alves pagava mais ou menos em dia, salvo ocasiões de doença. Era condutor de bonde, vale dizer, tinha dinheiro curto. Mas o jeito de Brandão era benigno, e sua voz, logo às primeiras palavras, denotava algo que parecia emoção ou, mais simplesmente, embaraço.

— Bom dia, Zé. Seu pessoal vai bem? Tudo legal? Vim aqui cedinho com medo de não encontrar mais você. Careço de um favor seu.

— Vamos ver, seu Brandão.

— Até não queria vir, para não amolar um cristão, mas a patroa insistiu. A patroa disse assim: Procura o Zé Alves que ele atende. O Zé Alves é camarada e compreende essas coisas. Acontece o seguinte, Zé, nós tínhamos lá em casa um cachorro de estimação, o Sentinela, não sei se você reparou nele, nem era cachorro, era um amigo da gente, com perdão do exagero, até parecia um filho de rabo. Criação, quando a gente se apegava, é o diabo. Pois o Sentinela morreu ontem de noite.

— Sinto muito, seu Brandão.

— Obrigado. Ele merecia. Mas agora está um caso sério, porque eu não vou jogar o bichinho no lixo nem dar sumiço nele. Tenho de enterrar, não acha? E lá em casa, você sabe, é apartamento de instituto, sem um palmo de terra. Então a patroa lembrou: O Zé Alves tem um quintalzinho, fala com ele.

— Tá certo, seu Brandão, disponha.

O outro agradeceu e saiu afobado para voltar uma hora depois, com um caixotinho fechado e um crioulo munido de enxada. Não quis abrir o caixote, por causa da exalação. Num átimo, a cova estava pronta e o sepultamento se fez. José tinha saído para o batente. Brandão agradeceu muito à senhora dele.

No batente, José ficou pensando aquilo que não tivera tempo de pensar na rapidez da conversa. História esquisita, essa de enterrar cachorro no quintal dos outros. Enfim, cada um com sua mania. Mas à noite, na cama, ideias estranhas lhe afloraram à cabeça. A mulher de Brandão era parteira, tinha fama de fazer anjinho. Era muito possível que... Minha Nossa Senhora, em que burrada me meti. E não dormiu um segundo, pensando naquela coisinha humana no frio da terra, e ele preso, processado, poxa! A mulher tinha o mesmo pensamento negro. Ia dar bode.

No outro dia, José madrugou no distrito e contou ao primeiro sujeito com cara de autoridade que lá encontrou. O sujeito coçou o queixo, indagou aborrecido: “Tem certeza?”. Ele respondeu: “Quer dizer, certeza mesmo não, mas estou quase jurando que

ali tem coisa”. Um investigador foi buscar Brandão, que apareceu de cara amarrada, veio também um médico-legista, e a caravana partiu para a ruinha de subúrbio, onde já estava apinhada pequena multidão em frente à casa de Zé Alves. O povo tem radar para esses casos.

Abriu-se a cova, apareceu o caixotinho lambuzado de terra. O mau cheiro não perturba aqueles homens habituados, mas a qualidade do mau cheiro não passou despercebida ao médico. O círculo de curiosos tapou o local da diligência. “Desafasta!” resmungou um investigador. Abriu-se o caixotinho. O doutor se debruçou profissionalmente. Brandão tapou os olhos, apertou os lábios...

Era cachorro.

Assistindo a um desfile de escolas de samba, espetáculo maravilhoso de ritmo, som e colorido, X teve a sensação de dissolver-se na multidão, e por duas horas não existiu em si, mas no grupo. Guardava todas as percepções do indivíduo, e era como se esse indivíduo tivesse milhares de olhos, ouvidos, bocas. Seu próprio corpo se alastrara, pois, na impossibilidade de mover-se do ponto em que estava, sentia que suas pernas iam acabar a três quadras de distância, onde a rua aparecia livre.

Terminada a exibição, X verificou que lhe faltava a carteira, subtraída do bolso da calça por alguém que, menos comunicativo, resistira à absorção pela massa. Levava pouco dinheiro e, além de alguns papéis, apenas lamentou a perda de um retrato muito amado. Consolou-se pensando que essa lembrança seria restituída por não interessar a outrem.

No dia seguinte, o correio trouxe-lhe um cheque, e X foi ao banco descontá-lo. O empregado pediu-lhe, por obséquio, a carteira de identidade, e como ele não a tivesse, e ninguém ali o conhecesse para atestar que X era mesmo X, saiu sem receber o dinheiro.

Dirigiu-se a uma repartição pública, onde ia ter vista de um processo. E já estendia a mão para pegá-lo quando o funcionário, mantendo suspenso o maço de papéis, e delicadamente:

— Sua carteira, faz favor.

X explicou que estava sem carteira, furtada no meio do aperto etc. Mas não tinha importância: também era funcionário público, e o colega...

— Então me dê sua carteira funcional.

A funcional, com seu número de matrícula no Instituto das Sementes Oleaginosas, também fora batida, e X não podia consultar o *dossier* sem comprovar sua condição de X.

Como todo pequeno-burguês neste momento difícil para a humanidade, X tem dupla ou tripla profissão, e deu um pulo ao sindicato de classe, à cata de um atestado de que era mesmo X, e não Y. Pediram-lhe, de entrada, que mostrasse a carteira sindical. Claro que a sindical sumira com as outras. Mas não se podia espionar no arquivo os dados transcritos no documento?

— Poder, pode, mas não há como a carteirinha mesmo. E o arquivo está sendo reorganizado. O senhor volte daqui a duas semanas, tá?

— Meu caro...

— Se o senhor não tem carteira, que hei de fazer? Como posso saber que o senhor é o senhor mesmo? Faça como eu: o papai aqui só toma banho com a carteira sindical amarrada à cintura, num impermeável.

X arrastou-se ainda ao Ministério do Trabalho, mas, como também houvesse ficado

sem carteira profissional (não confundir com sindical), não podia provar que tinha carteira profissional, nem mesmo profissão, nem sequer que existia.

Num esforço derradeiro, lembrou-se de que, como toda gente, era sócio da ABI, e esta poderia salvá-lo, dando-lhe uma carteira nova de jornalista. Mas era preciso um retrato, sem o que a carteira não provava nada, e o fotógrafo da rua da Carioca, ao fim de uma longa escada comida pelo tempo, avisou:

— Distinto, procure daqui a três dias. Até lá, é bom não sair de casa...

Só então X compreendeu. Compreendeu que, desde a perda de suas carteiras, não existia mais. Um homem só existe pelos documentos de identidade. Seu retrato vale mais do que o corpo, um carimbo mais do que sua palavra, e um número mais do que tudo. Iluminava-se o velho problema filosófico da essência e da existência. Kierkegaard vislumbrara a solução, ao afirmar que existente é aquele que experimenta certa intensidade de sentimentos em contato com alguma coisa fora dele. Existente é aquilo que a coisa externa faz de nós, comunicando-nos seu sopro, e sem essa coisa não podemos sequer viver, pois nossos semelhantes não nos percebem em nós, mas em nossos símbolos civis. E o símbolo é a essência do ser.

Sem existir, X chegou ao largo da Carioca. Aí se viu no meio de uma briga, empurraram-no, maltrataram-no, e, como não tivesse documento algum, foi conduzido ao distrito e recolhido — por engano — ao xadrez. Lá dentro, um homem humilde fitou-o por muito tempo, hesitante, e afinal lhe tocou no ombro:

— O senhor se parece muito com um retrato que eu achei jogado na rua e guardei à toa. Quer ver?

Tirou do bolso sujo o velho retrato do pai de X, que ficara na carteira furtada. E X sentiu-se existir novamente, pois fora reconhecido, através das linhas do rosto, e sem o menor documento estampilhado.

Do fundo de Pernambuco, o pai mandou-lhe um telegrama:

Não saia casa 3 outubro abraços.

O rapaz releu, sob emoção grave. Ainda bem que o velho avisara: em cima da hora, mas avisara. Olhou a data: 28 de setembro. Puxa vida, telegrama com a nota de urgente, levar cinco dias de Garanhuns a Belo Horizonte! Só mesmo com uma revolução esse telégrafo endireita. E passado às sete da manhã, veja só; o pai nem tomara o mingau com broa, precipitara-se na agência para expedir a mensagem.

Não havia tempo a perder. Marcara encontros para o dia seguinte, e precisava cancelar tudo, sem alarde, como se deve agir em tais ocasiões. Pegou o telefone, pediu linha, mas a voz de d. Anita não respondeu. Havia tempo que morava naquele hotel e jamais deixara de ouvir o “pois não” melodioso de d. Anita, durante o dia. A voz grossa, que resmungara qualquer coisa, não era de empregado da casa; insistira: “como é?”, e a ligação foi dificultosa, havia besouros na linha. Falou rapidamente a diversas pessoas, aludiu a uma ponte que talvez resistisse ainda uns dias, teve oportunidade de escandir as sílabas de *arma virumque cano*, disse que achava pouco cem mil unidades, em tal emergência, e arrematou: “Dia 4 nós conversamos”. Vestiu-se, desceu. Na portaria, um sujeito de panamá bege, chapéu de aba larga e sapato de duas cores levantou-se e seguiu-o. Tomou um carro, o outro fez o mesmo. Desceu na praça da Liberdade e pôs-se a contemplar um ponto qualquer. Tirou do bolso um caderninho e anotou qualquer coisa. Aí, já havia dois sujeitos de panamá, aba larga e sapato bicolor, confabulando a pequena distância. Foi saindo de mansinho, mas os dois lhe seguiram na cola. Estava calmo, com o telegrama do pai dobrado na carteira, placidez satisfeita na alma. O pai avisara a tempo, tudo correria bem. Ia tomar a calçada quando a baioneta em riste advertiu: “Passe de largo”; a Delegacia Fiscal estava cercada de praças, havia armas cruzadas nos cantos. Nos Correios, a mesma coisa, também na Telefônica. Bondes passavam escoltados. Caminhões conduziam tropa, jipes chispavam. As manchetes dos jornais eram sombrias; pouca gente na rua. Céu escuro, abafado, chuva próxima.

Pensando bem, o melhor era recolher-se ao hotel; não havia nada a fazer. Trancou-se no quarto, procurou ler, de vez em quando o telefone chamava: “Desculpe, é engano”, ou ficava mudo, sem desligar. Dizendo-se incomodado, jantou no quarto, e estranhou a camareira, que olhava para os móveis como se fossem bichos. Deliberou deitar-se, embora a noite apenas começasse. Releu o telegrama, apagou a luz.

Acordou assustado, com golpes na porta. Cinco da manhã. Alguém o convidava a ir

à Delegacia de Ordem Política e Social. “Deve ser engano.” “Não é não, o chefe está à espera.” “Tão cedinho? Precisa ser hoje mesmo? Amanhã eu vou.” “É hoje e é já.” “Impossível.” Pegaram-lhe dos braços e levaram-no sem polêmica. A cidade era uma praça de guerra, toda a polícia a postos. “O senhor vai dizer a verdade bonitinho e logo” — disse-lhe o chefe. — “Que sabe a respeito do troço?” “Não se faça de bobo, o troço que vai estourar hoje.” “Vai estourar?” “Não sabia? E aquela ponte que o senhor ia dinamitar mas era difícil?” “Doutor, eu falei a meu dentista, é um trabalho de prótese que anda abalado. Quer ver? Eu tiro.” “Não, mas e aquela frase em código muito vagabundo, com palavras que todo mundo manja logo, como arma e cano?” “Sou professor de latim, e corriji a epígrafe de um trabalho.” “Latim, hem? E a conversa sobre os cem mil homens que davam para vencer?” “São unidades de penicilina que um colega tomou para uma infecção no ouvido.” “E os cálculos que o senhor fazia diante do palácio?” Emudeceu. “Diga, vamos!” “Desculpe, eram uns versinhos, estão aqui no bolso.” “O senhor é esperto, mas saia desta. Vê este telegrama? É cópia do que o senhor recebeu de Pernambuco. Ainda tem coragem de negar que está alheio ao golpe?” “Ah, então é por isso que o telegrama custou tanto a chegar?” “Mais custou ao país, gritou o chefe. Sabe que por causa dele as Forças Armadas ficaram de prontidão, e que isso custa cinco mil contos? Diga depressa.” “Mas, doutor...” Foi levado para outra sala, onde ficou horas. O que aconteceu, Deus sabe. Afinal, exausto, confessou: “O senhor entende conversa de pai pra filho? Papai costuma ter sonhos premonitórios, e toda a família acredita neles. Sonhou que me aconteceria uma coisa no dia 3, se eu saísse de casa, e telegrafou prevenindo. Juro!”.

Dia 4, sem golpe nenhum, foi mandado em paz. O sonho se confirmara: realmente, não devia ter saído de casa.

Costuma dizer-se da vida de hoje, que é tecida de egoísmo, e lhe falta espírito ou prática de comunhão. Mas o que vimos na noite de domingo foi que não há dramas estanques, pois os próprios elementos mecânicos da civilização contribuem para a formação de um todo solidário e vibrátil, uma espécie de “vida unânime”, sonhada pelo poeta, em que os casos particulares, sem perda de sua especificidade, passam a constituir casos de todos nós, multiplicando-se ao infinito.

Um edifício incendiava-se ao vento do mar, e onde quer que houvesse aparelho de rádio, pessoas participavam da situação, embora impotentes para remediá-la: não era uma notícia que entrava pela casa adentro, mas um acontecimento a que fôssemos transportados, a que aderíamos, que iria integrar-se no quadro de experiências vividas. Mais: um acontecimento metade ainda por acontecer, que se desdobrava em torno e dentro de nós, que não tínhamos forças para impedi-lo, e a ele nos sentíamos amarrados por essa sirene longínqua, ressoando no interior de nossa casa protegida.

Éramos tão frágeis e desprevenidos como esses moradores que se deixaram ficar repousando em seus quartos, e foram acordados pelo fumo; e tão pobres de recursos como esses bombeiros que, tendo escadas gigantescas, não puderam usá-las convenientemente, refletores e não puderam acendê-los, cobertas de lona e não puderam abri-las. Sabíamos que, entre a noite e a morte, alguns retardatários imploravam, de seus balcões, que uma chance comum de salvamento lhes fosse oferecida; e não podíamos dizer a esses quase desesperados que esperassem mais alguns instantes apenas, pois a adesão emocional da população saberia vencer todas as deficiências, subitamente reveladas, do serviço de combate ao fogo, do sistema de construção dos edifícios e do funcionamento normal da cidade, que não pode ser apenas um montão de casas e pistas de corrida, sem qualquer proteção para a vida humana. Tínhamos de assistir à queda de alguns corpos e à descoberta de outros, como a cenas programadas de um espetáculo; e mesmo os que não viram fisicamente tais cenas, elaboravam com horror sua representação mental. Tudo isso aconteceu no interior de cada casa do Rio, no interior de cada habitante, e não apenas num edifício que abrigava uma boate famosa e estava numa linha discutida de desapropriação.

Pela madrugada, quando todos nos sentíamos deprimidos ante o que fora menos um incêndio entre muitos do que um ensejo de apurar a extensão de nossas misérias urbanas, uma voz entrou também pelas casas, explicando e tranquilizando. Era o comandante do Corpo de Bombeiros, a atestar a qualidade moderna de seu equipamento, embora lhe admitisse a insuficiente quantidade. E distribuía à população um conselho lúgubre: que todo morador de edifício, do quinto andar para cima, tenha sempre em

casa, ao alcance dos braços, uma corda. Uma corda longa e forte, atada em nó de metro em metro, não para enforçar-se, mas para salvar-se numa era em que a técnica tem poder bastante para levantar construções orgulhosas de mais de cem andares e não o tem para garantir a vida de quem habita esses altos planos. A corda passará a ser peça essencial do equipamento doméstico, e mais do que isso, individual; será uma escada privativa e portátil, colada sinistramente à nossa existência. Para usá-la, treinaremos as crianças antes de ensinar-lhes as primeiras letras, do mesmo modo que manteremos nos velhos a “forma” indispensável; quanto aos inválidos, fiquem nas mãos de Deus. É a lição do incêndio do Vogue,⁸ e se contraria aquele princípio de fraternidade confrangida, que se manifestou nas almas, durante a noite de domingo, devemos reconhecer que a corda, pelo menos, é esperança para alguns.

⁸ A boate Vogue, localizada na rua Princesa Isabel, em Copacabana, incendiou-se no dia 14 de agosto de 1955.

Estava no trabalho quando o telefone avisou: tinha de viajar imediatamente. Alguém, longe, morrerá de súbito, e era preciso tomar o primeiro avião de carreira, depois alugar um táxi-aéreo a tempo de assistir ao sepultamento.

Assim, pois, a notícia sempre esperada, como se espera, sem se desejar, alguma coisa inevitável, chegara justamente num dia em que, repousando de tão constante cuidado, o coração nada prevenira, ele que tantas vezes dera rebate falso. Se acordava pela madrugada, sem querer, ficava perguntando a si mesmo quando viria o chamado. Em reuniões festivas, de repente, parecia-lhe que o fato, sem o chamado, acontecera, e estava perdendo um tempo precioso à espera de que o segundo revelasse o primeiro. A razão reagia contra pressentimentos, e logo vinha uma carta dando notícias de saúde, mas através dessas notícias filtrava-se a inquietação já habitual: até quando? Sabia que, no fundo de sua vida, uma viagem apressada se elaborava, e nem mesmo podia tranquilizar-se com a esperança de que chegaria a tempo de ver se cerrarem os olhos, e recolher, se não uma palavra, pelo menos um sinal fugitivo, que condensa muitas coisas. Bastava que no dia baixasse a névoa seca, e os aviões ficassem pousados, para que fosse impossível estabelecer esse contato último.

Viver numa grande cidade é quase sempre estar longe. Não podemos reunir os objetos e as pessoas, e grosseiramente preferimos os objetos. Deixamos na terra natal, além de recordações plantadas no ar, pessoas de saúde frágil e idade avançada, às quais prometemos que nossa visita não vai demorar e se repetirá a qualquer pretexto. Mesquinhas ocupações, cansaço, displicência, tédio de viajar por lugares muito sabidos, cisma de avião, tudo isso e mil pequenos motivos nos afastam de nossa promessa. Acabamos apenas escrevendo cartas. Cartas, cartas! Repetem mecanicamente um carinho que devia ser cálido e físico, carregam abstrações, sombra de beijos, não beijos. E chega um dia em que já não recebemos cartas em resposta às que continuamos a mandar. As pessoas distantes atingiram essa altura desolada em que papel e tinta nada significam: a mão já não pode traçar aquelas linhas sempre as mesmas, e a comunicação se faz por intermediários, a uma distância cada vez maior, porque temos de interpretar a nuance de uma intenção, onde há apenas recado de terceiro.

E um dia vem o chamado urgente: é preciso deixar tudo e ir na direção de um corpo, apenas um corpo, que representa tão pouco da antiga combinação viva de semblante e memórias, um rosto que alguns se recusam a desvendar, porque iria superpor-se a outra imagem iluminada, que nem o tempo adulterara e que, mesmo, poliu e repoluiu com requinte de ourives. Assim, pagamos com uma viagem precipitada o preço de muitas viagens que não fizemos e que instilam em nossa saudade uma coloração de remorso.

Mas a palavra é tão dura que custa jogá-la aqui, sem maior disquisição. Remorso do que apenas deixamos de fazer, quando poderíamos ter feito? Do mal que a nós mesmos nos infligimos, reduzindo nosso amor ao limite do possível? Sim, deve ser isso: todos os pecados se resumem na ausência ou na redução do amor a um sentimento adaptável às circunstâncias, e que pode esperar, quando ele é por natureza o insofrido, o insaciável, o exigente devorador. Contudo, não nos julgemos mais omissos do que realmente fomos. Esse “podia-ter-sido-diferente” ainda é amor, sobrevivendo a omissões.

A todo instante, numa cidade como o Rio, pessoas são convidadas a tomar o primeiro avião. Gostaria de consolá-las, explicando-lhes que é possível guardar dentro de nós aquilo que perdemos no espaço.

Um amigo que tem consciência exacerbada do tempo confia-me que, depois de certo ponto (ele não usa a palavra idade), a vida já não oferece acontecimentos, e sim comemorações.

— Por mais que o sujeito faça, não consegue realmente mover-se. Fica parado diante de formas moveidças, como naquele romance do Zé Lins do Rego, que tem um seleiro batendo couro à beira da estrada.

E continua:

— A princípio você tem um sentimento rápido de que já viveu, no dia em que faz anos. A melancolia em estado latente é absorvida pela efusão dos amigos e pela justa porção de álcool que o indivíduo ingere em tais ocasiões. Mas o fenômeno está circunscrito ao espaço de algumas horas durante o ano inteiro. O resto é vida de que participamos. Pouco a pouco, porém, insinuam-se outros aniversários: formatura, casamento. Há também as mortes de parentes e amigos, que por sua vez começam a encher nosso calendário pessoal. Depois vem o centenário de pessoas que você ainda alcançou vivas. E há as comemorações nacionais, em que antes não reparava. Com o tempo, você mesmo se transforma em calendário, meu velho.

Tudo vinha a propósito de um papel que ele trazia na mão.

— Este convite indica uma fase já avançada do processo. Chega um ponto em que começamos a negociar lembranças. Eu lhe vendo as minhas e você me empurra as suas. Fundamos armazéns de lembranças, e, a pretexto de qualquer data, ou sem pretexto algum, organizamos caravanas em direção ao passado.

Aproximando-me, li o cartão impresso: “*Associação dos Antigos Alunos do Colégio Gregório* — A Diretoria convida o prezado gregoriano para a visita ao antigo colégio. Será fretado um vagão especial. Haverá missa, e almoço no refeitório, com a presença do velho padre Barlavento; depois, assembleia geral dos gregorianos, no foro da cidade. Compareça com sua família para gáudio dos velhos colegas. Informações com o dr. Canuto, à rua Tal”.

— Já está. Toda essa gente havia desaparecido por esse mundo de Deus, na pressa de cumprir seu destino. Só uns poucos não se perderam de vista, pela circunstância do trabalho em comum. Mas passam-se vinte e cinco anos, e começam a surgir de todos os lados cavalheiros grisalhos, uns sorridentes, outros mais sérios, que nos olham curiosamente, a conferir suas rugas com as nossas, e dizem: “Mas então você não está me reconhecendo? Eu sou o 130, da Divisão dos Médios...”.

Prossegue:

— Já expliquei ao Canuto que não posso aderir às comemorações. Não sou apenas

um ex-aluno do famoso colégio Gregório. Sou um aluno expulso, e com que cara ia voltar lá, depois do que me aconteceu? Mas o Canuto sorri e me diz que deixe de patacoadas. Eles comemoram trinta e cinco anos de colégio? Pois que eu comemore os meus trinta e três de expulsão. Dá tudo na mesma. Lembro-lhe o padre Juquinha, meu adversário daqueles tempos, e o Canuto dá de ombros: “Que o quê, o Juquinha morreu há vinte anos, coitado, e lá do assento etéreo já fez as pazes com você. Comemore a briga com o Juquinha, e as pazes feitas no tempo”. Assim, nada mais é triste ou alegre depois de um longo período; tudo é matéria comemorativa, e viver é apenas ter vivido, compreende?

Eu — ai de mim — compreendia.

Eram duas mulheres brigando — e depois não houve nada. Embolaram-se por qualquer motivo, e não queriam desprender-se uma da outra. Não havendo superioridade física acentuada de uma das partes, as duas se fundiram num corpo confuso e sacudido de vibrações, que ia e vinha pela calçada, lento e brusco, nervoso e rítmico. O instinto de dança subsistia no íntimo das contendoras, prevalecendo sobre as tentativas dos corpos para se abaterem mutuamente. E tudo se fazia em silêncio, como se baila, mesmo porque nenhuma palavra adiantaria à cólera das mulheres, que só o jogo de músculos e nervos saberia exprimir numa linguagem dinâmica e cheia de consequências.

Brigaram bem cinco minutos, é uma eternidade para entreveros. Não tinham pressa de acabar. Brigavam com fúria e ao mesmo tempo com método. O fato de uma não ser bastante vigorosa para decidir imediatamente a peleja não impediu que ela dominasse a outra. Dominava mas a outra não se rendia. Tão rentes as duas, tão grudadas, que o mesmo gesto agressor era gesto de apoio. A mais fraca empenhava-se em salvar o rosto do agravo de unhas e dentes, e, de cabeça baixa, olhos cerrados, fazia pressão sobre o pescoço da competidora, enquanto lhe apertava a cintura com a mão esquerda, e com a direita atacava na medida do possível. Mas a segunda lhe ministrava pequenos tapas enérgicos nas faces, sempre que podia reerguer-lhe a cabeça; e quando deixava de fazê-lo, era para ir dilacerando a blusa, que não resistiu ao assalto e logo se esfarinhou em trapos. Sem descuidar-se da defesa, atacou em seguida o *soutien*, e um seio negro saltou, assustado. A mais fraca estava demasiado absorvida em equilibrar-se e fisgar uma orelha da mais forte, e não se affligiu com esse pormenor. Percebia-se que, se a luta durasse, a mais forte poria nua a mais fraca, mas botar nu o adversário não é vencê-lo, e estava longe o momento da exaustão absoluta de uma, ou de ambas.

Continuaram rodando e oscilando numa área limitada, até que a de maior poder ofensivo entreviu o partido a tirar da rampa da garagem subterrânea, e foi conduzindo o balé nessa direção. No empenho de não cair, a outra se deixava empurrar, e ia recuando de costas, sem esperança, mas sem pânico. Ambas tinham posto demasiada alma naquela briga, para dar-lhe final prematuro, e a obstinação de uma em bater não era menor que a da outra em apanhar, evidenciando igual têmpera nas duas, sem embargo da vitória física já pendida para um lado. Sumiram lá dentro, lentamente.

O escuro da garagem reteve-as por alguns momentos, até que a vencedora emergiu, vagarosa, arquejante. Os lábios tremiam, o rosto expunha sinais de combate, os olhos esgazeados não se voltavam para nenhum ponto. Inclinou-se para apanhar na calçada da rua elegante a marmita que ali deixara. Depois, andou um pouco, às tontas, até firmar rumo, e seguiu para o trabalho.

O grupo que se formara ao iniciar-se a peleja foi se dispersando, alegremente. Eram pessoas de vários tipos e condições, e nenhuma pensara em intervir, como se faz em briga de homem. Ou se alguém pensou, foi travado pela perspectiva do ridículo. Costumes. Briga de mulher é motivo de curiosidade divertida, apenas. No máximo, as pessoas distintas olham com reprovação desdenhosa. Ônibus, lotações e automóveis, parados para apreciar o espetáculo, puseram-se em movimento. A outra mulher, a derrotada, subiu afinal a rampa, também digna, com o busto envolto num jornal.

Junto ao tapume da construção, formara-se um grupo de populares, falando pouco, em voz baixa. A obra parara. Mas, das imediações, vinha o mesmo ruído de serra e de elevador transportando material, em outras obras que nada tinham com o caso.

O caso era de Sebastião Raimundo (como informou em três linhas, na manhã seguinte, o jornal), que trabalhava no sétimo andar e, descuidando-se, caíra ao solo. Aí viveu ainda o tempo necessário para que o telefone mais próximo chamasse a Assistência, e a ambulância chegasse, verificando o óbito. Como não havia mais nada a fazer, deixou-se o corpo na mesma posição à espera de outro veículo, que o transportasse ao necrotério. Algumas horas depois, era removido.

No intervalo, curiosos procuravam ver, e não viam. O rapaz tombara dentro da área da construção, e a portinhola do tapume estava cerrada. Apenas, pelas frinchas, podia distinguir-se um trecho de cadáver, e logo depois nem isso, pois ele foi recoberto com um lençol tirado ao barracão dos trabalhadores, junto à obra. Acenderam-se as velas de costume.

Os comentários na calçada eram vagos, nem havia muita substância para eles. O acontecimento fora dos mais simples: falta de cinto de segurança. Somente, como entre o morto e os vivos se levantava um muro de madeira, o primeiro adquiriu um halo de mistério, que a exposição crua não sustentaria. E os olhos queriam ver, porque essa é a função dos olhos, sem embargo da pena que causava a morte do rapaz, ou mesmo servindo à pena, que costuma nutrir-se de visões.

Alguns se quedavam sempre, ora colando o rosto às tábuas, ora contemplando a ossatura do prédio e imaginando as circunstâncias da queda. Outros, ao fim de minutos, mostravam-se menos pacientes, e seguiam a seu destino, mas havia os que voltavam, pensando melhor. Eram velhos cobradores de associações de caridade, porteiros, lavadores de carro, entregadores de pão, crianças. E, ainda, pequeno-burgueses que aguardavam lotação. Moças de maiô, que desciam para o mar, detinham-se um instante, indagavam, iam entristecer, mas os companheiros as chamavam, insofridos, depois de verificarem por sua vez que não havia nada a observar. Nada: a não ser o tapume pintado, com a tabuleta da firma, e uma notícia de morte, que se perdia entre as solicitações da manhã.

Transeuntes cismam longamente diante de dois automóveis amassados na rua, com traços de sangue, ou sem isso; a ideia de desastre os fascina, e a de morte lhes desperta sentimentos que dormitavam sob a necessidade de viver; diante dos ferros retorcidos, registram a proximidade de perigos que os roçaram com a asa, mas que, caprichosamente, foram escolher outras vítimas. Aqui, porém, não há objeto visível.

Compete à imaginação trabalhar mais, para criar a simpatia e o terror, que interrompem o curso monótono das coisas, e nos restituem a nós mesmos, tornando-nos conscientes e solidários com o mundo.

É preciso que alguém desabe do alto, para que operem essas forças profundas. Não conhecíamos a pessoa, e amanhã já a teremos esquecido, mas nesse instante em que tomamos conhecimento de seu risco no ar, também morremos um pouco e nos vemos estatelados, à espera do lençol e da vela acesa. À noite, chegando em casa, contamos: Imagina, vi um homem morto na rua. E assim, espalhando-se em círculos por uma porção de casas, à hora do balanço do dia, essa morte rigorosamente anônima se presta, por isso mesmo, a criar em nós a impressão pessoal de morte, em que se condensam outras experiências mais diretas, antigas e abandonadas; em que entra o pressentimento de experiências futuras, para as quais instintivamente nos preparamos. Tudo isso demora um minuto, ou pouco mais, de silêncio, mas conta.

A obra não podia ficar suspensa indefinidamente, e logo recomeçou, arrastada. Os trabalhadores viam lá embaixo a superfície alva, formando pequenas elevações. Tocou a sineta para o almoço. Foram descendo e passando a pequena distância do corpo, olhando-o de banda. Pegaram das marmitas e comeram, calados.

As casas são navios que, enquanto mergulhamos no sono, levantam âncora para a travessia da noite. A imagem é de uma novela de André Gide, mas qualquer um pode recriá-la na solidão do quarto. Mesmo antes de cerrarmos os olhos, a casa navega. Sentimos a flutuação silenciosa, e nos deixamos ir ao embalo desse deslocamento surdo, sobre águas oleosas e invisíveis. No dia seguinte, a vida está no mesmo lugar.

Tudo iria bem, não fosse esse sopro que faz estremecer levemente um galho de árvore e deposita uma primeira folha sobre o nosso rosto horizontal. Vem com ela um cheiro (ou sabor) acre de poeira, pois nessa fase da desintegração da consciência, paladar e olfato já se emaranharam numa percepção confusa, e não sabemos classificar a sensação. De qualquer modo, não é uma brisa tímida, que se detém um instante e se anula; é o vento organizado, que pretende conduzir também as árvores para o cruzeiro noturno, quando é sabido que árvores devem permanecer em vigília. Os troncos recusam, e ele, de mau, os desfolha, e pela janela aberta um pouco de árvore e de luta vem depositar-se na cama.

O corpo a corpo com as amendoeiras se ativa, e temos de fechar a janela, para que o tropel do combate não se instale em nosso peito. Agora a escuridão nos defende, mas pela frincha das venezianas começa a filtrar-se um rumor diverso, o vento é ao mesmo tempo irado e triste, silva mais agudo, e na madeira e no ar se esboçam ranhuras de pânico.

Não adiantou a providência, pois nesse momento, lá fora, são portas e janelas que estalam em várias direções. Também as casas foram atacadas, casas desprevenidas ou indefesas, que ainda não acabaram de ser construídas, e navegam sem equipagem. Os edifícios em formação tornam-se laboratório de ecos e fábrica de gritos, com esquadrias em alvoroço. Há uma porta bêbada, no centro da noite, batendo mais espetacularmente contra o marco, empenhada em abafar, sozinha, a bulha do vento, mas os pelotões agressores investem numa salva de injúrias e arrancam-na das dobradiças, num último estrondo.

É o saque. A *lingerie* dos terraços vem para a rua, entre vasos e ramos de trepadeira, com outros objetos disparatados que foi possível subtrair aos interiores mal protegidos. Coisas cirandam no espaço, chocam-se contra postes, e, como o vento sabe furtar mas não sabe recolher, acabam dispersas no chão, despojos largados pelo vencido como pelo vencedor.

É a natureza roendo os bens do homem, divertindo-se em assustá-lo no escuro, convocando velhos medos, modelando fantasmas novos. Deitamo-nos tão seguros de nossa estabilidade em um mundo a que presidiam a lei e a técnica, nutríamos tamanha

confiança nos materiais de construção e na ordem dos elementos, e bastou que certa massa de ar se deslocasse de maneira abrupta para que nossa calma, nossa segurança e mesmo nossa vida se vissem ameaçadas por um obscuro e implacável inimigo, a que nos submetemos. Porque não há outra coisa a fazer senão esperar que o furacão amaine sua cólera, depois de derrubar, aqui, a igreja evangélica Assembleia de Deus; mais adiante, a lona do circo Apolo, ferindo a uns, matando a outros, assustando todos. Perdemos o sono e o sentimento da nossa orgulhosa integração na cidade, pois toda a cidade curva a espinha sob essa visita errante, que brinca de assombração, de desabamento e de morte, e não podemos pensar em serviços públicos de proteção, já não somos donos da terra, mas apenas seres acuados no fundo do quarto de dormir, sem possibilidade de evasão. E há no vento, mais do que a ameaça que talvez não se cumpra, uma zombaria ruidosa, ávida por desmoralizar-nos.

Mas a risada e o furor se fatigam, e, aos poucos, o vento se contrai e retira-se. A grande frota silenciosa das casas retorna sua navegação, entre os restos de noite, e o sono volta a estender sobre nós, piedosamente, o seu feltro.

Na engrenagem metropolitana, as operações mais singelas, desde que fujam à rotina, exigem longa e meditada preparação. Pelo que, desde novembro, o jornal anunciava: “Encomendem seus perus com antecedência à granja Castorina, são maiores e melhores”.

A Dona da Casa julgou de seu dever acudir à advertência, e pegou do telefone, que do outro lado estava sempre em comunicação: a cidade inteira, possuída do espírito da providência, ou de simples esganção natalina, encomendava peru. Depois de várias tentativas, conseguiu inscrever-se.

O peru chegou a seu tempo, nem maior nem menor, nem gordo nem magro, principalmente silencioso, sem o ar ofendido que têm os perus vivos. Chegou, com a fatura que lhe atestava os quilos e os tarifava em meio milhar de cruzeiros. A Dona da Casa respirou: há perus que falham, causando aflições e vergonhas imensas. Gratificou o portador e levou célere para o refrigerador o objeto de seus cuidados.

Aí apareceu a exímia Cesária, de Campo Grande, convocada por sua perícia em lidar com viventes de pluma e crista. Lançou o olhar douto sobre a peça e iniciou os preparativos.

A Dona da Casa, sem menosprezo ao saber de experiências feito de Cesária, sugeriu-lhe que nos pormenores seguisse a receita de Mário de Andrade, colhida de uma francesa e publicada nos *Contos novos*: deve o peru ter duas farofas, a gorda, com os miúdos, e a seca, douradinha, com bastante manteiga; o papo será recheado com a farofa gorda, ameixas-pretas, nozes e um cálice de xerez. Assim foi feito.

Tinha a Dona da Casa empenho em apresentar um peru distinto, pois comeria à sua mesa o Argentino, muito versado na espécie, e que uma vez a presenteara com um imenso pavó incrustado em gelo seco, que atravessara triunfante o céu de três países e durante um mês alimentara a família e convidados. O de agora era uma ave qualquer, mas o toque literário da receita lhe imprimia o *quid* desejado.

À ceia, os dois casais se preparavam para a mastigação ritual, e o trinchante ia funcionar, quando um nariz, por hábito, se aproximou da superfície de ouro; deteve-se, intrigado: o cheiro não correspondia à aparência; era peculiar e inoportuno. Convidado a opinar, o Argentino sentenciou:

— *Podrido*.

Estava. O fenômeno manifestava-se na região posterior. As partes nobres, ainda imunes, exalavam bom odor, mas, dentro, uma luta surda lavrava, semelhante a essas comições nacionais intestinas que ninguém percebe mas o governo denuncia.

A travessa foi repelida com temor, como se um verme fosse desprender-se dali, para desejar feliz Natal. Houve que reanimar Cesária, isentando-a de culpa: como dissera na

televisão o dr. Arruda, médico da prefeitura, cinco mil perus podres, pelo menos, são vendidos para a ceia de Natal. Ninguém percebe a avaria senão depois de assada a ave. Acontece.

Comeu-se o que havia a mais, com bom humor, situações heroicas, remédios heroicos. Contou-se a história do nosso Jacinto de Tormes: na hora de servir, o garçom escorrega, pimba: peru no chão. A *hostess*, imperturbável, ordena: “Joaquim, leve este peru e traga outro”. Com aquele não se podia fazer o mesmo; era preciso jogá-lo fora.

Aí começa outra história. A copeira informa que não havia onde guardar o peru. O caminhão de lixo não passava há três dias; os depósitos, cheios; o calor noturno aumentava...

O Dono da Casa confabulou com o Argentino e deliberaram remover com urgência *la basura*. Enrolaram-na em folhas de jornal e, muito dignos, saíram para a noite, com dois pacotes: o nacional com a carne, o outro com a farofa.

Caminharam em busca de um terreno baldio, mas este não havia ou estava ocupado por namorados sem lar. Entroalharam-se:

— *El mar!*

O mar desatava-se à frente deles, purificador, cúmplice. Diante de Cosme e Damião, antes que estes os interpelassem, foram resmungando: “Comida para os pobres”. Na praia, balanços e escorregadores estavam cheios de moças vindas da missa do galo. Sentaram-se num banco e consideraram a situação com realismo.

— Se jogarmos o peru no mar, pensam que é feto ou macumba, junta gente e nos prendem.

— *Y entonces?*

Disfarçaram, fazendo deslizar os pacotes para debaixo do banco; e foram saindo de mansinho. Os rádios berravam “noite feliz”.

Fala, amendoeira foi publicado em 1957 sob a chancela da Livraria José Olympio Editora, responsável por mais oito edições deste livro. Carlos Drummond de Andrade tornou-se autor da Record em 1983, e dois anos depois veio a público a nona edição.

A pesquisa realizada no espólio de Carlos Drummond — na Fundação Casa de Rui Barbosa e no Instituto Moreira Salles — não encontrou nenhum testemunho do escritor, emendas em livros nem documentos que atestem reelaborações das crônicas da oitava edição, de 1978, para a nona, de 1985. O cotejo entre elas revela, porém, a existência de variações relacionadas à pontuação. Aqui, adotou-se como texto-base a última edição da Livraria José Olympio Editora.

Vale ainda destacar que o uso atípico da pontuação em determinadas situações, presente tanto na poesia quanto na prosa drummondiana, pode ser considerado efeito estilístico.

EDUARDO COELHO

AGRADECIMENTOS Elvia Bezerra, Eucanaã Ferraz, Flávio Rodrigo Penteado, Katya de Moraes Perez, Leandro Sarmatz, Marcos Antonio de Moraes, Pedro Augusto Graña Drummond e Samuel Titan Jr.

Posfácio

AS COISAS DO TEMPO:
A CRÔNICA NA OBRA
DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Ivan Marques

É discreta, objetiva e também poética, como convém ao gênero, a significação que Carlos Drummond de Andrade atribui, logo na abertura deste livro, à atividade que ele vinha praticando, desde 1954, nas páginas do *Correio da Manhã*: “ofício de rabiscar sobre as coisas do tempo”. Os escritos reunidos em *Fala, amendoeira* alinham-se, portanto, à crônica, modalidade literária que também pertence ao jornalismo. Da natureza desse trabalho, a definição dada pelo cronista retém o principal: o aspecto de labor contínuo e necessário como o pão de cada dia (contido no substantivo *ofício*), a alusão ao caráter desambicioso desse tipo de escrita (*rabiscar*) e, sobretudo, a delimitação de seu objeto (*as coisas do tempo*), em perfeita sintonia com a própria etimologia da palavra, cuja raiz é *khronos*, o tempo, o presente.

O crítico Antonio Candido considera a crônica um gênero menor. Abrigada no jornal, ela é sempre breve e apressada, tendo por matéria as novidades perecíveis do cotidiano nas cidades. Entretanto, por ser também um gênero literário, a crônica fixa um ponto de vista subjetivo e particular, que extrapola o jornal, que independe dos fatos, que resiste ao tempo. Daí a possibilidade de esses textos serem reunidos posteriormente em livro, onde fazem muitas vezes bela figura, para além do amontoado de coisas velhas e datadas.

Numa literatura de forte tradição realista como a nossa — e na qual tantos escritores acabaram se envolvendo também com o jornalismo — era natural que a crônica, à força de ser tão cultivada, constituísse um gênero autônomo, com características especificamente brasileiras. Para isso contribuíram, desde o século XIX, autores de peso como José de Alencar, Machado de Assis, Olavo Bilac e Lima Barreto. A geração modernista praticou com entusiasmo a crônica, que casava à perfeição com os ideais estéticos do movimento de 1922: o combate à ênfase retórica, a recusa do ornamento, o gosto pela linguagem coloquial e pelos acontecimentos miúdos do dia a dia (a poesia estaria nos fatos, no dizer de Oswald de Andrade, e poderia ser extraída até mesmo de uma notícia de jornal, conforme demonstrou Manuel Bandeira).

Para Mário de Andrade, a crônica era uma espécie de sueto, intervalo de gratuidade e descompromisso no qual o escritor se “desfatigava” de si mesmo. No caso de Drummond, o exercício da crônica significou igualmente uma busca de distensão, mas sem deixar de entretecer ligações profundas com a sua obra poética. “O tempo é a minha matéria”, exprimem os versos de “Mãos dadas”, do livro *Sentimento do mundo* (1940): “o tempo presente, os homens presentes, / a vida presente”.

A obsessão pela vida atual não exclui a ruminação do passado, que também se impõe

em Drummond como presença viva e incômoda, voltando sempre à tona, seja nos poemas, seja nas crônicas. Não por acaso ele batizou um de seus livros de *Fazendeiro do ar*, expressão que sintetiza, como já se observou, a própria evolução social do Brasil (a transição do campo à cidade). O elogio do presente significa, antes, a rejeição do que é morto, eterno ou divino em favor do que pode até ser pequenino, mas acima de tudo é vivo, matéria celebrada nos versos do poema “Vida menor”, de *A rosa do povo* (1945).

O grande representante da poesia moderna no Brasil — e que também é considerado o nosso maior “poeta público” — não se deu bem com a política, mas trabalhou a vida inteira como um autêntico “homem de jornal”. Nos anos 1920, foi redator-chefe do *Diário de Minas*, jornal que abrigou as primeiras manifestações do modernismo em Belo Horizonte. Mais tarde, manteve extensa colaboração no *Correio da Manhã* e no *Jornal do Brasil*. Depois de se aposentar do funcionalismo público, Drummond ainda exerceu, praticamente até a morte, a atividade jornalística, que considerava a sua principal vocação. E, sendo tão profundamente um poeta-cronista, é curioso que só tenha estreado de verdade no gênero quando já se encontrava em plena maturidade. Apenas em 1957, com *Fala, amendoeira*, é que veio a lume o seu primeiro livro reunindo escritos que podem ser de fato qualificados como crônicas.

Naquela altura, o poeta já havia publicado a parte mais importante de sua obra poética: a lírica modernista de *Alguma poesia* e *Brejo das almas*, a poesia participante de *Sentimento do mundo* e *A rosa do povo*, as meditações filosóficas de *Claro enigma* e *Fazendeiro do ar*. E já havia também realizado incursões admiráveis pelo terreno da prosa — *Confissões de Minas* (1944), *Contos de aprendiz* (1951) e *Passeios na ilha* (1952). Desses três volumes, o primeiro e o último até poderiam ser aproximados ao gênero de crônica. O que eles trazem, porém, são escritos mais alentados, uma densa prosa de ensaio cobrindo matéria distinta da que se encontra na crônica tradicional — reflexões literárias, estudos sobre a poesia romântica, perfis dos companheiros de aventura modernista, evocações de cidades mineiras, tudo misturado aos impasses e à biografia do próprio autor. Trata-se de um ensaísmo em larga medida autorreferente, no qual o poeta se projeta em tudo e em todos. O sentido é oposto ao da quase total extinção do “eu”, que se torna tendência forte num terreno de inclusão e defesa da alteridade como é a crônica. Desnecessário dizer que isso não elimina o outro traço constitutivo do gênero, o olhar subjetivo, cujo ponto de fuga, aliás, é a revelação da subjetividade do “outro”.

A crítica já registrou a correspondência entre a prosa e o itinerário poético de Drummond. Se o livro *Confissões de Minas* repercute o engajamento proposto em *Sentimento do mundo* (explicitando a crítica ao individualismo da fase anterior), os artigos de *Passeios na ilha* estariam ligados à desistência da participação política no decênio seguinte, sendo indissociáveis da atmosfera noturna e desencantada do volume *Claro enigma*. A analogia pode valer para a prosa de ensaio, mas parece não funcionar no caso das crônicas de *Fala, amendoeira*, que representam mesmo uma novidade no trajeto de Drummond.

O livro contém, é claro, a “tinta da melancolia” com que foi escrita a poesia neoclássica dos anos 1950. Mas também reintroduz, até por imposição natural do gênero, a “pena da galhofa” que havia sido tão cultivada no período modernista. São bem machadianas as crônicas de *Fala, amendoeira* — nos temas, no uso da ironia e inclusive na linguagem refinada, levemente aristocrática, que divide espaço com as gírias e os coloquialismos. Do conúbio entre galhofa e melancolia, resulta, como no caso das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, uma prosa ao mesmo tempo divertida e agudamente crítica.

Acima de tudo, as crônicas trazem de volta o cotidiano, as coisas do tempo, em nítido contraste com os vetores do eterno e do universal. A tendência se verifica no âmbito da própria poesia, com os versos de circunstância reunidos nessa mesma época na série *Viola de bolso*. A década de 1950 foi, portanto, um campo de batalha em que se enfrentaram, de um lado, o poeta metafísico, classicizante, abrigado nos tercetos e decassílabos de construções monumentais como o poema “A máquina do mundo”, e, de outro, o poeta-cronista, apegado a seu tempo, à vida menor — que à ilusão de um conhecimento total da existência preferiria, ao cabo, seguir sua estrada, “vagaroso, de mãos pensas”. Vista por esse ângulo, a crônica (e não seu antípoda, o lirismo filosófico) é que seria a verdadeira expressão da maturidade em Carlos Drummond de Andrade.

Tal aprendizado, conforme revela o autor na abertura deste livro, teria vindo da velha árvore postada em frente à sua casa. Seus contatos com a rua e a paciente escuta dos ruídos humanos são uma boa alegoria para o ofício do cronista. Aceitar que as folhas caem — e que não se pode resistir ao tempo —, eis a lição que ele recebe da amendoeira. O bom humor é seu modo espontâneo de ser, além de constituir o “estado de espírito” de todo texto que pretenda ser chamado de crônica.

A função principal do cronista, segundo Drummond, é divertir. Seu lugar é o segundo caderno, sucedendo ao estoque de misérias e calamidades do primeiro, do qual visa justamente oferecer uma “correção” ou distração ao pobre leitor de jornais. Em uma entrevista à sua filha, Maria Julieta, publicada em 1984 em *O Globo*, o poeta enfatiza o caráter cômico de sua prosa destinada aos jornais, atribuindo-lhe mesmo uma roupagem circense: “Como cronista, eu me sinto um palhaço, um *jongleur*, dando saltos e cabriolas, fazendo molecagens”. Além de “menor”, a crônica seria, pois, por definição, um gênero “engraçado”. E tudo é aceitável se o intuito é provocar o riso do leitor: não só a exposição de anedotas, chistes e paradoxos irônicos, mas também a prática brincalhona de dar asas à fantasia, produzindo, como um mágico de picadeiro, deslavadas mentiras.

“Mentiras” é o título da primeira seção deste livro, aberta com a mirabolante história da visita misteriosa que Greta Garbo teria feito em 1929 a Belo Horizonte, revelando sua identidade apenas aos poetas Drummond e Abgar Renault. Na crônica seguinte, o leitor é surpreendido com a confissão de que o autor imitara o herói sem caráter de Mário de Andrade: “Eu menti”.

Mentirosos e sonhadores são diversos personagens de *Fala, amendoeira*, como o pequeno ser de dois anos da crônica “Netinho”, que tem o “prazer de recriar, em novas

bases, a realidade imposta”. Há também as amazonenses da crônica “Delícias de Manaus”, que dentro do ônibus lotado sonham alto com as comidas de sua terra. E ainda as curiosas personalidades do mundo artístico e intelectual homenageadas na seção “Despedidas”: Roquette-Pinto, “professor de imaginação”, o antropófago Oswald de Andrade e o lendário Jayme Ovalle, cuja “poesia irrealizada” parecia ter o poder de penetrar no mundo das essências. E não seria essa a aspiração do cronista, poeta em prosa ou “poeta sem versos” como Ovalle, a buscar como ele uma iluminação lírica e humorística? O sucesso do cronista depende de sua graça e da capacidade mágica que tem de extrair do cotidiano uma essência poética, isto é, de converter aeromoças em *aeromitos*, como faz Drummond no texto “Aeroproza”.

Para recriar ou corrigir a realidade, permite-se ao cronista sonhar alto. Ele pode imaginar, mentir, exagerar, construir livremente o seu “edifício de nuvens”, mas também deve procurar seguir o perfil do funcionário público descrito no ensaio “A rotina e a quimera”, de *Passeios na ilha*, comportando-se como “um louco manso e subvencionado”. Rotina e quimera são, com efeito, os ingredientes fundamentais da crônica, ao mesmo tempo enraizada no cotidiano e levitando acima do plano terrestre. Os polos são extremos porém ambos necessários: a crônica não é feita só da rotina, ou só da quimera, mas da fantasia que brota do cotidiano, e do cotidiano que, por sua vez, coíbe as fantasias.

Em *Fala, amendoeira* há um personagem que cumprirá à risca essa prescrição feita ao burocrata. João Brandão, funcionário público e poeta nas horas vagas, ganharia outras crônicas no futuro e até uma coletânea própria, *Caminhos de João Brandão* (1970). A exemplo da amendoeira, é um *alter ego* dessa fase madura de Drummond, encarnando os atributos da paciência e da doçura. Estes reaparecem, mais uma vez, na crônica “Elegia de Baby”, caracterizando a elefantinha reduzida, como o cronista, à “condição circense”, pois a única utilidade que lhe restou foi divertir os espectadores. Assim como o elefante do conhecido poema de *A rosa do povo*, Baby realiza um passeio tonto pela cidade — “entre bichos muito mais ferozes, que são os ônibus e os automóveis” —, metaforizando o deslocamento do poeta-cronista no espaço urbano onde lhe foi dado viver, mas ao qual não pertence.

Na nota introdutória à coletânea de 1970, Drummond escreve: “meu amigo João Brandão vive sua vida entre a rotina palpável e a aventura imaginária, e eu vou cronicando seu viver com a simpatia cúmplice que me inspiram o ser comum e sua pinta de loucura mansa”. Na crônica “O feiticeiro”, de *Fala, amendoeira*, a mesma qualificação (*doido manso*) é usada para evocar Roquette-Pinto, que parecia estar sempre a ponto de sacar do bolso uma pomba. O que a expressão traduz é a própria natureza da crônica, dividida entre a prosa e a poesia, entre a rotina e a quimera, ao passo que o lirismo tende a perder muitas vezes a ligação com a terra.

Se a poesia é incomunicável, como desabafou o autor ainda jovem de *Brejo das almas* (1934), a crônica, que surgirá como fruto do outono e da madureza, é ávida de comunicação. Se os poemas aparecem quase sempre crispados e retorcidos, a prosa,

ainda quando trate dos mesmos problemas, caminha sempre para a distensão. Ao resenhar, em 1957, as crônicas de *Fala, amendoeira*, Antonio Candido chamou de “weekend literário” esse conjunto de textos em que visivelmente se adoçava a aspereza do poeta. Todavia, não se deve exagerar esse aspecto ameno e descompromissado, limitando o campo de ação da crônica, pois a sua ligação intrínseca com a realidade também faz dela um espaço rotineiro de reflexão, de tomada de consciência e, logo, de tensão.

Ao lado da função de divertir, a crônica possui outra, não menos importante, que é a de veicular a indignação e o protesto. Jamais deixando de ser uma distração, ela atende ao mesmo tempo ao desejo que o poeta-cronista tem de participar. No caso de Drummond, esse impulso nunca desaparece, nem mesmo após o desencanto com a política no final dos anos 1940, como comprovam as crônicas de *Fala, amendoeira*, contemporâneas de uma produção lírica marcada pelo ceticismo e avessa ao engajamento (“Os acontecimentos me entediam”, diz a epígrafe de Paul Valéry utilizada em *Claro enigma*). Se o poeta nem sempre se abre ao cotidiano (ao estoque de calamidades que compõe o primeiro caderno dos jornais), o cronista, que acolhe tudo, não deixará de se pronunciar sobre todas essas misérias. Dele o melhor simulacro é mesmo a árvore em que tantos se apoiam no difícil dia a dia: a amendoeira atravessada por fios e luzes, que se entrega à ventania, que não resiste à cidade, que não desiste de observá-la.

Longe de significar alienação, a *loucura mansa* do cronista não deixa de ser em si mesma um protesto contra a terra alucinada em que se torna uma virtude “cumprir sem violência o mandamento de existir”, conforme escreveu Drummond na mencionada introdução de *Caminhos de João Brandão*. A serenidade desse *alter ego* — e da amendoeira, e de Ovalle, e de Roquette-Pinto — opera como um contraponto crítico à violência dos bichos urbanos, à sua mania de edificar e destruir prédios, aos crimes hediondos do capitalismo e a tudo que compõe a “luta brava da cidade” (expressão do poema “Morte do leiteiro”, de *A rosa do povo*), que em última análise é o assunto principal das crônicas de *Fala, amendoeira*.

Observando entre as diversas peças uma unidade de tom, Rubem Braga disse que o livro “poderia ser uma novela ou pequeno romance de costumes”. Digamos que esse romance tem como cenário a cidade. Seus personagens são os homens da cidade, entre os quais se dissolve o poeta, a exemplo do personagem carnavalesco da crônica “Essência, existência”, indivíduo com “milhares de olhos, ouvidos, bocas”. E seu tema é o fenômeno desde sempre inerente à cidade e à acumulação do capital: a destruição.

O Rio de Janeiro dos anos 1940 e 1950 é uma cidade em obras, entre tapumes, cujas ruas são percorridas por elementos suspeitos — os negociadores do surto imobiliário, de olho nas habitações humanas e propondo, com mil vantagens, “botar aquilo no chão”. Prédios aparecem o tempo inteiro, impedindo a vista do mar e da montanha. Arranha-céus, cinemas, estacionamentos, tudo vai botando abaixo as antigas livrarias, os teatros que abrigavam grêmios literários, os sobrados de 1800, os móveis da era vitoriana — inventário de coisas caducas que o cronista resolve salvar do esquecimento.

Gênero moderno por excelência — uma planta da cidade —, a crônica não celebra a

modernização. É o que se pode notar no mestre desse gênero no Brasil, Rubem Braga, também ele obcecado pelas imagens do passado rural, vagando solitário pela cidade, “sem encontrar a casa em que se ajuste definitivamente, apenas iluminado por instantes passageiros de revelação”, como observou o crítico Davi Arrigucci Jr. Quanto ao nosso *fazendeiro do ar*, é bem conhecido esse descompasso com a metrópole — vista como ambiente de tumulto, reificação e devastação —, o qual fez dele, na expressão de Lauro Escorel, “o mais moderno dos nossos poetas”. O cronista se mistura com a cidade, mas não deixa de criticá-la de um ponto de vista rural e tradicional, que encontraria ótima síntese no título *Cadeira de balanço*, de 1966. Conforme explica o poeta, esse “móvel da tradição brasileira não fica mal em apartamento moderno”. É nele que toma assento o autor com o intuito de realizar a “contemplação serena da vida”, em oposição ao ritmo acelerado das demolições e edificações urbanas.

O instinto de destruição talvez seja comum à espécie, segundo especula o cronista ao observar o hábito que tinha seu neto de desmontar brinquedos. Mas ele define, acima de tudo, a espécie capitalista. Em contextos de modernização, com a cidade ensaiando continuamente novos hábitos, não só casas, como ruas inteiras vão desaparecendo sob a ação das picaretas. No lugar do que foi demolido, erguem-se novas habitações, que um dia também deixarão de existir.

Para engrossar esse cortejo de ruínas e comprovar a fragilidade das construções humanas, em *Fala, amendoeira* entram igualmente em ação o acaso, a natureza e os animais. Na crônica “Ventania”, são atacadas casas, igrejas, lonas de circo e, sobretudo, os “edifícios em formação”, abalando nossa confiança na técnica e nos materiais de construção. A natureza rói os bens humanos, assim como os ratos perseguidos e, afinal, deixados em paz por João Brandão em “Conto carioca”. Já em “Uma corda”, o incêndio que devora o prédio também revela “a extensão de nossas misérias urbanas”, a inexistência de proteção para a vida humana.

As histórias mais pungentes surgem na seção final do livro, intitulada “Situações”. Na crônica “Nascer”, um servente de pedreiro e sua mulher perdem o tão sonhado bebê por falta de transporte e atendimento. Em “Morte na obra”, outro pedreiro, Sebastião Raimundo, tem sua vida sacrificada por acidente. Assim como a tragédia do leiteiro de *A rosa do povo*, essa também provoca simpatia e terror, mas logo é esquecida — “uma notícia de morte, que se perdia entre as solicitações da manhã”. A obra não podia ficar suspensa por conta de uma morte qualquer. A morte da elefantinha de “Elegia de Baby” também passa despercebida, embora ela tenha caído sobre a linha férrea, paralisando o tráfego. Para o cronista, porém, o “risco no ar” e o silêncio final desses corpos anônimos, esmagados pela engrenagem capitalista, ecoam de modo profundo, como se fossem um grito de resistência.

Sim, é preciso reagir como o personagem da crônica “Cor-de-rosa”, que pinta alegremente sua casa, “em vez de negociar-lhe a demolição”. O mesmo fazem os herdeiros das livrarias Brigueuet e José Olympio. Sobre esta última, observa o cronista que, apesar de desmanchada, “a Casa continua”, assim como se salvam do abismo os velhos livros de

poesia ou a remota peça publicitária recuperada na crônica “Anúncio de João Alves”, que “continua um modelo no gênero”. De modo semelhante, ao retratar sua mulher, Eliseu Visconti, também homenageado por Drummond, conseguia salvá-la da dissolução. Algo que, afinal, todos fazemos, como lembra a crônica “Os mortos”, ao preservarmos em nós a vida de nossos entes queridos. Pois é possível “guardar dentro de nós aquilo que perdemos no espaço”, conforme diz o autor em “O chamado” — ou recompor “lá dentro” as coisas “destruídas lá fora”, segundo os termos da crônica “Arpoador”.

Dar permanência a coisas e seres queridos — transformá-los em algo parecido com o “princezinho” que sobreviveu à ruína do Império Inca, dormindo um sono eterno que a picareta dos homens não pudera perturbar — é uma espécie de sonho secreto do cronista. Paradoxalmente, sua ligação umbilical com o tempo lhe dá uma aguda consciência da efemeridade de tudo, do tamanho acanhado de nossa *vida menor* e da tendência de todas as coisas para a dissolução, contemplada por fim sem melancolia. Se faz parte de uma dinâmica abominável (o processo devastador da modernização), a destruição também corresponde ao movimento natural das coisas. Numa crônica de *Cadeira de balanço*, ao considerar o desaparecimento de uma antiga casa, o cronista dirá que a demolição é “um resgate de formas cansadas, sentença de liberdade” — compreensão a que somos levados, segundo ele, “pelo trabalho similar, mais surdo, que se vai desenvolvendo em nós”.

Aceitar com serenidade o fim das coisas é a lição dada ao cronista pelas folhas amarelas da amendoeira que se despe graciosamente diante de seus olhos. E o que fazer se a própria natureza, explodindo de amor e formosura, insiste em abalar os alicerces e trincar as paredes da casa, como ocorre na crônica “Buganvílias”? O melhor é não fazer nada. Não importa que tudo venha abaixo, pois só em nós, “frágil arquivo”, é que as coisas podem ter ilusão de permanência, ao menos enquanto não desaparecemos. A ruína é terrível, mas também necessária e, às vezes, até poética, como a destruição da casa pela árvore — e a da árvore pelo outono.

Leituras recomendadas

ARRIGUCCI JR., Davi.
Enigma e comentário.
São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CANDIDO, Antonio.
Recortes. 4ª ed.
Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

LIMA, Luiz Costa.
Dispersa demanda.
Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

MORAES NETO, Geneton.
O dossiê Drummond.
São Paulo: Globo, 1994.

Cronologia

- 1902 Nasce Carlos Drummond de Andrade, em 31 de outubro, na cidade de Itabira do Mato Dentro (MG), nono filho de Carlos de Paula Andrade, fazendeiro, e Julieta Augusta Drummond de Andrade.
- 1910 Inicia o curso primário no Grupo Escolar Dr. Carvalho Brito.
- 1916 É matriculado como aluno interno no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte. Conhece Gustavo Capanema e Afonso Arinos de Melo Franco. Interrompe os estudos por motivo de saúde.
- 1917 De volta a Itabira, toma aulas particulares com o professor Emílio Magalhães.
- 1918 Aluno interno do Colégio Anchieta da Companhia de Jesus, em Nova Friburgo, colabora na *Aurora Colegial*. No único exemplar do jornalzinho *Maiô...*, de Itabira, o irmão Altivo publica o seu poema em prosa “Onda”.
- 1919 É expulso do colégio em consequência de incidente com o professor de português. Motivo: “insubordinação mental”.
- 1920 Acompanha sua família em mudança para Belo Horizonte.
- 1921 Publica seus primeiros trabalhos no *Diário de Minas*. Frequenta a vida literária de Belo Horizonte. Amizade com Milton Campos, Abgar Renault, Emílio Moura, Alberto Campos, Mário Casassanta, João Alphonsus, Batista Santiago, Aníbal Machado, Pedro Nava, Gabriel Passos, Heitor de Sousa e João Pinheiro Filho, *habitués* da Livraria Alves e do Café Estrela.
- 1922 Seu conto “Joaquim do Telhado” vence o concurso da *Novela Mineira*. Trava contato com Álvaro Moreyra, diretor de *Para Todos...* e *Ilustração Brasileira*, no Rio de Janeiro, que publica seus trabalhos.
- 1923 Ingressa na Escola de Odontologia e Farmácia de Belo Horizonte.

- 1924 Conhece, no Grande Hotel de Belo Horizonte, Blaise Cendrars, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, que regressam de excursão às cidades históricas de Minas Gerais.
- 1925 Casa-se com Dolores Dutra de Moraes. Participa — juntamente com Martins de Almeida, Emílio Moura e Gregoriano Canedo — do lançamento de *A Revista*.
- 1926 Sem interesse pela profissão de farmacêutico, cujo curso concluíra no ano anterior, e não se adaptando à vida rural, passa a lecionar geografia e português em Itabira. Volta a Belo Horizonte e, por iniciativa de Alberto Campos, ocupa o posto de redator e depois redator-chefe do *Diário de Minas*. Villa-Lobos compõe uma seresta sobre o poema “Cantiga de viúvo” (que iria integrar *Alguma poesia*, seu livro de estreia).
- 1927 Nasce em 22 de março seu filho, Carlos Flávio, que morre meia hora depois de vir ao mundo.
- 1928 Nascimento de sua filha, Maria Julieta. Publica “No meio do caminho” na *Revista de Antropofagia*, de São Paulo, dando início à carreira escandalosa do poema. Torna-se auxiliar na redação da *Revista do Ensino*, da Secretaria de Educação.
- 1929 Deixa o *Diário de Minas* e passa a trabalhar no *Minas Gerais*, órgão oficial do estado, como auxiliar de redação e, pouco depois, redator.
- 1930 *Alguma poesia*, seu livro de estreia, sai com quinhentos exemplares sob o selo imaginário de Edições Pindorama, de Eduardo Friere. Assume o cargo de auxiliar de gabinete de Cristiano Machado, secretário do Interior. Passa a oficial de gabinete quando seu amigo Gustavo Capanema assume o cargo.
- 1931 Morre seu pai.
- 1933 Redator de *A Tribuna*. Acompanha Gustavo Capanema durante os três meses em que este foi interventor federal em Minas.
- 1934 Volta às redações: *Minas Gerais*, *Estado de Minas*, *Diário da Tarde*, simultaneamente. Publica *Brejo das almas* (duzentos exemplares) pela cooperativa Os Amigos do Livro. Transfere-se para o Rio de Janeiro como chefe de gabinete de Gustavo

Capanema, novo ministro da Educação e Saúde Pública.

- 1935 Responde pelo expediente da Diretoria-Geral de Educação e é membro da Comissão de Eficiência do Ministério da Educação.
- 1937 Colabora na *Revista Acadêmica*, de Murilo Miranda.
- 1940 Publica *Sentimento do mundo*, distribuindo entre amigos e escritores os 150 exemplares da tiragem.
- 1941 Mantém na revista *Euclides*, de Simões dos Reis, a seção “Conversa de Livraria”, assinada por “O Observador Literário”. Colabora no suplemento literário de *A Manhã*.
- 1942 Publica *Poesias*, na prestigiosa Editora José Olympio.
- 1943 Sua tradução de *Thérèse Desqueyroux*, de François Mauriac, vem a lume sob o título *Uma gota de veneno*.
- 1944 Publica *Confissões de Minas*.
- 1945 Publica *A rosa do povo* e *O gerente*. Colabora no suplemento literário do *Correio da Manhã* e na *Folha Carioca*. Deixa a chefia do gabinete de Capanema e, a convite de Luís Carlos Prestes, figura como codiretor do diário comunista *Tribuna Popular*. Afasta-se meses depois por discordar da orientação do jornal. Trabalha na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), onde mais tarde se tornará chefe da Seção de História, na Divisão de Estudos e Tombamento.
- 1946 Recebe o Prêmio de Conjunto de Obra, da Sociedade Felipe d’Oliveira.
- 1947 É publicada a sua tradução de *Les liaisons dangereuses*, de Laclos.
- 1948 Publica *Poesia até agora*. Colabora em *Política e Letras*. Acompanha o enterro de sua mãe, em Itabira. Na mesma hora, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, é executado o “Poema de Itabira”, de Villa-Lobos, a partir do seu poema “Viagem na família”.
- 1949 Volta a escrever no *Minas Gerais*. Sua filha, Maria Julieta, casa-se com o escritor e advogado argentino Manuel Graña Etcheverry e vai morar em Buenos Aires. Participa do movimento pela escolha de uma diretoria apolítica na Associação Brasileira de Escritores. Contudo, juntamente

com outros companheiros, desliga-se da sociedade por causa de atritos com o grupo esquerdista.

- 1950 Viaja a Buenos Aires para acompanhar o nascimento do primeiro neto, Carlos Manuel.
- 1951 Publica *Claro enigma, Contos de aprendiz e A mesa*. O volume *Poemas* é publicado em Madri.
- 1952 Publica *Passeios na ilha e Viola de bolso*.
- 1953 Exonera-se do cargo de redator do *Minas Gerais* ao ser estabilizada sua situação de funcionário da DPHAN. Vai a Buenos Aires para o nascimento do seu neto Luis Mauricio. Na capital argentina aparece o volume *Dos poemas*.
- 1954 Publica *Fazendeiro do ar & Poesia até agora*. É publicada sua tradução de *Les paysans*, de Balzac. A série de palestras “Quase memórias”, em diálogo com Lia Cavalcanti, é veiculada pela Rádio Ministério da Educação. Dá início à série de crônicas “Imagens”, no *Correio da Manhã*, mantida até 1969.
- 1955 Publica *Viola de bolso novamente encordoada*. O livreiro Carlos Ribeiro publica edição fora de comércio do *Soneto da buquinagem*.
- 1956 Publica *Cinquenta poemas escolhidos pelo autor*. Sai sua tradução de *Albertine disparue*, ou *La fugitive*, de Marcel Proust.
- 1957 Publica *Fala, amendoeira e Ciclo*.
- 1958 Uma pequena seleção de seus poemas é publicada na Argentina.
- 1959 Publica *Poemas*. Ganha os palcos a sua tradução de *Dona Rosita la Soltera*, de García Lorca, pela qual recebe o Prêmio Padre Ventura.
- 1960 É publicada a sua tradução de *Oiseaux-Mouches Ornithorynques du Brésil*, de Descourtiz. Colabora em *Mundo Ilustrado*. Nasce em Buenos Aires seu neto Pedro Augusto.
- 1961 Colabora no programa *Quadrante*, da Rádio Ministério da Educação. Morre seu irmão Altivo.
- 1962 Publica *Lição de coisas, Antologia poética e A bolsa & a vida*. Aparecem as traduções de *L'oiseau bleu*, de Maeterlinck,

e *Les fourberies de Scapin*, de Molière, recebendo por esta novamente o Prêmio Padre Ventura. Aposenta-se como chefe de seção da DPHAN, após 35 anos de serviço público.

- 1963 Aparece a sua tradução de *Sult (Fome)*, de Knut Hamsun. Recebe, pelo livro *Lição de coisas*, os prêmios Fernando Chinaglia, da União Brasileira de Escritores, e Luísa Cláudio de Sousa, do PEN Clube do Brasil. Inicia o programa *Cadeira de Balanço*, na Rádio Ministério da Educação.
- 1964 Publicação da *Obra completa*, pela Aguilar. Início das visitas, aos sábados, à biblioteca de Plínio Doyle, evento mais tarde batizado de “Sabadoyle”.
- 1965 Publicação de *Antologia poética* (Portugal); *In the middle of the road* (Estados Unidos); *Poesie* (Alemanha). Com Manuel Bandeira, edita *Rio de Janeiro em prosa & verso*. Colabora em *Pulso*.
- 1966 Publicação de *Cadeira de balanço* e de *Natten och Rosen* (Suécia).
- 1967 Publica *Versiprosa, José & outros, Uma pedra no meio do caminho, Minas Gerais (Brasil, terra e alma), Mundo, vasto mundo* (Buenos Aires) e *Fyzika Strachu* (Praga).
- 1968 Publica *Boitempo & A falta que ama*.
- 1969 Passa a colaborar no *Jornal do Brasil*. Publica *Reunião* (dez livros de poesia).
- 1970 Publica *Caminhos de João Brandão*.
- 1971 Publica *Seleção em prosa e verso*. Sai em Cuba a edição de *Poemas*.
- 1972 Publica *O poder ultrajovem*. Suas sete décadas de vida são celebradas em suplementos pelos maiores jornais brasileiros.
- 1973 Publica *As impurezas do branco, Menino antigo, La bolsa y la vida* (Buenos Aires) e *Réunion* (Paris).
- 1974 Recebe o Prêmio de Poesia da Associação Paulista de Críticos Literários.
- 1975 Publica *Amor, amores*. Recebe o Prêmio Nacional Walmap de Literatura. Recusa por motivo de consciência o Prêmio Brasília de Literatura, da Fundação Cultural do Distrito Federal.

- 1977 Publica *A visita, Discurso de primavera e Os dias lindos*.
É publicada na Bulgária uma antologia intitulada *Sentimento do mundo*.
Grava 42 poemas em dois LPs lançados pela PolyGram.
- 1978 A Editora José Olympio publica a segunda edição (corrigida e aumentada) de *Discurso de primavera e algumas sombras*.
Publica *O marginal Clorindo Gato e 70 historinhas*, reunião de pequenas histórias selecionadas em seus livros de crônicas. *Amar-Amargo* e *El poder ultrajoven* saem na Argentina.
- 1979 Publica *Poesia e prosa*, revista e atualizada, pela Editora Nova Aguilar. Sai também seu livro *Esquecer para lembrar*.
- 1980 Recebe os prêmios Estácio de Sá, de jornalismo, e Morgado Mateus (Portugal), de poesia.
Publicação de *A paixão medida, En Rost at Folket* (Suécia), *The minus sign* (Estados Unidos), *Poemas* (Holanda) e *Fleur, téléphone et jeune fille...* (França).
- 1981 Publica, em edição fora de comércio, *Contos plausíveis*.
Com Ziraldo, lança *O pipoqueiro da esquina*. Sai a edição inglesa de *The minus sign*.
- 1982 Aniversário de oitenta anos. A Biblioteca Nacional e a Casa de Rui Barbosa promovem exposições comemorativas. Recebe o título de doutor *honoris causa* pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Publica *A lição do amigo*.
Sai no México a edição de *Poemas*.
- 1983 Declina do Troféu Juca Pato. Publica *Nova reunião* e o infantil *O elefante*.
- 1984 Publica *Boca de luar e Corpo*. Encerra sua carreira de cronista regular após 64 anos dedicados ao jornalismo.
- 1985 Publica *Amar se aprende amando, O observador no escritório, História de dois amores* (infantil) e *Amor, sinal estranho* (edição de arte). Lançamento comercial de *Contos plausíveis*. Publicação de *Fran Oxen Tid* (Suécia).
- 1986 Publica *Tempo, vida, poesia*. Sofrendo de insuficiência cardíaca, passa catorze dias hospitalizado. Edição inglesa de *Travelling in the family*.
- 1987 É homenageado com o samba-enredo "O reino das palavras", pela Estação Primeira de Mangueira, que se sagra campeã

do Carnaval. No dia 5 de agosto morre sua filha, Maria Julieta, vítima de câncer. Muito abalado, morre em 17 de agosto.

Copyright © 2012 by Carlos Drummond de Andrade
© Graña Drummond
www.carlosdrummond.com.br

Grafia atualizada segundo o Acordo
Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.

CAPA E PROJETO GRÁFICO

warrakloureiro
sobre imagem da praia de Copacabana,
de José Medeiros/ Instituto Moreira Salles, 1949.

PESQUISA ICONOGRÁFICA

Regina Souza Vieira

ESTABELECIMENTO DE TEXTO E NOTAS

Eduardo Coelho

PREPARAÇÃO

Márcia Copola

REVISÃO

Jane Pessoa

Huendel Viana

ISBN 978-85-8086-185-3

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 – São Paulo – SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br